



*Trajetórias Inspiradoras*

Mulheres na Justiça de Rondônia



## Expediente

Organizadores	<b>Juliana Paula Silva da Costa</b> <b>Rosalina Alves Nantes</b>
Editor	<b>Áureo Virgílio Queiroz - CEPEP/Emeron</b>
Editor Assistente	<b>Eduardo Ribeiro dos Santos - CEPEP/Emeron</b>
Pesquisa Fotográfica	<b>Raíssa Ramos Fontes Fernandes - ASCOM/Emeron</b>
Fotografia de Estúdio	<b>Marcelo de Oliveira Cidade - ASCOM/Emeron</b>
Copidesque	<b>Diêgo Holanda Oliveira Duarte - ASCOM/Emeron</b> <b>Emily Vitória Silva da Costa - ASCOM/Emeron</b> <b>Simone Norberto - CCOM/TJRO</b>
Projeto Gráfico, Diagramação e Capa	<b>Ronaldo Marcelo Avelino Knypfel - NUGRAF/TJRO</b>
Revisão	<b>Ivondeleusa Rodrigues da Silva Paixão - EMERON</b>
Fonte de Pesquisa	<b>Acervo histórico do Centro Cultural e de Documentação Histórica - CCDH/EMERON.</b>
Planejamento Editorial	<b>Gustavo de Mello Sanfelici - ASCOM/Emeron</b> <b>Abel Sidney de Souza - NUPS-EPMA - Núcleo Psicossocial de Apoio à Execução de Penas e Medidas Alternativas</b>
Prefácio	<b>Desembargador Eurico Montenegro Júnior</b>
Apresentação	<b>Desembargador Alexandre Miguel - Diretor da Emeron</b>
Triagem	<b>120 exemplares</b>

### Direitos Reservados

© 2024 - Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida, de qualquer forma ou por qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros, sem a permissão prévia por escrito do detentor dos direitos autorais.

Este livro é protegido pela Lei de Direitos Autorais. Qualquer uso não autorizado dos materiais contidos nesta publicação constitui uma violação das leis de direitos autorais e pode resultar em ações legais civis e criminais. As solicitações de permissão para o uso de trechos deste livro devem ser enviadas para Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica - Cpepe/Emeron, no endereço eletrônico: [emeron.cepep@tjro.jus.br](mailto:emeron.cepep@tjro.jus.br).

### Aviso de Isenção de Responsabilidade

As opiniões expressas neste livro são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es) e não refletem necessariamente as posições da editora. A editora não se responsabiliza por quaisquer consequências advindas do uso das informações contidas neste livro.

ISBN: 978-6-59912-447-1



### Editora

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron

Av. Rogério Weber, 1872, Centro. CEP 76801-906

Porto Velho - Rondônia - Brasil

Fone (69) 3309-6450 | [emeron.cepep@tjro.jus.br](mailto:emeron.cepep@tjro.jus.br) | [emeron.tjro.jus.br](http://emeron.tjro.jus.br)



## Apresentação

Quando nos propusemos a reunir esses relatos, sabíamos que estávamos diante de uma missão extremamente importante, dada a proporção que uma obra escrita pode alcançar, que é dar destaque e visibilidade às mulheres do judiciário, bem como evidenciar a contribuição feminina das magistradas que transformaram o cenário jurídico rondoniense com sua presença e atuação.

Em meio à rica história do Judiciário Rondoniense, que se consolida com 42 anos de existência, surge um capítulo singular: a trajetória das mulheres que, com garra e determinação, conquistaram seu espaço e protagonizaram a construção dessa justiça.

Neste livro, a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON celebra os 38 anos de sua fundação, homenageando as magistradas que, com suas histórias inspiradoras, moldaram o Judiciário do nosso Estado.

A obra é uma celebração das histórias de mulheres magistradas que, com coragem e determinação, abriram diversos caminhos no sistema judiciário. Cada capítulo revela uma jornada única, marcada por desafios, conquistas e uma paixão inabalável pela Justiça.

As histórias aqui contadas são testemunhos de vidas dedicadas ao direito, muitas vezes em ambientes adversos e pouco receptivos à liderança feminina. As magistradas que compartilham suas experiências trazem à tona não apenas suas trajetórias profissionais, mas também os aspectos humanos de suas vivências. Falam sobre as barreiras enfrentadas, o preconceito superado, as vitórias alcançadas e, sobretudo, a responsabilidade de decidir sobre questões que afetam profundamente a vida das pessoas.

As narrativas são inspiradoras e educativas, oferecendo ao leitor(a) uma compreensão mais profunda do papel das mulheres na magistratura e da importância de sua representatividade, demonstrando que a diversidade é essencial para uma justiça mais equânime e eficiente e que a presença feminina nos tribunais contribui para um sistema mais justo e inclusivo.

Esperamos que este livro inspire novas gerações de mulheres a seguirem seus sonhos no campo do direito e que as histórias de nossas magistradas sirvam como um lembrete poderoso de que, apesar dos desafios, é possível alcançar grandes feitos com determinação e integridade.

Dessa forma, agradecemos profundamente às autoras pela generosidade em compartilhar suas experiências nessa coletânea que certamente trará contribuições relevantes ao Poder Judiciário não só do nosso estado, mas de todo país.

Que esse livro seja um tributo à força, à resiliência e ao compromisso inabalável com a Justiça.

Boa leitura a todos(as)!

Desembargador Alexandre Miguel

Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia -  
EMERON

## Prefácio

É com imenso prazer e honra que apresento esta obra dedicada às magistradas do Judiciário de Rondônia. Este livro, além de ser um testemunho histórico, é uma celebração das conquistas, desafios e superações das mulheres que dedicaram suas vidas ao serviço da justiça em nosso estado. Cada página aqui contida reflete a resiliência, a coragem e a dedicação dessas profissionais que, dia após dia, contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao longo dos anos, testemunhei pessoalmente a dedicação incansável e o comprometimento dessas magistradas em suas respectivas funções. Este livro é uma homenagem merecida, que busca reconhecer e eternizar suas contribuições, não apenas para o Judiciário, mas para toda a sociedade rondoniense.

A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron), ao completar seus 38 anos, tem a satisfação de lançar esta obra como um marco de sua história e de seu compromisso contínuo com a formação e o aperfeiçoamento do Poder Judiciário. Este prefácio é uma tentativa humilde de expressar a gratidão e o respeito que todos nós temos por essas mulheres que, através de suas trajetórias, inspiram novas gerações de juristas.

Cada depoimento aqui apresentado é uma lição de vida, uma narrativa que nos conduz por caminhos de desafios e vitórias, de lutas e conquistas, sempre pautados pela ética, pela justiça e pelo compromisso com a verdade. Que este livro sirva de inspiração para todos que o lerem, mostrando que a justiça é construída com perseverança, dedicação e, acima de tudo, com humanidade.

Lembro-me de uma passagem relatada pela Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, em que durante um ato oficial no Tribunal, um cacique da Nação Karitiana, ao perceber que deveria entregar um símbolo de poder a uma mulher, hesitou e inicialmente entregou o símbolo ao Secretário-Geral presente. Foi preciso um segundo olhar para que o cacique entendesse que a verdadeira destinatária era a Desembargadora Zelite. Este episódio ilustra bem os desafios culturais e os momentos de surpresa que, de maneira leve e extrovertida, refletem as barreiras que essas mulheres enfrentam e superam diariamente.

Tânia Mara Guirro, com uma trajetória de 30 anos dedicados à magistratura, exemplifica a força transformadora do trabalho árduo e da compaixão, especialmente destacada por sua liderança em projetos como o Paternidade Responsável e Justiça Itinerante, que deixaram um legado indelével de justiça e cidadania em Rondônia.

A presença de Suzy Soares Silva ainda ressoa intensamente entre nós, uma magistrada que, com coragem e dedicação incomparáveis, transcendeu desafios pessoais e profissionais. Sua trajetória inspiradora e seu legado de justiça e humanidade permanecem vivos, guiando e fortalecendo todo o corpo da magistratura com a lembrança de que, mesmo nas adversidades mais sombrias, a verdadeira força e integridade prevalecem.

Os relatos de resiliência de Úrsula Gonçalves exemplificam a força da superação ao atravessar alagadiços com mala na cabeça e sapatos perdidos na lama, aprendendo com cada desafio e mostrando que, na magistratura, a sabedoria também vem da experiência cotidiana.

Sandra Silvestre exemplificou a verdadeira essência de uma magistrada ao ser escolhida para uma missão das Nações Unidas em Timor-Leste, onde sua atuação contribuiu significativamente para a reconstrução do sistema judiciário local, demonstrando que a justiça não conhece fronteiras e é movida pelo compromisso e pela coragem.

Em cada decisão tomada, Inês Moreira da Costa não apenas aplicou a justiça, mas também reforçou a crença de que a empatia e a sensibilidade são fundamentais para humanizar o papel do juiz, inspirando novas gerações a verem a magistratura como um caminho de serviço e transformação social.

A dedicação incansável à justiça e uma profunda empatia pelos desafios humanos, Sandra Merenda exemplificou como a sensibilidade e o compromisso podem transformar vidas, reforçando que a verdadeira justiça é alcançada com humanidade e compreensão.

Juliana Paula Silva da Costa, com uma mente brilhante e uma determinação inabalável, não apenas superou os desafios de suas origens humildes, mas também idealizou a presente obra, destinada a celebrar as histórias das magistradas de Rondônia. Sua trajetória é um testemunho inspirador de como a inteligência e a perspicácia podem transformar sonhos em realidade, deixando um legado duradouro de força e justiça.

Márcia Regina Gomes Serafim, oriunda de uma família de poucas posses, superou inúmeros desafios, desde trabalhar como advogada até ser aprovada na magistratura, sempre guiada pela fé e dedicação aos estudos. Em sua carreira, demonstrou compromisso com a justiça e a humanidade, seja enfrentando as dificuldades de atuar em comarcas do interior ou promovendo projetos de combate à violência doméstica. Sua trajetória é um testemunho de como determinação e compaixão podem transformar vidas e servir ao próximo com integridade.

Uma grata satisfação foi identificar a paixão pela justiça de Roberta Cristina Garcia Macedo que encontrou em Rondônia não apenas um lugar de trabalho, mas um verdadeiro amor à primeira vista, onde cada desafio e cada vitória solidificaram seu compromisso com a magistratura e a dedicação ao bem comum.

Com uma determinação firme, Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes não apenas superou as adversidades de uma carreira desafiadora, mas também transformou cada obstáculo em uma oportunidade para fortalecer sua resiliência, inspirando todas as mulheres que cruzam seu caminho.

A coragem e autenticidade, Míria do Nascimento de Souza transformou cada desafio em um passo significativo rumo à inclusão e diversidade no Judiciário, mostrando que ser fiel a si mesma é um poderoso ato de justiça.

Agradeço a todas as magistradas que compartilharam suas histórias, permitindo-nos vislumbrar um pouco de suas jornadas. Este livro é um tributo a vocês, que são exemplos vivos de que é possível transformar o mundo através da justiça.

Desejo uma ótima leitura a todos e que cada página deste livro reforce o orgulho que sentimos por nossas magistradas e o respeito que merecem por suas inestimáveis contribuições ao Judiciário e à sociedade.

Com todo o respeito e admiração,

Eurico Montenegro Júnior

Desembargador



# SUMÁRIO

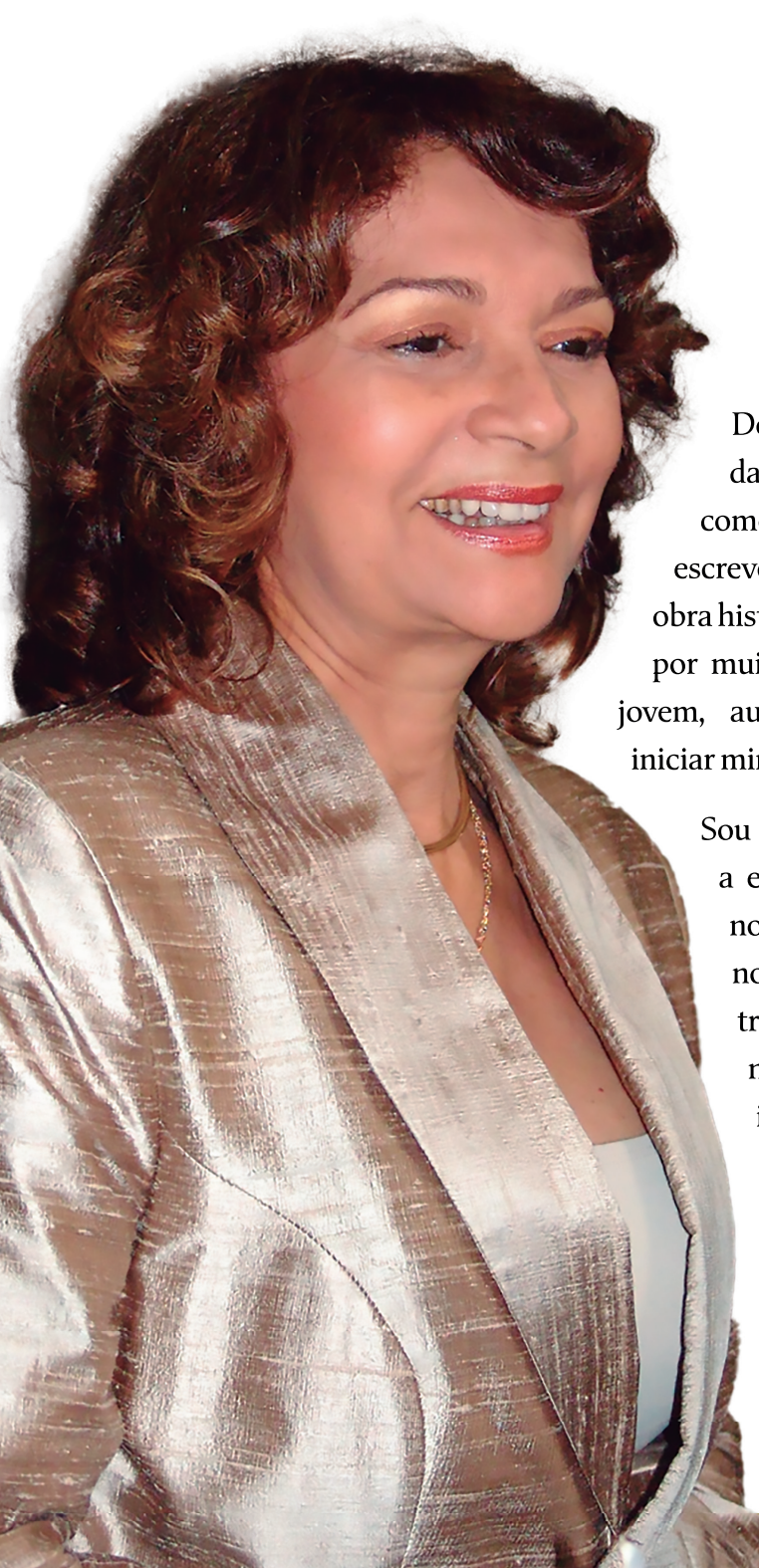
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro	11
Juíza Tânia Mara Guirro	29
Juíza Suzy Soares Silva	37
Juíza Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza	43
Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres	51
Juíza Inês Moreira da Costa	55
Juíza Sandra Beatriz Merenda	65
Juíza Juliana Paula Silva da Costa	81
Juíza Márcia Regina Gomes Serafim	91
Juíza Roberta Cristina Garcia Macedo	99
Juíza Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes	107
Juíza Míria do Nascimento de Souza	115





**ZELITE ANDRADE CARNEIRO**

## ZELITE ANDRADE CARNEIRO POR ELA MESMA



***“Uma caminhada de mil milhas começa com o primeiro passo.”***

Lao-tzu, filósofo chinês  
(604 BC-531 BC)

Desde que recebi o Ofício n. 148/2024, da diretoria da Emeron, passei a imaginar como começar a minha fala. Até porque, escrever inaugurando as páginas de uma obra histórica, sabendo que elas serão visitadas por muitos leitores, especialmente o público jovem, aumenta minha responsabilidade ao iniciar minha história no Judiciário de Rondônia.

Sou muito grata à Emeron por oportunizar a entrada em seus registros de parte de nossa vivência, pois, como toda mulher, nos consideramos responsáveis pelas transformações sociais e políticas de nosso tempo, as quais certamente impactarão outras vidas e gerações futuras.

Entretanto, é necessário dizer, ainda que em rápidas linhas, que há uma história anterior que começa na circunscrição judiciária

de Roraima, quando tomei posse como Defensora Pública do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, regida pela Lei Complementar n. 3434/1958, que previa o ingresso na carreira tendo como acesso inicial o cargo de Defensor Público. O decreto de nomeação foi assinado pelo então presidente Gen. João Batista de Figueiredo em dezembro de 1979, entrando em exercício em 2 de janeiro de 1980.

Como Defensora, trabalhei apenas por 20 dias, pois em seguida fui designada pelo então Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, hoje Desembargador aposentado do TJRO Dimas Ribeiro da Fonseca, para atuar em substituição ao Promotor Público titular. Muitas

coisas aconteceram de modo imediato, inclusive sessões do júri, sendo muito bem-sucedida, pois os processos que encontrei já estavam suficientemente instruídos e eu os havia estudado com muita antecedência.

Como seria bom se não houvesse sofrimentos internos e dúvidas. Desde o ano anterior, meu esposo me propunha que fôssemos para Rondônia, ideia que eu recusava com veemência. Entretanto, com o nascimento de nossa filha Géia em 4 de dezembro de 1979, com saúde delicada, tivemos que pensar mais nela do que em nós.

Em janeiro de 1980, quando tomei posse, minha filha Géia tinha apenas um mês de nascida. Ela tinha um defeito congênito no coração e, ao menor esforço, ficava cianótica.

Muitas vezes, eu estava em audiência e, ao menor aviso de meu marido, eu estava em casa ou no pronto-socorro da cidade para acompanhá-la em sua recuperação. Às vezes, a gente acha que Deus nos abandonou, entretanto, quando me lembro do sofrimento desse anjo, revivo minha dor por ela não poder respirar bem porque seu coração não tinha força. Naquela época, os especialistas em doenças cardíacas ensaiavam as primeiras descobertas sobre transplantes no Brasil. De minha longínqua cidade de Boa Vista, consegui falar com Adib Jatene, que me sustentou alguma esperança quando ela completasse 11 quilos de peso. Mas foi só uma esperança, uma nuvem de fumaça que se desvanecia com o tempo, uma vez que ela não conseguia deglutir os alimentos e só perdia peso.

As mães acreditam em milagres, e eu precisava disso para alimentar esperanças que insistiam em ficar comigo, transcendendo toda compreensão humana que meus olhos viam e meu coração sentia. E assim foi até 13 de junho de 1980, quando ela partiu silenciosamente enquanto nós duas

dormíamos, ela deitada sobre o meu peito. Passava pouco das 5 horas da manhã quando acordei e percebi seu corpo álgido, pois naquele delicado corpinho já se instalara a rigidez própria da morte ocorrida há duas ou três horas. Deus meu, que sofrimento.

Encerrava-se aqui uma vivência de lágrimas, entretanto, o sentimento de perda de um filho se instala nos espaços de sua alma de uma forma indelével. Fiquemos por aqui! Sei que todos imaginam e sabem como é uma cerimônia póstuma de um filho.

#### **FATOS PARALELOS**

Em 30 de novembro de 1980, por ter sido eleita para presidir a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Roraima biênio 1981/1982, assumi a presidência em janeiro de 1981.

Como mulher, posso afirmar que fui pioneira no exercício do cargo de Defensor Público naquela cidade e Comarca de Boa Vista, capital de Roraima, assim como no exercício da Presidência da OAB/RR, o que constituiu uma grande honra para mim. Dormia cedo e acordava cedo; às 7 horas já estava no escritório que ficava atrás do Fórum, e conforme a pauta, corria para o gabinete da Defensoria, uma sala ampla e arejada dentro do Fórum Sobral Pinto. A fila de atendimento era enorme. Trabalhava como se não houvesse amanhã. Morava numa casa oficial destinada a membros do MPDFT. Meu esposo, que nessa época estava inativo, era minha força principal; na minha ausência, ele abraçava com afincos nossa casa e prole (dois filhinhos), que eram amados e cuidados por ele, junto com a Sara, nossa colaboradora, e minha mãe, que constituíam minha rede de apoio para que eu trabalhasse em paz.

E a OAB? Sempre na parte da tarde estávamos lá para ver o expediente. O maior problema eram os recursos. Sem fonte de renda, nada se podia fazer. Não passei em branco pela presidência, apesar do pouco tempo. Vivíamos tempos difíceis em todos os sentidos. Editamos alguns atos firmados por mim como presidente, mas que representavam a posição do nosso Conselho. Apanhei muito por eles, mas entre tantas dificuldades, o pior mesmo era não fazer nada. Então fiz o que achava que deveria ser feito. Estão registrados nos anais da história. Aos meus apoiadores, meu reconhecimento e, aos demais, o respeito que sempre tive e sempre terei. Ninguém é unanimidade! Nem Jesus, que só fez o bem, teve o amor de todos; ao contrário, traíram-no covarde e sornateiramente, embora de tudo ele soubesse.

### **PRECONCEITO CONTRA A MULHER?**

O episódio que vou relatar aconteceu em meu gabinete de trabalho. Estava eu em meio a tantos processos e tantas coisas a fazer, quando o guarda territorial, que fazia a minha segurança e organizava a fila dos que queriam falar com o promotor público, abriu a porta. Olhou-me e disse: “Dra., tem uma autoridade aí, mas ele só quer falar com o promotor, não quer falar com a senhora não, ele foi bem claro.”

Olhei para o guarda, dei um sorriso e perguntei:

- O senhor falou que o promotor aqui é uma mulher?
- Não, senhora, não falei.
- Então, deixe comigo. Vamos resolver isso agora.

Abri a porta, olhei delicadamente para a criatura que Deus me mandou e disse:

- Bom dia, senhor! O senhor quer falar com o promotor público? Ele está viajando e só retorna ano que vem. Eu sou a nova promotora pública desta Comarca, posso lhe ajudar?

Não teve outro jeito, ele disse sim. É claro, atendi-o com a presteza do meu cargo, mas não imaginei que pudesse me deparar com essas preciosidades no meu trabalho.

Essa passagem me remeteu aos anos de 1973, quando eu cursava a faculdade, no segundo ano. Fui pedir um esclarecimento ao meu professor sobre direito financeiro e ele nem esperou eu colocar a questão. Dirigindo-se a mim e minha colega, disse: “Vocês são lindas, o que estão fazendo aqui? Vão para casa aprender a fazer manjar de laranja para o marido de vocês.” Virou-se e foi embora, e nós ficamos falando sozinhas. (Risos)

Virei para minha amiga:

- Você sabe fazer manjar de laranja?

- Não.

- Eu também não! Então vamos estudar, nós não precisamos fazer nada disso.

Ao me reportar ao que aconteceu no meu gabinete, revivi tudo numa fração de segundos: quando será que isso vai acabar, meu Deus!?

No 1º semestre de 1981, participei de uma reunião de presidentes da Ordem dos Advogados, em Goiânia, não posso precisar a data, mas foi bem antes de junho. Soube muito depois que ligaram para o então presidente em âmbito nacional para comunicar sobre a minha vida em concubinato. Constava também que eu não deveria participar da reunião de presidentes, fatos e conversas havidas das quais eu ignorava

completamente, pois realmente desconhecia a ocorrência desses fatos. Surpreendeu-me então um telefonema recebido do então presidente nacional, Bernardo Cabral, que não só renovou a mim o convite feito por um telegrama, como me disse que teria muito gosto em receber a mim e meu marido naquela reunião de trabalho, e acrescentou: “Enviarei as ordens de passagens para a senhora.” Agradei sensibilizada o convite. Quando comuniquei aos colegas mais próximos alguém se manifestou com alegria aplaudindo a atitude do presidente, e um deles me fez saber o que acontecia nos bastidores. Foi uma lição aos preconceituosos.

De fato, recebi as passagens em meu favor e então, eu, meu marido e meu filho pequeno fomos a Goiânia para o meu primeiro compromisso oficial com a cúpula da OAB Nacional. Fui encaminhada para uma sala ampla e arejada e a maioria dos colegas já estava acomodada. Caso não me falhe a memória, o encontro ocorreu no Hotel Flamboyant.

Procurei um lugar e me acomodei, e claro, o colegiado era completamente masculino. Eu, a única mulher na composição daquele plenário, mantive-me discretamente na reunião e firmei a lista de presença. Vários temas foram postos em pauta, porém, o mais significativo tratava da liberdade no mais amplo aspecto. Ao final daquela manhã, me identifiquei aos colegas, mas não senti muita firmeza. Pensei comigo mesma: tudo bem, estou aqui. Mas essa atitude não foi unânime; o secretário da Ordem àquele tempo era Hermann Assis Baeta, tão elegante e tão gentil que nunca esqueci seu nome e, naquela solenidade, quase sempre nosso companheiro de mesa e nos raros passeios destinados aos presidentes, afinal, aquela era uma reunião de trabalho.

Hoje eu sei dessas coisas, mas naquela oportunidade eu não sabia que havia foto oficial e nem sei se houve, porque desse fato não guardo a menor lembrança.

Enquanto isso, meu marido (único homem) e meu filho transitavam pelos passeios organizados para as esposas. Ao final da reunião, fui procurada para uma entrevista e me pus à disposição. A admiração era grande porque uma mulher fazia parte da assembleia.

### **A VIDA PESSOAL CAMINHA AO LADO DA PROFISSIONAL**

O outro lado da moeda é repleto de meandros próprios de cidades do interior. Vivíamos ainda sob o regime militar, a moeda em vigor era o cruzeiro, e como eu era uma promotora pública substituta atuante, é evidente que incomodava. Cogitava-se no alto escalão que eu devia ficar quieta! Como? Eu nem tinha mexido no palheiro! A minha fonte era fidedigna. Eu não sentia receio nenhum quanto a mim, mas quanto a meu filho pequeno eu estremecia.

Vivíamos numa sociedade que hostilizava e marcava com a tisa dos murmúrios, dos olhares de soslaio, com muxoxos e risinhos sarcásticos os que fugiam dos padrões comportamentais da época. Eu estava entre as marcadas. Meu marido estava separado judicialmente, estávamos juntos há onze anos, desde 1969, sem matrimônio. A lei do divórcio só foi aprovada em 1977, ano em que meu primogênito veio à luz, e o casamento de seus pais só se concretizou em julho de 1981, demora devida aos trâmites burocráticos de papéis alusivos ao casamento no Sul do País. Até o ato se concretizar, muitas tristezas, lágrimas e noites mal dormidas caminharam comigo, porque as mulheres crucificavam as próprias mulheres, como até hoje. Não demora muito para as madames escorregadas derraparem no escorregadio lodo de

suas peripécias extramatrimoniais. Jamais pensei ou desejei ver isso! Um escândalo.

Outro momento delicado que tivemos de enfrentar adveio alguns meses depois, quando procurei a minha igreja católica para batizar o meu filho de tenra idade. O padre negou-se porque não éramos casados na igreja. Eu me sentia excluída. Imagina o leitor o meu sofrimento, menina educada nos colégios de freiras, sob olhar rígido de uma educação que mais castigava à vista da menor infração do que educava. Eu disse ao padre de então: – nem Maria Madalena fora julgada por Deus com tanto rigor. Qual o dia em que a Igreja batiza, padre? Estarei aqui para que o senhor batize o meu filho, ele é só um inocente. Não precisa dizer que eu falava com palavras entrecortadas pelo choque e a desagradável surpresa. No dia aprazado, fui lindamente vestida com meu bebê, meu marido e os padrinhos, sentamos na primeira fila. A santa missa transcorreu normalmente e o batizado também. Graças a Deus! Por prudência e discrição, evito falar sobre nomes ou qualquer especulação maior sobre o delicado assunto. Eu estava feliz, meu filho estava entre os diletos de Deus, fora batizado. Era assim que eu pensava.

Com a partida da Géia, meu esposo voltou a pautar nossa vinda para Rondônia. Examinados os prós e os contras, decidimos partir.

Em julho de 1981, renunciei ao mandato de presidente da OAB/RR, onde permaneci por apenas seis meses, mas é preciso dizer que passei por tremendas refregas morais que só a intimidade do meu ser conhecia. Eu não queria ir, eu tinha tudo para ficar na minha amada cidade de origem junto a meus familiares, entretanto e não mais que de repente, pela minha vida trafegam influências desconhecidas e às vezes ininteligíveis, pois embora todos tenham o livre-arbítrio, a vida forja e afunila seu caminho para que você vá por onde deve ir.

Este é o início da história de uma mulher, esposa, mãe e advogada que se preparou para a vida porque queria sua independência econômica e porque queria honrar o seu país com seu trabalho, valorizar a condição da mulher como parceira indispensável em todos os setores e espaço de uma sociedade moderna e não preconceituosa.

A vida foi generosa comigo. Sempre estive cercada de apoio da minha família e, quando vim para Rondônia, a vida também cuidou de me aproximar de pessoas que cuidavam de minha casa com especial dedicação e comigo permaneceram por longos anos, seja na vida profissional, seja na privada. Gratidão eterna ao meu Deus, pois meu esposo inaugurou essas bênçãos.

### **1981 – EM RONDÔNIA (JI-PARANÁ)**

Aportei em terras de Rondon em 3 de agosto de 1981, no final da tarde, a bordo de uma aeronave (avião monomotor) e aterrissamos numa pista encascalhada, eu e meu filho de 4 anos, Áquila. Enquanto o avião nos sacolejava pelo pedregulho, eu me questionava: o que vim fazer nesse lugar, meu Deus? Poeira, calor, calor e poeira. O aviãozinho derrapou algumas vezes naquela pista, e eu segurava a mãozinha de meu filho que não entendia nada do que estava acontecendo. Enfim, salvos e em terra, descemos e fomos recebidos por um casal, ela uma professora paulistana de nascimento e ancestralidade italiana da gema Alzira Marcolino e seu esposo, um fazendeiro de café, senhor Zuca Marcolino, como era conhecido na cidade, hoje já falecidos.

A eles devemos a nossa hospedagem em Ji-Paraná, pois até vaga em hotel era difícil.

Fui lotada naquela comarca como promotora pública substituta, do quadro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Como todo começo, tudo foi muito difícil. Os livros tinham que ser acondicionados em sacos plásticos transparentes para serem preservados da poeira. A distribuição da energia e da água era muito precária. Não havia asfalto.

Apesar de ter me apresentado à autoridade local, nenhuma sala me foi indicada para eu me instalar e começar a trabalhar. Eu sempre passava em cartório todos os dias para ver se havia carga processual para a novel promotora pública da comarca, e a escritã da época informava que não. Passadas duas semanas, dei conhecimento ao meu superior hierárquico, então procurador-geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios, hoje desembargador aposentado do TJRO, para denunciar o ocorrido, porque a OAB havia me informado que o promotor ad hoc continuava recebendo os processos que deveriam ser a mim distribuídos. Seria preconceito contra a mulher? Não sei, nunca soube. Depois disso, tudo foi resolvido, afinal, eu estava lá numa situação legítima de agente político concursada e empossada.

Entramos numa rotina de trabalho normal que prosseguiria até a transformação do território em estado em dezembro de 1981, sendo a instalação em 4 de janeiro de 1982.

Para esclarecimento – aos jovens estudantes e advogados novos – naquela época o Poder Judiciário acolhia o promotor público em suas instalações com todo o equipamento para o gabinete funcionar, porque até então o Ministério Público não dispunha de independência financeira.

A despeito da criação do estado, é preciso registrar um fato que acontecia nas comarcas. Havia propaganda do governo incentivando a vinda de pessoas para Rondônia, com promessas de distribuição de terras. Em razão disso, os colonos

promoviam o casamento de seus filhos bem jovens ainda, a fim de se habilitarem como candidatos a um módulo de terra, de sorte que esse fato gerava um enorme volume de processos de habilitações de casamentos, que chegavam ao meu poder na faixa de 900 a 1.200 por semana, e eu tinha atribuição de Ji-Paraná a Vilhena. Permaneci na comarca até 23 de março de 1982, e no dia seguinte aportava em Porto Velho para começar a viver uma nova experiência, ainda vinculada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aqui em Porto Velho, ficamos hospedados no Hotel Floresta, um dos raros hotéis da cidade; encontrei dois outros colegas: José Edson Jorge e Ledy Fischer de Araújo Fernandes, então promotores públicos.

Passei a trabalhar junto aos Juízes substitutos que já estavam na Comarca, até que fomos admitidos, nos termos da lei estadual, como membros do Ministério Público do Estado de Rondônia. Nós três cuidávamos de todas as pautas de audiência do novo Estado, além dos expedientes e demandas relativas à instalação do Ministério Público de Rondônia. Geralmente, os dois mais antigos ficavam na Capital para atender à demanda local, enquanto eu viajava por todo o Estado na companhia de um Juiz substituto para atender às questões urgentes, especialmente de réus presos.

### **1982 – O INUSITADO ACONTECE DENTRO DA IGREJA**

A esta altura, a igreja se aproximava dos ritos da Semana Santa, e eu sentia uma enorme vontade de comungar, de participar da santa missa, enfim, sentia falta do exercício das reverências às coisas santas. Fui à Igreja, lembrando sempre que meu casamento não era abençoado por Deus. Será?

Naquela hora, eu precisava muito de uma palavra amiga, um conforto espiritual, coisas que às vezes nem nosso coração sabe por que estamos tão tristes. Entretanto, o momento vivido pelos cristãos católicos, entre os quais me incluía, era de profunda contrição, sentimentos que se somavam aos outros dentro da Igreja, para reverenciar a Jesus em sua Santa Paixão e morte na Cruz.

Com esse sentimento e convicta do que desejava fazer, procurei um confessor e aguardei a minha vez, numa enorme expectativa de que seria bem acolhida. (...) Chegou a hora, aproximei-me e ajoelhei-me. Depois dos ritos iniciais, disse-lhe que, embora o meu casamento não tivesse a bênção da Igreja, eu estava ali para colher a sua bênção, em face do momento santo que vivíamos.

Meu confessor não perdeu um minuto comigo. Disse-me sem dó nem piedade: “Você não é digna de pôr os pés no chão da minha Igreja, saia imediatamente. Saia!”

Meu coração só faltou sair pela boca, minha garganta abafou meu grito, e saí da igreja quase no mesmo instante em que havia me ajoelhado no confessionário. As pessoas mais próximas não entenderam nada! Saí apressada o quanto pude, oprimida, arrasada. Do lado de fora, sentei-me no canteiro mal iluminado da Igreja e, como não poderia deixar de ser, rompi em pranto sentido, que só minha alma humilhada e minha dignidade ferida conheciam. Naquele momento, eu era apenas uma mulher sofrendo os desencantos da “santa” ignorância de um padre despreparado. Não sei quanto tempo passei ali, mas eu precisava ir para o hotel, onde meu esposo me aguardava com meu filho. Para me acalmar, orei ao Senhor: “Meu Jesus, eu sei que TU vêes todas as coisas, não sou digna de entrar em tua casa. Mas seca o meu pranto, acalma a minha alma, sei que Tu não me condenas. Não deixe que meu marido perceba que chorei.”

A partir daquele dia, só entrava naquela Igreja fora dos horários de missa e, quando entrava, revivia aqueles tortuosos momentos inaceitáveis. Certa vez, olhando a imagem de Jesus, Ele parecia dizer:

- “Calma! Calma!”

Eu não podia continuar assim. Não precisava reviver a humilhação a que fui cruelmente submetida. A partir dali, procurei o Kardecismo e passei a conhecer o Evangelho segundo o Espiritismo. Ele é baseado nos quatro Evangelhos de São Mateus, São Marcos, São João e São Lucas. Um grande aprendizado na minha vida, pois ali aprendi a perdoar e a orar pelos que nos causam mal e pelos que nos perseguem.

Conto esse episódio porque ele fez parte da minha vida e me marcou profundamente por muito tempo. Hoje, é só uma lembrança que não é boa, mas não me faz mal. Quando completamos 25 anos de casados, minha amiga querida Regina Coeli de Maria Franco fez uma bela festa para mim e meu esposo, festa que se realizou na sede social do Ministério Público de Rondônia, com a presença de amigos e do Padre Emílio, que jantou conosco e nos abençoou.

Retornei à Igreja quase 20 anos depois, quando meu então algeoz faleceu.

## **RETORNEMOS AOS FATOS DE NOSSA CHEGADA EM PORTO VELHO**

O tempo passou...

Resumindo: instalamos o Ministério Público Estadual com a realização do I Concurso Público para ingresso na carreira. A posse foi em 26 de julho de 1982, pelo então Procurador-Geral de Justiça Edson Jorge Badra. Na carreira,

também dei minha contribuição como Corregedora-Geral do Ministério Público e depois como Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Rondônia (1993-1995). Nessa ocasião, criamos a Fundação Escola Superior do Ministério Público e promovemos o primeiro curso de pós-graduação em Processo Civil, em convênio com a Universidade de Petrópolis.

### **NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Em 1997, ascendi ao Tribunal de Justiça de Rondônia pelo quinto constitucional, onde permaneci por 17 anos e alguns meses.

Em 2 de maio daquele ano, às 16 horas, fui calorosamente acolhida no TJRO, situado na Rogério Weber, e o Eminentíssimo Desembargador Antônio Cândido, então Presidente do Tribunal, me deu as boas-vindas quando adentrei pela porta dos magistrados. Com um sorriso amistoso, me estendeu a mão dizendo que eu era bem-vinda! Fiquei feliz e mais descontraída. Naquele momento, minha vida se abria para outro cenário e, comigo, já convivía um sentimento novo que me alertava para o exercício do novo mister institucional, pois eu iria fazer algo que até me inquietava a alma: julgar! Eis a palavra de peso que me chamava atenção.

É claro que eu tinha um lastro de mais de 16 anos no Ministério Público do Estado, como Procuradora de Justiça, e como procurava a verdade nos autos, logo a nova missão deveria ser cumprida com o mais fiel sentimento de Justiça. “O Senhor me guiará como sempre”, pensei cá com meus botões. Com esse sentimento, respirei fundo e disse a mim mesma: “você não está sozinha!” Nesse dia, também tomou posse o Eminentíssimo Juiz de Direito Sérgio Alberto Nogueira de Lima. Foi uma cerimônia de posse como todas as outras, de sorte que estávamos cercados por amigos e familiares,

cumprimentos e comemorações, entre outras coisas de praxe cerimonial.

Iniciei a minha trajetória no TJRO de coração aberto, cheia de incentivo e boa vontade.

A composição do TJRO era a seguinte:

- 1- Dimas Ribeiro da Fonseca;
- 2- Eurico Montenegro Júnior;
- 3- Adilson Florêncio de Alencar;
- 4- Antônio Cândido de Oliveira;
- 5- Elizeu Fernandes de Souza;
- 6- Renato Martins Mimessi;
- 7- Gabriel Marques de Carvalho;
- 8- Walter de Oliveira;
- 9- Sebastião Teixeira Chaves;
- 10- Sérgio Alberto Nogueira de Lima;
- 11- Zelite Andrade Carneiro.

É mister reconhecer os sentimentos de gratidão e honradez por ter integrado tão honorável Corte de Justiça. A cada uma dessas personalidades sem jaça, sensibilizada, agradeço a acolhida e o fraternal carinho a mim sempre dispensados.

Três anos depois, assumiu a presidência o eminentíssimo desembargador Renato Martins Mimessi, que me convidou para assumir a Corregedoria-geral da Justiça durante seu mandato, no biênio 2000/2001. Ainda durante esse mandato, fui eleita vice-presidente, em novembro de 2000, do Colégio Nacional dos Corregedores.

E assim foi. Muito trabalho, e isso valeu muito pelo conhecimento e experiência adquiridos. Nossa atenção era muito voltada para a estatística das demandas no Estado, e então a Corregedoria passou a informatizar esses dados, que seriam de muita valia no futuro.

Tivemos enormes desafios, e o maior deles ocorreu quando o Governo Federal tornou gratuito o registro de pessoa natural, o que significava dizer que os tabelionatos iriam suportar a gratuidade inteira. Em Rondônia, algumas

serventias eram exclusivas para esse mister. Como poderiam suportar tamanho encargo, se essa era a natureza de sua arrecadação? Para resumir, as coisas foram resolvidas com a criação da Lei do Selo para fazer frente a essa questão.

Com as frequentes viagens ao interior, para conhecermos e estudarmos as Comarcas, ficou registrada na minha memória a vida do juiz no interior, muito sacrificada, mas ainda assim, menos sofrida do que em 1982, quando da instalação do Estado.



É importante registrar que tivemos como Juizes Auxiliares da Corregedoria os então Juizes de Direito Ivanira Feitosa Borges e José Jorge Ribeiro da Luz, duas personalidades do mais alto jaez como quais pude contar em todas as demandas da Corregedoria, a exemplo da realização de Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura, cuja presidência compete à Corregedoria-Geral de Justiça. Eles foram extraordinários, conscientes, dedicados, probos e amistosos. Registro meus agradecimentos e



reconhecimento à Eminente Desembargadora Ivanira Feitosa Borges, hoje aposentada, e ao não menos eminente Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz pela sua participação e colaboração durante minha gestão na Corregedoria.

### **EM 2008, NA PRESIDÊNCIA DO TJRO**

*Não vos esqueçais da hospitalidade,  
porque por ela, alguns, não o sabendo,  
hospedaram anjos.*

Paulo (Hebreus 13:2).

A nova administração ficou assim composta:

Presidente: Des<sup>a</sup> Zelite Andrade Carneiro

Vice-presidente: Des. Walter Waltenberg

Corregedor-geral de Justiça: Sansão Saldanha

Diretor da Emeron: Des. Roosevelt Queiroz Costa

Vice-diretor: Juiz de Direito Alexandre Miguel

Naquela oportunidade, esta Presidente foi entrevistada pela Emeron: Revista n. 8, p. 9.

“É possível mudar esse quadro desalentador que a população tem do Judiciário em relação à morosidade, impunidade e credibilidade?”

Pergunta árdua e radical. Só vai entender quem se lembra dos fatos que aconteciam na política. No Brasil, atravessávamos uma onda de atividades policiais crescentes,

às vezes totalmente desarrazoadas. Primeiro, prendiam-se pessoas e até autoridades para, depois, elas se explicarem. Quer dizer: primeiro as ridicularizavam, desmoralizavam, para depois elas saberem por que estavam sendo processadas. Nosso Tribunal estremeceu, e passamos por momentos muito delicados, cujos meandros não vale a pena circunstanciar, embora nos tenham marcado profundamente. E nossos colegas? Espero que estejam sarados da dolorosa e desnecessária experiência. Fui a relatora de um dos feitos e posso afirmar que nós, do Judiciário de Rondônia, sofremos uma impactante e profunda injustiça. Não vi nada naquelas diligências descabidas que pudessem justificar tão agressiva ação policial e, muito menos, ação penal.

O leitor está percebendo que nem tudo foram flores e que estamos dentro de um contexto social que não admite que olhemos somente para nós mesmos, mas também para o outro que está ao lado.

Isso quer dizer que tudo importa: como julgadores, como administradores ou simplesmente como pessoas comuns. É preciso desenvolver os sentimentos pelo coletivo e riscar o individualismo. Esses fatos ocorreram no biênio 2006/2007, estavam muito recentes na nossa posse e a sociedade cobrava e respingava em todo mundo os julgamentos precoces feitos por pessoas comuns em relação ao Poder Judiciário. Por isso, achei necessário fazer essa retrospectiva para trazer à luz a temperatura atroz em que gerimos nossas vidas à época. Então, concluindo o raciocínio: a pergunta da Emeron (Escola da Magistratura de Rondônia) fazia todo sentido naquele momento, e por isso vou transcrever minha resposta, que em tudo parece muito atual e, em outros aspectos, com gravame maior.

– “(...) A sensação de impunidade é enorme e reflete a nossa realidade. Os últimos acontecimentos, como a prisão de

Juizes, Desembargadores e até Ministros, contribuíram muito para que o índice se postasse tão baixo. Afora essa questão, temos códigos anacrônicos com uma previsão recursal tão vasta que chega ao desalento. E, se somarmos o volume de processos e o reduzido número de juizes que foram treinados para fazer sentenças e não acordos, teremos, na minha visão, um diagnóstico da origem de tanta morosidade, isto sem falarmos naquilo que chamam foro privilegiado e imunidade, que engrossam o caldo da impunidade neste País. Podemos mudar esse quadro?

– Claro que sim. Basta que se resolva o maior problema da atualidade: a falta de educação. Num País onde a educação é prioridade, o índice de criminalidade é menor e, conseqüentemente, se exige menos do Judiciário. Com a educação, teremos eleitores mais conscientes, que não precisarão, em razão da fome, fazer do seu voto moeda de troca com aquele inescrupuloso que pretende representá-lo politicamente. Acho que o contexto merece chamar à ilustração a máxima de Martin Luther King:

O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem caráter, nem dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons.

Esse foi apenas um flash vivido e cujas tisanas se protraíram no tempo, atingindo nossas almas e toda a sociedade por uma onda de angústia consciente, como se soubéssemos que nada estava bem.

Desde 2008, quando assumi a Presidência do TJRO, até o presente (2024), passaram-se 16 (dezesesseis) anos, e o quadro vivido hoje, no momento em que essa história é escrita, politicamente falando, guarda uma realidade ainda

pior de tudo o que já foi testemunhado pela insegurança jurídica no País. Estamos vivendo sob um regime de ditadura imposta pelo Judiciário Brasileiro, que impôs ao povo censura à liberdade de expressão.

Já o Chefe da Nação atual prega o aborto, tenta a todo custo abalar a credibilidade das instituições e, destituído de qualquer popularidade, não se preocupa com o bem-estar do seu povo. A economia não está bem. O comércio sofre as agruras de um País que perdeu o leme. É esse o cenário em que escrevemos.

Feitas essas digressões, seguem-se as vivências no Judiciário de Rondônia até 2014, quando então me aposentei.

Como juízes auxiliares da Presidência, estiveram conosco presentes e participativos os Eminentíssimos Juízes de Direito Francisco Borges e José Antônio Robles, Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça. A eles também nosso profundo reconhecimento pela colaboração. Meu reconhecimento também é dirigido a toda a equipe administrativa, constituída então, em sua maioria, de mulheres, pois o quadro de servidores detém mais de 50% (cinquenta por cento) de mulheres. A elas e a eles, nossos agradecimentos.

O Des. Francisco Borges administrava, na época, a construção do edifício-sede do Tribunal, e sabemos que ele se defrontou com muitos desafios nesse pesado encargo, enquanto Des. José Antônio Robles, num gabinete mais próximo, despachava as rotinas do Tribunal, como recursos e precatórios, que não eram poucos.

### **7 DE JUNHO DE 2008 – HOMENAGEM PÓSTUMA**

Permito-me uma homenagem póstuma pela justiça

que faço ao meu então esposo, Major Rufino Rodrigues Carneiro, meu companheiro nessa jornada conjugal por quase 40 anos, falecido em 7 de junho de 2008.

Tivemos 3 filhos maravilhosos que sempre foram os grandes amores de nossas vidas: Áquila (1977), Géia (1979) e Argos (1988) em Porto Velho.

Seu pensamento era futurista, sua esposa era sua companheira e não sua empregada. Considero-me, até hoje, uma grande privilegiada, pois ele aliviava minhas tarefas e meu cansaço com as crianças, levava-as e buscava-as nos colégios, cuidava dos cartões de vacinação, levava-as nas atividades extraescolares, fazia as compras de casa e me poupava muito, pois sabia das minhas responsabilidades com meu trabalho e o estresse pelos quais eu passava. A mim, praticamente, tocava acompanhá-los nas tarefas e deveres da escola. Isso eu fazia com prazer.



Nossos finais de semana eram sempre fora, e não me lembro de cozinhar em casa nos finais de semana. Muitas vezes, em Boa Vista (RR), nossos amigos de então – a maioria do comércio – encontrava-se no final da tarde, não necessariamente no final de semana, e chamavam-no para participar. Então, ele me ligava e dizia: “Vamos nos encontrar lá só para você relaxar um pouquinho”, e quando eu podia, é claro que ia, mais para prestigiá-lo do que por mim mesma. Às vezes, eu chegava nesses encontros e não havia uma única mulher, mas eu ficava.

Agradeço ao meu companheiro pela jornada solidária; obrigada a você, sempre lembrado esposo, pelo prestígio, pelo carinho e pela atenção que sempre dedicou a mim e a nossos filhos.



### **PROSSIGAMOS...**

Este não é um relatório de gestão, mas é sempre bom lembrar das realizações, dos desafios e que eu tinha o maior interesse por obras, uma grande na capital – edifício-sede – e outras mais no interior, pelo menos duas: Ariquemes e Jarú.

As obras são assim, uns começam e outros terminam, não se permitindo solução de continuidade; até porque a gestão deve ser abraçada como única para o bem da própria administração. Entramos na rotina de instituições organizadas e que caminham sozinhas, apesar da estrutura. Cada um conhecia e sabia o que devia fazer. Assim foi feito.

Lembro-me de que, à época, havia falta de servidores, e já no segundo semestre de 2008 tomaram posse 24 técnicos judiciários e 7 (sete) oficiais de justiça. Precisávamos de muito mais servidores, que seriam chamados no ano seguinte em etapas.

### **2009 - I – RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A inclusão digital da tribo Karitiana merece destaque.

Entre outras iniciativas, abraçamos um projeto intitulado “Inclusão Digital e uma Tribo da Nação Karitiana”. Contamos com a ajuda de alguns órgãos, como o SENAI, que cedeu o local onde era realizado o curso; o SIPAM (Serviço de Proteção da Amazônia), que concedeu toda a infraestrutura da rede lógica e antena para comunicação via satélite; e a Caixa Econômica, que se prontificou a abrir vagas para indígenas como estagiários (300 vagas que jamais foram preenchidas). Somente 13 indígenas receberam certificado de conclusão do curso, e, se fosse apenas um, também teria valido à pena. No dia da inauguração do laboratório de informática na aldeia,

foi uma festa para toda a comunidade. Os jovens indígenas mostravam uma alegria contagiante e diziam que iam falar com o mundo... coisas assim.

Estou me reportando a esse projeto porque, em um ato que promovemos no Tribunal com a presença dos indígenas, compareceu o Chefe-Mor da Nação Karitiana e seu staff com presentes para o Chefe do Tribunal. Reunimo-nos no grande saguão do prédio. O objetivo era falar-lhes sobre a inclusão digital, e isso foi feito com praticidade.

Leonardo Donato, então Secretário-Geral, era e ainda é um “jovem senhor de cabeça branca” e estava presente próximo a mim. Então, o Cacique fez a entrega a ele de um instrumento indígena representado por um pedaço de madeira trabalhado, que em sua aldeia representava o Poder Máximo. Renato Karitiana, como tradutor oficial, cochichou algo para o Cacique, e este olhou para Renato quase pasmado e, em seguida, dirigiu-se novamente a Leonardo, tirou-lhe o instrumento de volta e me entregou. Eu lhe agradei com um sorriso e um aceno de cabeça simultâneos. Depois das palmas e agradecimentos, ali terminava a cerimônia. Depois rimos do episódio, e pensei comigo: “Até tu, Brutus? Preconceito do cacique?”

É que, na concepção deles, uma índia não pode ser a chefe suprema de uma Nação que é composta de várias tribos, daí o seu espanto de ter que entregar seus símbolos máximos a uma mulher. Coisas de culturas diferentes.

Como todos os colegas anteriores, também tivemos uma agenda recheada de atividades e realizações. Não vou declinar datas para não incorrer em erro.

Ainda na parte de responsabilidade social, plantamos 1.200 mudas e 4.000 sementes de árvores nativas da Amazônia.



Tivemos como parceiros as prefeituras de Porto Velho e Itapuã do Oeste.

Em julho de 2009, foi promovido o 80º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. Tivemos a honra de receber os Presidentes do Poder Judiciário de seus respectivos Estados, assim como a presença do Desembargador Marcus Faver, então Presidente do referido colegiado, e do Ministro Gilson Dipp, Corregedor Nacional de Justiça, que abordaria tema pertinente ao Conselho Nacional

de Justiça, focando na Comunicação e Transparência na Justiça (Fonte: Ascom TJPI).

O evento transcorreu dentro da esperada normalidade, em clima sereno e amistoso, ocasião em que pudemos mostrar aos convidados nossas peculiaridades regionais, nossa cultura local, comida e sabores.

### **NOVO EDIFÍCIO-SEDE**

A inauguração da sede do Tribunal ocorreu em outubro de 2009, oportunidade em que homenageamos todos os antecessores que deram sua parcela de colaboração e assim contribuíram para aquele importante momento.

Foi uma bela e representativa solenidade, até porque abrir as portas daquele prédio à comunidade jurídica, à sociedade, ao público em geral e a nossos servidores representou muito para todos aqueles que, ao longo do tempo, foram construindo a fundação, colocando os tijolos, erguendo as paredes até que ele aparecesse pronto para ser ocupado e cumprisse sua missão.

Na tecnologia, o TJRO avançou na velocidade e praticidade que possibilitaram uma prestação jurisdicional mais rápida, como o julgamento virtual. Outros recursos importantes foram implementados, como o HC digital, a Central de Mandados, o Portal da Transparência, a Lista de Precatórios online, etc.

Durante a gestão, o Tribunal acolheu os 10 desafios do CNJ, sendo possível afirmar que 90% deles foram cumpridos graças aos esforços de servidores e magistrados.

Nosso Tribunal, moderno e dinâmico, em 2007 já dispunha de planejamento estratégico, mas houve por bem aliar-se ao planejamento estratégico do CNJ na gestão seguinte,



que ora descrevemos. Registra-se que o Pleno Administrativo também aprovou o PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores do Poder Judiciário).

### **ALUSÃO ESPECIAL AOS SERVIDORES**

O mérito é devido a todos, a muitas mãos e mentes brilhantes de servidores comprometidos com as rotinas e pautas especiais de nosso Poder Judiciário de Rondônia, um dos Tribunais mais dinâmicos e eficientes do País.

“Ninguém se salva sozinho” (Fiódor Dostoiévski). Podemos somar a esta máxima a seguinte frase: “Ninguém é bom sozinho”, por isso deixo aqui meu profundo agradecimento a todos os magistrados e a todos os servidores do Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, porque sem eles, sem o seu comprometimento e sua dedicação jamais teríamos feito tantas coisas. Muitas mãos, muitas mentes, humildes, anônimas mas que se somaram a nós, são todos servidores sem distinção. Recebam a reverência especial de amor e respeito.



**2010/2011**

Em 2010, assumi a Presidência do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral e, ali, no tempo e época oportunos, presidir as Eleições Gerais para Presidente da República e Governadores dos Estados foi uma missão especial, assim como foi uma honra trabalhar com a laboriosa equipe de servidores, dela fazendo parte também os magistrados de primeiro grau, que se somaram a nós naquele mister.

A maior decepção veio quando, apuradas as urnas, não podíamos totalizar o resultado; o protocolo da época exigia que se encaminhasse todo o apurado ao Egrégio TSE, que cumpriria esse mister.

### **APOSENTADORIA**

Três anos depois, postulei a minha aposentadoria.

Dediquei-me à Igreja, depois que com ela fiz as pazes, é claro, e hoje sou Ministra da Eucaristia. Entre outras ações, presidindo a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira

Jurídica, Comissão Estadual de Rondônia, no exercício do segundo mandato de três anos, até fevereiro de 2026.

Sinto-me gratificada e com a sensação de dever cumprido. Enfim, vim, vi e venci (de quem é esta frase?).

### **DESCONTRAINDO...**

Esta sou eu.

Minha vida, como a de muitos colegas, foi muito intensa e ainda é em alguns aspectos. Gosto das artes, elas tornam leve a nossa vida. Sou ligada à música, aos bordados, às artes plásticas, à poesia, que nos leva a viajar. Gosto de tocar para mim mesma, de viver e sentir aquilo que toco no meu violão. Meu espírito é de uma artista, minha cara pode não ser, mas eu adoraria ser uma comediante. Se fosse para o teatro, era o que gostaria de ser, para rir até de mim mesma. Rir faz muito bem! Deveríamos nos reunir só para sessões de risos. Mais uma coisa:

Vocês não ficam embevecidos com uma audição de piano tocado pelas exímias mãos de Maxulene, uma magistrada do mais alto jaez? Já viram-na tocar Bachianas de Villa-Lobos? E a 9ª Sinfonia de Beethoven? Eu também não! Adoraria! Assim como adoraria tocar para vocês “Viagem”, de João de Aquino e Paulo César Pinheiro.

### **EPÍLOGO**

Essas memórias só provam que a mulher deve continuar lutando com toda a sua coragem neste mundo ainda impregnado de preconceitos e machismo estrutural, sustentados pela própria sociedade. É claro que esses conceitos ainda existem por aí, mas sabemos, estatisticamente falando, que mais de 50% das mulheres neste país sustentam suas famílias.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi firmada logo depois da Segunda Guerra Mundial (1945). Desde então, nós já tínhamos direitos iguais, mas nossos códigos anacrônicos, nossas leis desatualizadas pareciam desconhecer esses direitos, fato que acontecia no mundo inteiro. A nossa condição de mulher começou a melhorar um pouco com o Estatuto da Mulher Casada, de 1962.

Os organismos internacionais lutaram e continuam lutando pela igualdade porque muitas coisas ainda precisam ser feitas, entre elas a educação. Hoje, ainda se veem homens, mesmo com formação superior, espancando ou assediando mulheres descaradamente e achando que está tudo bem.

Se a mulher tem alguma condição melhor, deve-se exclusivamente à luta empreendida por ela mesma, sem exceções e sem favores. E muitas delas continuam lutando sozinhas, mesmo dentro de uma entidade familiar, porque seus companheiros estão contaminados por atitudes machistas.

A violência doméstica continua acentuada, os direitos políticos postergados; enquanto a vulnerabilidade feminina continua desafiando não só o Estado, para conter, punir e reprimir a violência, como também a própria mulher a se colocar nos espaços de poder.

É de 1979 a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla em inglês – *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*). O Brasil a acolheu apenas parcialmente, o que significa dizer que havia muitas reservas aos artigos da convenção. A Convenção CEDAW só foi

realmente adotada pelo país em 2002, com a aprovação do novo Código Civil Brasileiro.

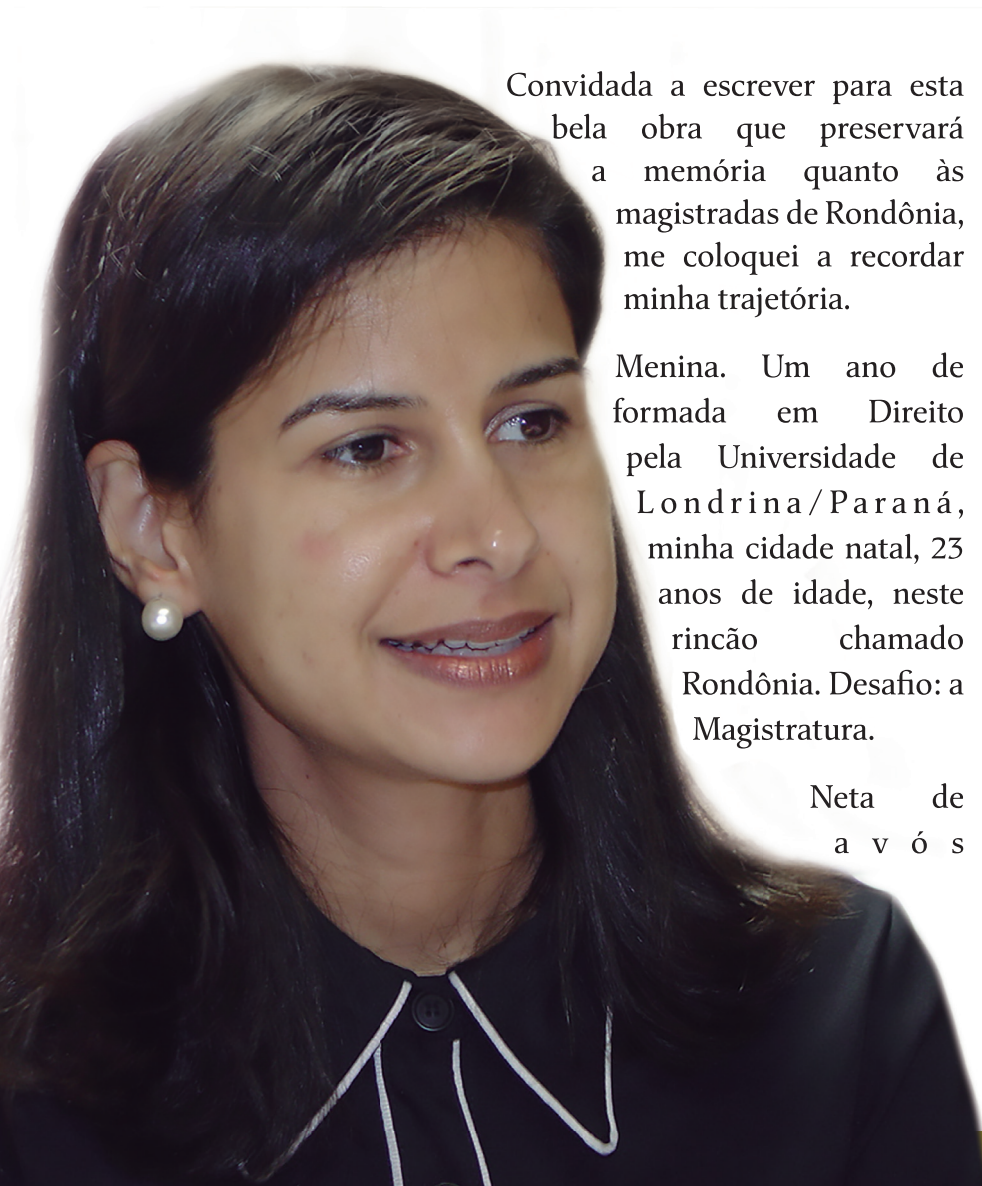
Estudar é preciso, lutar é preciso, como é preciso falar sempre desses direitos, a fim de que deles não se esqueçam os que promulgam as leis, os que as executam e os que fiscalizam a execução das leis. É o mínimo que exige a dignidade humana.





**TÂNIA MARA GUIRRO**

## 1994 - 2024: CAMINHANDO POR 30 ANOS NA MAGISTRATURA.



Convidada a escrever para esta bela obra que preservará a memória quanto às magistradas de Rondônia, me coloquei a recordar minha trajetória.

Menina. Um ano de formada em Direito pela Universidade de Londrina/Paraná, minha cidade natal, 23 anos de idade, neste rincão chamado Rondônia. Desafio: a Magistratura.

Neta de  
a v ó s

analfabetos, a paterna agricultora e mãe de 15 filhos; a materna funcionária pública da Prefeitura de Londrina, a senhora que fazia o perfumado cafezinho e que criou 8 filhos, desquitando-se após o casamento de minha mãe, a filha mais velha – uma ousadia corajosa na época. Meus avós, João Guirro e João Santana, homens de trabalho, no campo e também na cidade. Meu pai, homem dedicadíssimo ao trabalho, para assim garantir conforto à família, esta, sua missão de vida. Minha mãe, mulher da retaguarda com os cuidados domésticos e com as 3 filhas, para que o marido pudesse ser tão entregue ao labor.

Foi com esse legado que fui forjada: trabalho, dedicação, família, coragem, ousadia.

Temi por algumas vezes diante dos desafios, mas eles me fascinavam, me desafiavam ao estudo, e eu me regozijava ao vencê-los e, com isso, poder mudar realidades de pessoas que buscavam o Poder Judiciário.

Nestes 30 anos de magistratura, o trabalho diuturno me completa e realiza. Destaco a coordenação do Projeto Paternidade Responsável como aquele que me marcou

indelevelmente. Conhecer e acolher crianças da rede pública de ensino de Porto Velho, que não tinham o nome do pai em seus registros de nascimento, conhecer suas histórias de dor e, num mutirão, dias após, ver essas mesmas crianças felizes com o pai a segurando por uma das mãos e, na outra, ela saindo com sua certidão de nascimento “completa”, fez e faz com que cada dia valha a pena.

Distingo também a coordenação do Projeto Justiça Itinerante na Execução Penal, no qual foram atendidos e ouvidos todos os presos do estado, provisórios e condenados, durante inspeções a todas as unidades prisionais de Rondônia no transcurso dos anos de 2004 e 2005, resultando em documento que iniciou processo de busca de melhorias capitaneado pela Corregedoria-Geral da Justiça, onde eu atuava como Auxiliar. Tratou-se de projeto pioneiro quanto ao resgate de cidadania a detentos. O projeto foi mencionado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), de forma positiva, em processo ao qual respondia o Brasil à época.

Ambos os trabalhos têm seus registros e dados no acervo administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Busco contribuir com o Estado de Rondônia, com o Poder Judiciário e com a magistratura que me acolheram. Espero poder findar essa travessia com êxito nesse propósito.

Ter as juízas de Rondônia como companhia de jornada, mulheres/profissionais que aquinhoam iguais virtudes, desvirtudes e deveres, e seguem determinadas em sua missão de “dizer o direito”, é uma verdadeira honra.

Para o acima reportado sintetizar, registro o discurso que fiz no dia 15/03/2024, por ocasião de minha posse como Juíza-Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

## **DISCURSO DE POSSE NO CARGO DE JUÍZA-MEMBRO DO TRE/RO**

### **DRA. TÂNIA MARA GUIRRO**

Excelentíssimos Senhores Membros desta Corte Eleitoral, os quais cumprimento na pessoa do Presidente, Des. Daniel Ribeiro Lagos.

Excelentíssimos Colegas Magistrados que me dão a honra da presença nesta solenidade, os quais cumprimento na pessoa de meu querido amigo, Dr. Guilherme Ribeiro Baldan, Juiz Eleitoral da 6ª Zona Eleitoral.

E, Excelentíssimas Juízas, que vêm aqui hoje me apoiar e inspirar, as quais homenageio na pessoa de nossa **PRIMEIRA JUÍZA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, Des. Ivanira Feitosa Borges, que foi também Corregedora e Presidente deste Tribunal.

Ilustres Representantes do Ministério Público Estadual e Federal, aos quais me permito cumprimentar na pessoa de minha irmã de vida, Dra. Rosangela Massaro Protti, Promotora de Justiça.

Senhoras Defensoras e Senhores Defensores Públicos, Advogadas e Advogados, que cumprimento na pessoa de meu ex-assessor e sempre amigo, o Defensor Público-Geral, Dr. Victor Hugo de Souza Lima.

Demais autoridades já anteriormente nominadas pelo Cerimonial, meus queridíssimos convidados e minha muito amada família, os quais cumprimento a figura ímpar e iluminada que, inacreditavelmente, dada sua situação de saúde, fez questão de estar aqui, meu pai, Oswaldo Guirro.

Ainda cumprimento aqueles que carinhosamente acompanham esta solenidade pelo YouTube, na pessoa de minha amada mãe, Dirce Santana Guirro.

Obrigada a todos e a todas por estarem aqui.

Hoje, 15 de março de 2024.

Ontem, 14 de março. E, 30 anos atrás, 14 de março de 1994, data de meu ingresso na Magistratura.

Comemorei, juntamente com meus especiais Colegas e Amigos da 9ª Turma de Juízes de Rondônia, 30 anos de Judicatura. Dentre esses insígnies juízes, tenho aqui na Corte o Juiz-Membro Dr. Enio Salvador Vaz, o Dr. Ilisir Bueno Rodrigues e Dr. João Adalberto Castro Alves, que também compuseram esta Corte como Juízes-Membros.

Cheguei em Rondônia aos 23 anos de idade, com uma mala de livros e uma mala de roupas.

Todavia, minha maior e mais significativa bagagem eram os ensinamentos pelos exemplos de retidão, honestidade, respeito ao próximo e responsabilidade para o trabalho, de meu pai e de minha mãe.

Aqui conheci um povo alegre, mas sofrido por agruras de um Estado que é novo, e meu compromisso foi: farei o meu melhor para fazer boa diferença na vida dessas pessoas, desses cidadãos e cidadãs rondonienses.

E foi sob a força e batuta desse compromisso que me dirigi aos Fóruns, às Zonas Eleitorais, aos Presídios, aos pequenos municípios e às escolas em Justiça Rápidas, às Linhas e Travessões em diligências de vistorias para instalações de seções eleitorais na zona rural, ao Tribunal de Justiça quando convocada, a este TRE quando convocada pela Suplência, e

que, em casa, me debrucei sobre cada processo, sobre cada demanda, vendo ali personificados o cidadão e a cidadã que esperavam a resposta do Poder Judiciário de Rondônia para suas necessidades.

Tenho orgulho dessa caminhada e da história que construí.

E Rondônia me sorriu de volta.

Aqui prosperei. Construí minha casa, ganho meu sustento, pude conhecer recantos encantadores do mundo, fiz amigos, posso auxiliar minha família nas comemorações dos momentos de alegria e também ser suporte nos momentos de aflição.

Sou grata.

E minha gratidão máxima é porque foi, também por ação do Poder Judiciário de Rondônia que eu integro, mas então como JURISDICIONADA, que recebi a maior dádiva que Deus e a vida me ofertaram: meus filhos, João Gabriel e Maria Antônia.

Portanto, senhoras e senhores, tudo agradeço ao Estado de Rondônia e ao Poder Judiciário destas “paragens do poente”.



Pai, esse trilhar é possível por conta de seus ensinamentos, de seu legado de grandeza, e também da mãe. E essa grandeza está em mim e em minhas irmãs. E está sendo transmitida a seus netos.

Como o senhor disse há 30 anos, o senhor foi Pioneiro do Oeste do Paraná, e eu seria Pioneira no Oeste do Brasil. Creio que demos certo!

Mas não acabou!

Eis que surge para mim um novo desafio: ser Juíza-Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

E o desafio se intensifica, porque está associado a estar à frente da Escola Judiciária Eleitoral. E então, torna-se uma peleja, pois significa ingressar na vaga que era ocupada por nosso expoente erudito, Dr. Edenir Sebastião da Rosa.

Gentilmente, em sua despedida, Dr. Edenir disse que eu já deveria estar na Corte, quando de sua vinda ou de Dr. Enio. Não. Definitivamente, não.

Cada um dos senhores foi e é o magistrado certo, no momento perfeito ao trabalho de excelência deste Tribunal.

O meu momento de contribuição chegou, e é agora.

Abdiquei da possibilidade de vinda anteriormente por conta de meus filhos serem ainda muito pequenos, sendo eu ali, junto a eles, como mãe, sim, única e insubstituível.

E, neste momento, volto-me a minhas colegas Magistradas.

Muito se falou há pouco sobre as mulheres ascenderem a cargos nos Tribunais.

Houve uma dicotomia entre posicionamentos, argumentações, e até sentimentos a respeito das ações afirmativas de igualdade de gênero no âmbito do Judiciário.

Não desejo enfrentar o tema, pois não é o momento, tampouco o palco. Mas não posso deixar de registrar, em homenagem a essas mulheres que vieram prestigiar a minha ascensão a este Egrégio Tribunal, que... é fato que a origem de nossa sociedade é eminentemente patriarcal, o que foi natural em dado momento da evolução. E este fato trouxe, é inegável, o machismo como adereço. Isso resta evidente, diante da cronologia das conquistas femininas ao longo da história do Brasil:

Em 1827 – as mulheres são autorizadas a ingressar nos colégios para estudar além da escola primária;

1879 – mulheres conquistam o direito ao acesso às faculdades;

1910 – o primeiro partido político feminino é criado; o Partido Republicano Feminino reivindicava o direito ao voto e à emancipação feminina;

1932 – a mulher conquista o direito ao voto;

1962 – permitido que as mulheres casadas não precisassem mais de autorização do marido para trabalhar; passariam a ter direito a herança e chance de pedir a guarda dos filhos em casos de separação: o Estatuto da Mulher Casada;

Foi só ontem, em 1988 – na Constituição da República as mulheres passaram a ser vistas pela legislação brasileira como iguais aos homens; 2006 – Lei Maria da Penha, pioneira sobre violência doméstica no país.

E outras declarações de novos, e novos direitos.

Portanto, decorre da formação e evolução de nossa sociedade que as mulheres venham conquistando espaços antes inacessíveis a elas.

E, chegou-se ao tempo que o Estado passou a propiciar, com medidas efetivas, outras ainda vindouras conquistas.

Talvez ecoe estranho em Rondônia a definição de ações afirmativas, pois, a rigor, observamos a respeitabilidade para com suas Magistradas.

A mim, em dado momento, também soou.

Até o estalar de consciência, no qual passamos, nós mulheres, a relembrar fatos que nos fazem clarificar que ser Juíza foi e é uma luta diária, e não pelo elevado grau de complexidade do conhecimento necessário, da responsabilidade inerente à função, ou pelo excesso de trabalho. Isso é realidade de Juizes e Juizas.

Falo da luta diária, e realmente desigual.

Da abdicação e da abnegação que muitas vezes não são uma opção. São, sim, em decorrência do gênero feminino.

Pincelo agora, após prévia autorização, relatos de Magistradas de Rondônia, e falo da Juíza que ouviu: “deveria ter mandado praí um Juiz macho” - como se coragem, competência e firmeza não fossem afetos à mulher.

Falo da Magistrada que podendo pós-graduar-se na mesma oportunidade que seu companheiro, e também Operador do Direito, renuncia à possibilidade da diplomação pelo projeto comum de filhos, pois necessita ela disponibilizar seu corpo e tempo para inúmeros exames, controles, injeções, hiperestimulações fisiológicas, e ouve a reclamação quanto

ao tempo do único dia que necessitará ele disponibilizar-se porque “preciso trabalhar e estudar” - como se ela não o desejou igualmente.

Falo da Magistrada que correndo em estrada de terra para realizar audiências em Comarcas diversas, na mesma manhã, sofre acidente, perde seu bebê, e não mais conseguiu ser mãe; e mantém-se firme no trabalho, sem ausências, dilacerada, e em silêncio, acreditando ser a ela não permitido demonstrar fragilidade.

Falo da Magistrada que em audiência percebe-se com a veste cheia de leite, enquanto sua filha está em casa, na ausência da mãe, e ela abraça o processo para de preservar do constrangimento de estar molhada, troca a indumentária e segue a sessão.

Falo da Magistrada que, em reunião, ouve comentário com sutilezas debochadas sobre ser mulher e sobre característica física de seu corpo feminino.

Falo da Magistrada que, necessitando atender chamado de trabalho e é demandada pelo filho, pede auxílio ao companheiro, também Operador do Direito, para que atenda o filho e ouve: “não quis fazer trabalho de homem? Agora se vire, faça o de homem e o seu”.

Falo da Magistrada que encontra o colega na saída do Fórum e ele reclama da exaustiva carga de trabalho, e dali ela segue para a escola, pega os filhos, vai ao supermercado, e lá coincidentemente encontra a esposa do mesmo colega, que reclama da exaustão com os afazeres da casa, com as demandas dos filhos, com as demandas de mercado, de farmácia, de lavanderia, e então ele se dá conta que diuturnamente cumula todas essas tarefas em dupla ou tripla jornadas.

Falo da Magistrada que ouve: “ser Juíza é fácil, ela ‘terceiriza’ os filhos”.

Falo da Magistrada que, sozinha, baixinho, e perante Deus, pede que sua ausência não prejudique a formação de seus filhos, como homem e mulher de bem.

Rondônia, falo de cada uma destas Magistradas, e das demais, que mesmo com tais adversidades abraçam a carreira e a labuta diária com igual competência, igual brio, igual altivez, e igual dignidade, satisfeitas e comprometidas com a missão assumida de contribuir para uma sociedade melhor e mais humana.

Ascendendo a este Tribunal desejo honrar a luta de todas nós, também nessa nova atividade, como cada uma fez e faz em seu gabinete todo santo dia.

A busca da denominada “visão feminina” dita que carece aos Tribunais, creio, será de afirmação de respeito.

Com a investidura de hoje, essas são as responsabilidades que doravante me caberão.

E felizmente, conto com os constantes comprometimento e dedicação de “minhas meninas” do Gabinete da 1ª Vara de Família e Sucessões, que nunca me faltam e também nunca faltam à família que precisa alimentar seu filho, zelar de seu idoso, e honrar o legado de vida de seu antepassado.

Conto com Assis, Edgard e Eliane aqui no TRE, que já estão comigo de modo sério e aguerrido, para formarmos um exército de 4 pessoas, na busca de metas de traços já iniciados, e outras que surgirão na batalha.

No discurso de posse como Magistrada, iniciei dizendo que eu e os nobres colegas então empossados seríamos “Juizes nesse Brasil conturbado e à beira do caos, querendo dar sua parcela de colaboração na obra da redenção nacional, e agora o faríamos na cadeira de Juizes”.

E os assentos aqui à nossa frente, senhoras e senhores, concretizam-se no local apropriado a buscar essa desejada sociedade mais justa e igualitária, à qual se chegará por sua real representatividade, em processo revestido de lisura, retidão e probidade.

E, mais uma vez, empresto de minha fala de outrora, tão atual: “A população assiste, estupefata, ao desfilar das notícias de fraudes em orçamento, tráfico de influência, de escandalosos conúbios entre políticos e empreiteiros. Diante dessas cenas de bandidismo explícito, o homem do povo volta seus olhos aflitos e esperançosos na direção do Judiciário”. “A Justiça e seus operários são hoje visados por sua atuação saneadora. O Judiciário é atacado em sua dignidade, sua independência e em sua autonomia, e seus membros sofrem injúrias lançadas por ‘tiranetes’ de plantão, que se incomodam com a galhardia dos Juizes que ousam desafiá-los para fazer cumprir a lei, pois não querem se submeter aos seus arreios, e por isso corcoveiam e escoiceiam contra seus aplicadores, os Magistrados”.

Passamos recentemente por uma época histórica e arriscada a nossa Democracia. Falsas afirmações de fraude nas urnas eletrônicas; toda sorte de “fake news”; milícias e facções criminosas tentando eleger seus membros ou cooptar candidatos, manipular os votos da população e influenciar eleições locais; discursos de ódio e antidemocráticos travestidos em variadas pseudo-ideologias.

E a Justiça Eleitoral atuou com competência e devotamento à causa pública, realizando com apuro as últimas eleições gerais.

E assim será, Oxalá, novamente, em nossas eleições municipais.

Agora, para além das tentativas de burla já conhecidas, teremos o risco que o uso de Inteligência Artificial traz ao processo eleitoral, pois tivemos um infeliz “upgrade” às “fake news”, o chamado “deep fake” que é a produção de conteúdo que reproduz falsamente voz e imagens de pessoas reais, temos os “chatbots”, os *avatares*. E essa não é a maior ameaça; o maior malefício é a capacidade de entendimento e de manipulação dos sentimentos dos eleitores, por antevisão de resultados.

O desafio à Justiça Eleitoral é a regulação das ferramentas de Inteligência Artificial, e a aplicação imediata de punições aos abusos, pois as sanções tardias poderão ser absolutamente inócuas.

Nosso papel é a aplicação do disposto na Constituição da República e nas leis, como bem disse a Ministra Carmem Lúcia.

Sr. Presidente, Sr. Corregedor, Eminentes Pares, considero-me uma mulher e Magistrada de ação. Contem com minha disposição para o trabalho, minha perseverança e tenacidade para bem servir ao lado dos senhores. Desejo assim espelhar-me e honrar aqueles que me antecederam, a este Estado de Rondônia que me acolhe, e a este povo valoroso que aqui vive.

Acredito, felizmente ainda mantendo vivo o ardor juvenil, como mencionei aos 23 anos, que “cabe aos Juízes escolher entre fazer da sua função um trabalho meramente mecânico e dogmático, ou agir como aconselhava o honorável Ministro Carlos Maximiliano: ‘os Juízes, oriundos do povo, devem ficar ao lado dele, e ter inteligência e coração atentos aos seus interesses e necessidades. A atividade dos Tribunais

não é meramente intelectual e abstrata; deve ter cunho prático e humano; revelar a existência de bons sentimentos, tato, conhecimento exato das realidades duras da vida”.

Deus abençoe a todos!

João Gabriel! Maria Antônia! Mamãe ama vocês!

Muito obrigada!





**SUZY SOARES SILVA**

## MEMÓRIAS VIVAS DE SUZY SOARES SILVA

Nessa perspectiva de inspirar mulheres, homens e pessoas de qualquer gênero, trazemos aqui o testemunho da essência da vida de Suzy Soares Silva, uma MULHER, parda, de família de baixa renda, filha de Maria Salete Soares, do lar, e de José Rodrigues Silva, técnico em eletrotécnica, baiana de nascimento (1971) e rondoniense de coração (1982 a 2001), que carregava consigo apenas virtudes, determinação e coragem, ou tudo isso!!

Suzy Soares Silva, nascida em 07 de abril de 1971, deixa uma eternidade de lembranças de heroicas batalhas vencidas com ânimo e força de vontade que, infelizmente, sucumbiram aos indomáveis resquícios da – ainda tão presente – estrutura de uma sociedade patriarcal que a fez vítima de feminicídio e demarcou, em 03.06.2001, a brevidade de sua existência física.

Quiséramos ter conhecido melhor a magistrada Suzy e apenas contemplar e se orgulhar do brilho de sua trajetória profissional; quiséramos contribuir com todas as memórias de uma larga carreira profissional que, entretanto, também foi atingida e desconstruída, tornando breve a sua passagem pela magistratura rondoniense, de 1996 a 2001.

De fato, a vida na Terra é temporária, mas a glória de uma guerreira é eterna!

Hoje, Suzy não mais está entre nós, porque ela brilha em duas dimensões: na dimensão celestial junto com seres mais evoluídos; e brilha intensamente nessa dimensão terrestre, bastando olhar para os seus legados e para os seus filhos Tiago e Laís, para perceber o quão verdadeiramente a Suzy permanece viva!

Queremos transmitir a vocês que momentos difíceis exigem muita coragem, determinação e força de vontade para seguir em frente; parafraseando a Suzy: antes da coragem, precisamos da atitude de querer ter coragem, pois é assim que os corajosos prosseguem, apesar do medo e das adversidades; é assim que os vencedores nunca se rendem e, ainda que falhem, seguem tentando, caminhando em frente com determinação e valentia, sendo fiéis ao objetivo, não até cansar, mas sim, até conseguir!

Suzy, ainda na infância, enfrentou a primeira batalha de sua vida; ela sempre testemunhava o seu exemplo de superação da dificuldade de aprendizado dos conteúdos escolares.

Atualmente, esse tipo de deficiência possui conceitos bem claros na psicologia moderna, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/1996 indica tratamento e a realização de um

plano individual de ensino; mas, à época de sua idade escolar, nos idos de 1979, não se tinha conhecimento dos sintomas e nem qual era a forma de tratamento. Ademais, os métodos rígidos dos padrões de aprendizagem e da progressão dos alunos dos anos 70 apresentavam, como solução, a evasão escolar ou o atraso do aluno, sem, entretanto, tratar a causa.

Apesar dessa época de obscurantismo pedagógico no que se refere à qualidade social da educação, levantou-se a virtude materna que não conhece limites e nem fronteiras e, mesmo sem conhecimento e sem condições financeiras, a genitora Maria Salete Soares decidiu empregar todos os esforços possíveis e impossíveis para que a filha Suzy pudesse estudar por métodos de ensino mais modernos adotados, à época, pelas escolas particulares, ao mesmo tempo em que enfrentavam tempos de escassez, quando alimentava seis filhos com milho, pardal, preá e até vísceras de animais; numa época em que viviam numa casa emprestada e vestiam roupas doadas por familiares.

Suzy recordava que foi impulsionada pela coragem e pela atitude de uma mãe guerreira, que se recusou a aceitar a deficiência da filha, que se recusou a seguir a orientação escolar de paralisar os seus estudos ou de colocá-la numa turma mais atrasada; foi incitada pela atitude de uma mãe sábia que, sem estudos acadêmicos e sem diploma de graduação superior, quebrou os padrões pedagógicos da época.

Como mãe da geração de ferro, Suzy sempre repetia as palavras de sua mãe: “estude para ser gente na vida”; frase de inegável eficácia psicológica motivadora; frase de indiscutível efeito e que também é reproduzida por seus filhos e netos e, certamente, por muitas outras gerações.

Suzy falava que foi sua percepção das dificuldades, da escassez financeira e do esforço da sua mãe, que a encheu de força de vontade para não sucumbir, por isso, tomou a atitude de dizer: eu serei a melhor aluna da escola!

Como havia prometido, Suzy venceu a si mesma, pois superou a dificuldade de aprendizado e se transformou na melhor aluna das escolas por onde passou; ao longo de sua vida escolar, alcançou várias medalhas de “honra ao mérito escolar” por lograr destacadas notas nas disciplinas curriculares; para além da dedicação aos estudos, nas horas vagas, Suzy trabalhava com muito orgulho, junto com todos os irmãos, na venda de frango, de sorvetes e de picolé para ajudar na renda familiar.

Por isso, ela dizia que uma atitude e uma decisão podem mudar o seu destino; pois a atitude de não sucumbir às deficiências foi a arma eficaz para vencer, de início, três grandes obstáculos: 1) a passividade a que sua mãe era submetida pela sociedade patriarcal; 2) os padrões escolares que determinavam o retardamento da vida escolar do aluno com dificuldade no aprendizado; e 3) a luta contra si mesma para vencer a deficiência de assimilação do conteúdo escolar.

Assim como tudo na vida de Suzy foi breve e precoce, Suzy casou-se aos dezesseis anos de idade e teve dois filhos: Tiago Silva Gomes (1990) e Laís Silva Gomes (1994); abençoada com uma beleza interior e exterior, Suzy era uma pessoa feliz, alegre, decidida e se expressava de forma firme e sem medo e, dessa forma, contava que recusou muitas propostas desprovidas de ética e que preferiu trilhar o caminho estreito da verdadeira felicidade, para alcançar os seus sonhos com o esforço dos seus estudos e do seu trabalho.

Trabalhou como bancária do Banco Bradesco; ainda no ensino médio, adentrou para a carreira jurídica, tendo atuado como secretária do Escritório de Advocacia do Doutor Heitor Magalhães, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rondônia, alinhavando ali os seus primeiros escritos jurídicos.

Acadêmica de Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Rondônia – FARO, também atuou como estagiária e assessora jurídica do Ministério Público de Rondônia.

Viveu o desafio de estudar durante a infância dos seus filhos, dividindo o tempo da maternidade com incansáveis horas de estudos para concurso público; esforçando-se para não negligenciar a função materna, Suzy desenvolveu múltiplas habilidades que lhe permitiam estudar cuidando dos filhos e dos afazeres da casa.

Com foco e determinação, Suzy logo foi aprovada no seu primeiro concurso no ano de 1990 como técnica do Tribunal Regional do Trabalho, do qual não tomou posse; foi aprovada no concurso para o cargo de Delegada da Polícia Civil de Rondônia, tendo-o exercido de 1992 a 1996.

Na magistratura de Rondônia, em que pese ter sido aprovada em 16º lugar no 9º Concurso Público para a magistratura em 1993, Suzy somente tomou posse em 1996, três anos após travar árdua luta e se valer de recursos para os Tribunais Superiores, que reconheceram o seu direito de assumir o cargo de juíza substituta para o qual foi aprovada, com apenas 22 anos, em todas as etapas do certame e dentro do número de vagas.

Como magistrada, atuou com excelência na 1ª Vara de Família, na Vara da Fazenda Pública, na 1ª Vara Cível e na Vara do Tribunal do Júri, na comarca de Porto Velho; passou pela comarca de Ariquemes, respondendo pelas 1ª e 2ª Varas Cíveis, pelos Juizados Especiais Cível e Criminal e pela 2ª Vara Criminal; em setembro de 1997, foi promovida, pelo critério de antiguidade, para o cargo de Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Costa Marques, 1ª entrância, onde permaneceu até abril de 1998, quando, mais uma vez, foi promovida pelo critério de antiguidade para a 1ª Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno, 2ª entrância. Exerceu, também, a função de juíza

diretora dos fóruns das comarcas de Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Ariquemes e Jaru. Na Comarca de Pimenta Bueno, respondeu pelas 1ª e 2ª Varas Cíveis até junho/2001. Em 2006, foi homenageada “in memoriam” pelo Tribunal de Justiça de Rondônia com a implantação do “Fórum Juíza Suzy Soares Silva” na comarca de Costa Marques.

Apesar da brevidade de seus trinta anos de vida e do sonho profissional alcançado em sua juventude, a vida de Suzy não se distanciou dos princípios e dos valores éticos familiares, e, tendo alçado voos altos, não perdeu a essência de sua personalidade, que foi moldada por valores imateriais, aqueles que não são mensurados por cifra monetária, nem pelo valor do salário ou da conta bancária, mas sim por aqueles valores que a fizeram virtuosa.

Suzy dizia que as virtudes da verdade, da justiça e da ética são inegociáveis, ou você as tem, ou você não as tem, porque elas devem ser aplicadas em todos os casos sem exceção, não podendo ser negligenciadas mesmo quando se tratar de amigo, de inimigo, de parente e até de autoridade; e esse foi o vetor de sua vida profissional e pessoal e o exemplo deixado para seus filhos.

O maior ensinamento transmitido por Suzy a seus filhos foi pautar-se pelo bem, pela verdade e pela justiça e, em qualquer circunstância, ter atitude para seguir adiante, pois só assim é possível vivenciar todos os potenciais humanos e, em especial, os mais profundos que ainda temos que descobrir, mas que já estão dentro de nós; basta alimentá-los e exercê-los.

Suzy era um ser humano de luz própria, com evolução e elevação de consciência muito à frente do seu tempo; como magistrada, não fazia distinção entre gênero e classes sociais: tratava de forma igual o magistrado, a autoridade, o copeiro, a faxineira, o vigia, o servidor, o homem, a mulher, o homossexual, etc., o que é testemunhado por todas as pessoas que a conheceram pessoalmente e a acompanharam em algum momento de sua vida.

Como mãe, Suzy pensava em primeiro lugar na proteção e educação dos filhos, em salvaguardá-los das situações de perigo e abandono; como filha e irmã, sempre se manteve presente e confidenciava suas experiências de vida; nas suas primeiras férias de magistrada visitou todos os familiares que moram espalhados por vários estados do Brasil e assim o fez para manter vivas as experiências familiares, para não esquecer suas raízes e para relembrar as lições de vida que moldaram o seu caráter.

A Suzy sempre dizia que não nasceu inteligente ou corajosa, pois essas não são qualidades inatas, ou seja, nós não nascemos com coragem, determinação e capacidade, pois não sabemos de todas as fórmulas eficazes e nem utilizar todas as ferramentas para nos auxiliar a levantar diante dos maiores e mais traiçoeiros embates que nos derrubam; mas, enfatizava que é possível se vestir das armaduras do vencedor, bastando tomar a decisão de seguir em frente para superar o obstáculo e, independentemente da idade que tenhas (seja criança, jovem ou adulto), e independente da condição social (seja pobre ou rico), e independentemente de cor, raça, gênero, você pode trabalhar o seu cérebro para tomar a atitude de desenvolver a coragem de seguir em frente, ainda que tenha medo, e com persistência, moldar sua capacidade e sua inteligência para alcançar os seus objetivos.

Sim, ela demonstrou que, para vencermos as derrotas, o nosso maior desafio é vencermos a nós mesmos, e que isso é uma questão de atitude, de decisão, de disciplina, de esforço e de perseverança. E aí está o segredo das pessoas vencedoras!

Suas virtudes, memórias e vitórias continuam sendo faróis na escuridão para iluminar as nossas vidas e nos lembrar que a luta vale a pena e que cada obstáculo é uma oportunidade de crescimento e de aprendizado que se encarna na força daqueles que se recusaram a desistir e se dispuseram a enfrentar cada desafio com dignidade, coragem e bravura, sem se apartar de suas origens.

Essas são as contribuições de: Suzana Soares Silva (irmã), Laís Silva Gomes (filha) e Tiago Silva Gomes (filho).

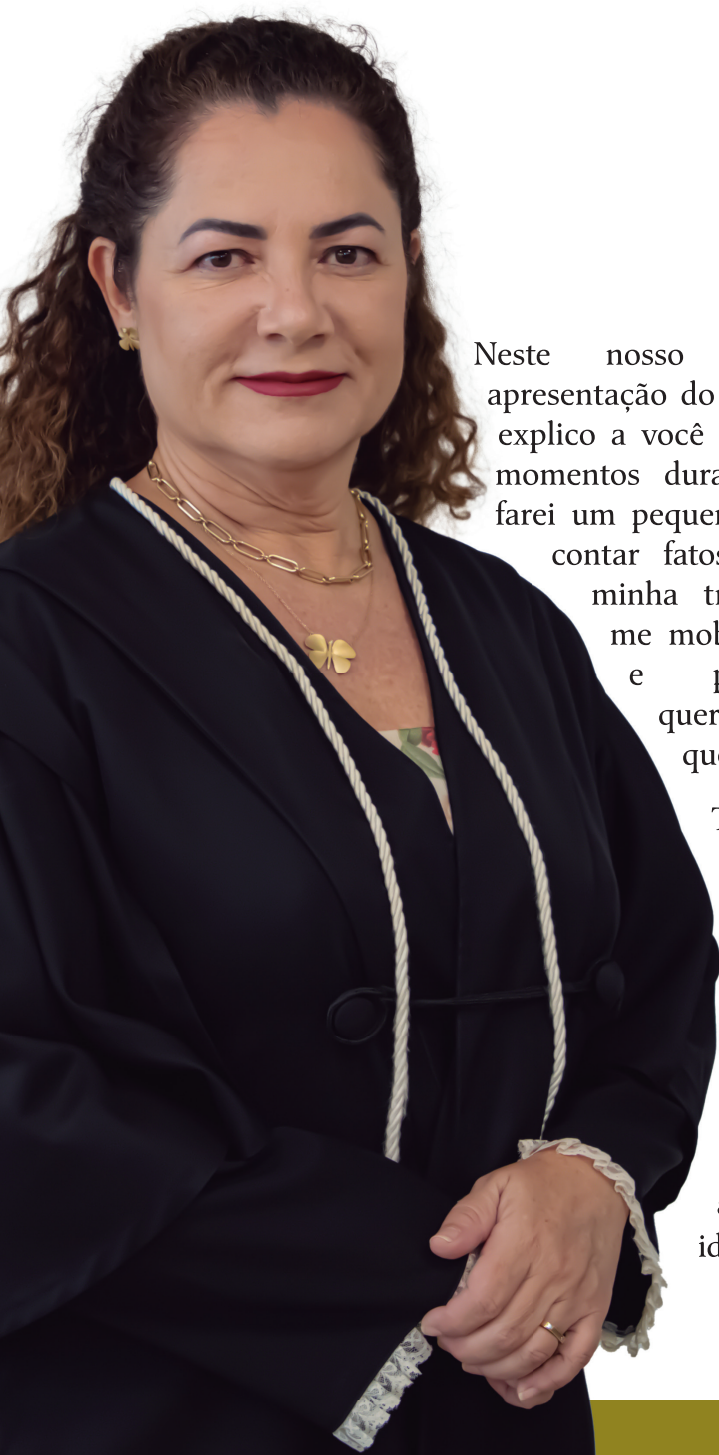






**ÚRSULA GONÇALVES THEODORO DE FARIA SOUZA**

## ENTRE LEIS E LAÇOS - VIVÊNCIAS E CAMINHOS ATÉ RONDÔNIA E A MAGISTRATURA



Neste nosso bate-papo de apresentação do meu caminho, já explico a você que, por diversos momentos durante a narrativa, farei um pequeno intervalo para contar fatos que marcaram minha trajetória ou que me mobilizaram, pessoal e profissionalmente, querida leitora, querido leitor.

Terceira filha de quatro filhos de Nilson e Elza, nasci em Campo Grande, ainda Mato Grosso, de parto normal. Fui alfabetizada pela minha mãe aos 3 anos de idade, assim como

meus irmãos. Mamãe se dedicou à família durante toda a sua vida, com poucos momentos de apoio doméstico, a não ser dela mesma. Papai, sempre com visão empreendedora, trabalhava muito e chegava a ter três funções no mesmo período. Morávamos em área urbana, mas papai, engenheiro civil, sempre buscava trabalhar concomitantemente com atividades rurais, como forma de investimento.

Meu avô paterno era agrimensor e produtor rural, e minha avó paterna sempre apoiava meu avô nos empreendimentos rurais dele, como leiteria (ainda é o melhor queijo da minha lembrança gustativa), horticultura, rapadura etc. Meu avô materno veio do interior de São Paulo para Mato Grosso trabalhar com extração de madeira e serraria, enquanto minha avó materna cuidava e zelava de todos os funcionários da serraria.

A partir desses dois ramos desbravadores, com a intenção dos meus pais de que me tornasse diplomata, fui estudar línguas estrangeiras desde a adolescência, mesmo estudando em colégio público. Sou da época em que o magistério se estudava no segundo grau (ensino médio), e, concluindo esta fase, escolhi o Direito como caminho a seguir.

Durante a graduação em Direito, me tornei escrevente judicial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, onde compreendi ficou mais claro como o Direito se operacionalizava, como o que eu estudava era concretizado na prática. Ali passei por vara cível, criminal, Juizado Especial e Turma Recursal. O sonho dos meus pais foi se esvaindo das minhas opções, quanto mais embrenhada eu ficava nos meandros jurídicos, no senso de justiça, de liberdade, de direitos fundamentais.

Concluída a graduação, fui para a Escola da Magistratura de Mato Grosso do Sul, onde compreendi um pouco mais sobre a complexidade do fenômeno jurídico e da magistratura, a partir da narrativa dos meus professores que demonstraram que efetivamente era um caminho viável para mim.

Aqui, marcou-me especialmente, quanto à possibilidade de seguir a magistratura, uma audiência do Juizado Especial Criminal em que percebi que eu possuía algumas das habilidades necessárias para a magistratura. Sou grata àquele magistrado que me abriu o olhar e humanizou o pedestal em que havia colocado os juízes, demonstrando que todos somos simplesmente humanos.

Essa vivência no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul durou cerca de 6 anos. Dali fui atuar como Defensora Pública de Mato Grosso do Sul, nas comarcas de Bonito, primeiramente, e depois Corumbá. Como fala meu pai, minha mudança era uma mala de roupas quando fui para Bonito, e uma mala de roupas e uma poltrona quando fui para Corumbá. Nesta época, ficou muito marcada na minha memória as minhas primeiras atuações no Tribunal do Júri, e depois um atendimento muito singular: chegou uma pré-adolescente, acompanhada de sua mãe, na minha sala, tomou a iniciativa e já iniciou falando que queria que seu pai a tratasse como tratava os outros filhos, que lhe desse o mesmo carinho, amor

e investisse no seu futuro como fazia com os outros (filha de uma relação extraconjugal de seu pai).

Observe que ainda estávamos sob a égide do Código Civil de 1916, mas aquela criança-adolescente compreendia que tinha um direito tão igual a ser filha, como os demais irmãos, e queria este reconhecimento! Aquele ser em desenvolvimento já percebia o seu direito à igualdade dentro da família, e de autonomia inclusive em relação à sua mãe.

Em Corumbá, atendendo mais especificamente à vara cível, observava a influência dos pantaneiros, bolivianos e marinheiros na cultura da cidade, nesta interrelação estreita entre Corumbá, Ladário e a fronteira seca com a Bolívia. A cidade tem seu charme peculiar, suas comidas, suas danças, seus costumes, seus cheiros, que envolvem e encantam a todos os residentes e turistas, onde pude rever amiga da faculdade e formar laços de amizade com a comunidade.

Cerca de um ano e meio atuei como Defensora Pública, e uma amiga defensora de Corumbá ficou sabendo do concurso público da magistratura em Rondônia e me convidou para irmos juntas, e assim o fizemos.

Depois de um percurso de quase 24h de avião para chegar de Corumbá a Porto Velho, assim que saímos da porta do avião, sentimos o mesmo calor úmido de Corumbá nos acolhendo na madrugada. Curiosas, olhávamos pelas janelas do táxi, tentando visualizar a capital no que conseguíamos neste trajeto até o hotel.

Na manhã do outro dia, já fomos caminhar na Av. Nações Unidas e na Av. 7 de Setembro, conhecendo o centro até o Rio Madeira. Outra cultura, interessante e acolhedora, com suas próprias comidas, músicas, cheiros, que também não conhecia.

Em todos os lugares, um povo acolhedor e cativante respondia às perguntas curiosas das duas intrusas com muita paciência.

Realizamos a primeira fase do concurso! Aprovada, minha colega não; ela retornou para Corumbá. Permaneci! A segunda fase já era no outro final de semana, dois dias de provas subjetivas, e voltei para casa (um quarto de hotel em Corumbá).

Depois, a notícia! Aprovada na segunda fase! Agora a terceira fase em vista! Prova oral, entrevista, psicotécnico...

Voltei para a terceira fase, agora com reforço, a presença da minha mãe. A entrevista com os desembargadores foi muito interessante... estavam curiosos para nos conhecer, estudar hipotéticos comportamentos dos candidatos e candidatas, verificar a resiliência de cada um e cada uma.

Psicotécnico com muitas dinâmicas de grupo e testes individuais, e, ao final, entrevista com a psicóloga... aprendi um pouco mais sobre mim mesma...

Prova oral! O teste final de uma semana de desafios, cinco horas isolada numa sala e uma hora e meia de inquirições, com o público em suas costas e um copo de água à frente... finalmente terminou! Ufa! Virei de costas e saí do que é hoje a sala histórica do Tribunal Pleno para o corredor e ali me permiti, na cozinha, acessar o meu choro do nervosismo, de ser testada no limite.

Voltei para o trabalho e, algum tempo depois, o resultado final positivo, segundo lugar no concurso público! Apenas seis candidatos aprovados, dentre eles, duas mulheres.

Em 9 de outubro de 1995, tomei posse como juíza substituta do Tribunal de Justiça de Rondônia, junto com os mais cinco amigos-irmãos que se formaram a partir do convívio, partilha e solidariedade ímpares de cada um.

Mesmo antes da posse, já sentia a responsabilidade da função que assumia, mas a solenidade marcou a seriedade deste compromisso com a sociedade.

Iniciei na comarca de Ji-Paraná, cuja mudança consistia agora em duas malas (uma de roupas, outra de livros), uma poltrona e um aparelho de som. Com o primeiro salário, paguei o empréstimo feito com minha irmã para as despesas de viagem e livros para o concurso.

Muito bem recebida pelos colegas, como ainda não tinha carro próprio, por diversas vezes os servidores me deram carona quando me viam caminhando para o fórum, com uma solidariedade muito grande para aquela recém-chegada.

Os colegas e servidores muito corteses e gentis, pacientes na demonstração de como era feita a jurisdição em Rondônia.



Casei-me com Arcênio Geraldo Menezes de Souza, em Campo Grande (MS) e, no início, ele se revezava entre Campo Grande e Rondônia.

Fiquei somente um ano como juíza substituta, três meses em Ji-Paraná auxiliando, e nove meses respondendo por Alvorada do Oeste, realizando eleições municipais, em três ou quatro municípios, auxiliada por dois colegas designados.

Quando iniciei a responder pela Comarca de Alvorada do Oeste, era a época das chuvas, e estava alagada a cabeceira da ponte entre Presidente Médici e Alvorada. Virei brincadeira nas rodas dos colegas que diziam que eu chegava na comarca a nado... na verdade, era um pouco mais aventureiro... íamos num ônibus tão alto que, para subir no primeiro degrau, era quase necessário colocar o joelho no primeiro degrau, para depois conseguir subir (vi muitas mulheres fazendo desta forma). O ônibus ia pela estrada de terra até onde começava a alagação, parava, pegávamos nossa bagagem e seguíamos a pé no atoleiro e alagadiço até o rio, ali pagávamos um barqueiro para nos transportar para o outro lado, onde aguardava outro ônibus para que subíssemos e seguíssemos viagem até Alvorada. Na volta, a mesma dinâmica.

A primeira vez que fui fazer esta travessia, olhei o atoleiro e vi uma senhora tirar os chinelos dela no degrau do ônibus e segurar na mão, com a mala em cima da cabeça. Vi ela andar na lama desse jeito e fiquei pasma, pensei comigo: “Não vou fazer isso não, vou com o mocassim”... pois bem, desci a escada do ônibus e, no primeiro passo, percebi que o barro estava grudando embaixo do sapato; no segundo, parece que fiquei um pouco mais alta (rsrsrs); no terceiro passo, simplesmente a minha perna desceu na lama e ficou com barro acima do joelho... tentei tirar o pé e percebi que o sapato estava grudado no fundo da lama... (ih, pensei comigo...

agora ficou pior ainda) tive que tirar o pé, ficar descalça e, equilibrando a mala em cima da cabeça, pegar o meu sapato grudado no fundo do buraco de lama – tive que fazer o mesmo com o outro pé e só pensava na videocassete que daria se alguém filmasse. Quando cheguei toda enlameada na beira do rio, observei aquela senhorinha lavar as pernas e colocar os chinelos limpos e subir na canoa... eu fui até o mesmo jirau que ela estava e tive que lavar os braços, as pernas, os sapatos, e a roupa ficou toda enlameada até que eu chegasse ao meu destino final... Mais uma lição: observe como as pessoas do local lidam com os desafios que enfrentam... talvez já tenham encontrado uma forma mais fácil de lidar com aquele mesmo problema que você está passando, de uma forma mais sábia.

Dali, fui promovida para Santa Luzia do Oeste como titular, onde permaneci por cerca de um ano. Grávida, fiz correições extrajudiciais nos municípios e distritos vinculados à Comarca, com motorista e veículo da FUNASA. Nos atoleiros, ele pedia que eu saísse do veículo, atravessava o atoleiro, e eu ia caminhando até o veículo novamente – gentil, mas plenamente cômico da função de autoridade que eu estava ali exercendo. Como grande conhecedor da região e dos moradores dela, já que na época a FUNASA fazia o trabalho também de distribuição da medicação contra hanseníase, conhecia a saúde dos moradores e ia passando e cumprimentando a todos que encontrávamos pela estrada.

Como mãe de primeira viagem, observei meu corpo amadurecendo para o parto com espanto, aprendendo cada fase e momento. Preparei-me para ter o primeiro parto perto da minha família, em Campo Grande, onde também estava meu marido, porque em Santa Luzia e Rolim de Moura não havia ginecologista na cidade; a única ginecologista e obstetra atendia em Rolim a cada 15 dias.

Preparei pedido de férias e gozo de recesso para a data em que ainda poderia viajar, antes da licença maternidade, e fui fazer a consulta com a ginecologista em Rolim de Moura, para emitir o atestado médico e pegar o avião em Porto Velho para casa. Na consulta, a médica, cuidadosa, explicou que eu já estava com dilatação e não poderia viajar de avião. Se quisesse que o neném nascesse em Campo Grande, ela sugeriu que já viajasse para Campo Grande de carro, e, se entrasse em trabalho de parto, parasse na próxima cidade e fosse para o hospital.

Voltei para casa nervosa, expliquei para meu marido, que se encontrava em Campo Grande, e definimos que a melhor solução seria ele vir de ônibus até Pimenta Bueno; eu iria encontrá-lo com o carro, e daí já faríamos a viagem de carro para Campo Grande.

Convidei uma vizinha ainda mais corajosa do que eu, que iria para o interior do Paraná, com seu filho de dois anos de idade.

E assim foi: uma grávida de sete meses dirigindo um Gol azul-marinho na estrada, seguindo de Santa Luzia para Rolim de Moura e depois para Pimenta Bueno, com uma jovem e seu filho de dois anos de idade. Chegamos a Pimenta Bueno às 16 horas, fui até o posto, consegui arrumar as lâmpadas do carro e abastecer. Como a previsão era de que o ônibus chegaria de madrugada, sugeri e seguimos viagem até Vilhena. Ali, jantamos e aguardamos na rodoviária a chegada. Por volta de 21h, observei chegar um ônibus que vinha do Mato Grosso, dei a volta no ônibus, mas não vi meu marido. Expliquei para o motorista e ele deixou que eu entrasse para verificar se meu marido estava lá, e efetivamente lá se encontrava.

Dali, ele já pegou o carro e começamos a viagem para Campo Grande, dirigindo direto até chegarmos em Campo Grande no outro dia às 17h.

No próximo dia útil, fui me consultar com o meu médico ginecologista. Resultado: pré-eclâmpsia, dilatação e repouso absoluto por 15 dias, deitada sobre o lado esquerdo.

Como a bebê estava sentada, a melhor opção foi realizar a cesárea. Agendamos, e, no friozinho de junho, nasceu Ingrid, precisando de alguns cuidados especiais, ficando alguns dias na incubadora para respirar melhor.

Nasceu Ingrid, em 1997, e também ali nasceu uma mãe e um pai, avós e avôs, bisavós... Aprender a lidar com a avalanche de emoções do puerpério, além das necessidades da bebê, foi outro grande desafio, apoiada pela minha mãe e minha avó. Lembro-me do medo pela saúde da bebê e de fazer algo de forma incorreta que prejudicasse minha filha.



Aos poucos, amamentando, foram sendo sanadas as eventualidades do parto e concluída a adaptação da minha filha ao meio, tornando-se visivelmente saudável e desenvolvida. Meu marido foi admitido em um emprego em Porto Velho, e com um mês e meio da minha filha, vim para Porto Velho. Abriu edital para promoção para a 2ª vara criminal de Ariquemes. Fui conhecer a cidade (minha filha e minha mãe junto comigo, de ônibus). Recepcionada com muito carinho pela saudosa Suzi e seu marido, que teriam sido informados que só iriam para sua titularidade de 1ª entrância quando eu assumisse em Ariquemes.

Ariquemes tinha um grande déficit habitacional, pela atração do garimpo, e foi esse casal que encontrou a casa que eu viria a alugar e para onde me mudei, assumindo a jurisdição, e Suzi assumindo a titularidade de Costa Marques.

Ficamos em Ariquemes, minha filha e eu, e meu marido em Porto Velho, nos vendo aos finais de semana, por cinco anos, até que ele mudou de área e veio morar em Ariquemes. Cerca de um ano e meio fui juíza da 2ª vara criminal de Ariquemes, quando pedi remoção para a vara recém-criada, 8ª vara cível, em que permaneci por cerca de seis anos.

As experiências em Ariquemes, o convívio com as pessoas foram maravilhosos! Fiz amigos que levo até hoje, tanto dentro da magistratura quanto fora.

Vários fatos marcaram este período da minha vida pessoal e profissional. No plano profissional, lidar com rebelião em presídio com gestão de crise (com a cooperação dos colegas da comarca e das demais envolvidas), eleições polarizadas, jurisdição com oito municípios (depois desmembrados), surgimento de ocupações de terra estimuladas por movimentos sociais, etc.

No plano pessoal, o nascimento da minha segunda filha, Isadora, em 2004, num outro contexto, já com casa própria, mais madura e estabelecida, permitiu que eu vivenciasse a maternidade com mais tranquilidade e sossego, compreendendo que temos que guardar o tempo para o cuidado pessoal, das crianças e da família. Ter uma estrutura adequada para atender as crianças foi essencial para que eu me tranquilizasse e pudesse viver de forma mais plena e saudável.

Em 2005 chegou o momento de vir promovida para Porto Velho, como juíza de direito de 3ª entrância. Enquanto localizava uma casa para nós, em outro momento de grande déficit habitacional, as crianças ficaram com meu marido em Ariquemes. Durante seis meses, passei o final de semana com eles e os dias úteis em Porto Velho, trabalhando.

Nesta primeira fase, tive contato com a Fazenda Pública e as consequências de grandes investigações referentes à improbidade administrativa, num intenso período de adaptação.

Realizada a mudança definitiva da família para Porto Velho, estabelecendo novamente uma estrutura de apoio para que pudéssemos trabalhar, meu marido e eu, e as crianças pudessem estar assistidas em suas necessidades, fui designada para responder pelo Juizado da Infância e Juventude por dois anos, em substituição ao titular designado como juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça.

Como é marcante este período na Infância e Juventude! Tanto pela temática candente e sensível quanto pelas situações-limite que vivenciamos ali, tanto na área protetiva quanto na infracional. Aprendi com as equipes psicossociais a importância da interdisciplinaridade na jurisdição, e a compreender o funcionamento da rede no sistema da Infância e Juventude.

É um microcosmo de vulnerabilidades múltiplas e complexas, onde se percebe as lacunas da ação entre União, Estados, Município, Família e Comunidade na garantia de direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Neste período, fiquei afastada por dois meses em razão de um AIT, quando estava viajando com as crianças para ver meus pais em Campo Grande. Período de muita ansiedade e preocupação, em que me sentia responsável por todo o sistema de justiça infanto-juvenil de Porto Velho e das falhas eventuais que ocorriam.

No biênio 2008/2009, auxiliiei na Corregedoria-Geral da Justiça, oportunidade em que conheci o primeiro grau em sua integralidade, bem como o estabelecimento do Conselho Nacional de Justiça e seus normativos, antevendo os impactos que já estavam ocorrendo na jurisdição.

Dali, fui responder pela Vara de Delitos de Trânsito e Crimes contra a Criança e Adolescente, esta última a competência em que encontrei o maior desafio para a gestão da emoção pela sensibilidade da temática. Posteriormente, foi alterada a competência da unidade para agregar o Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher, redistribuindo os delitos de trânsito para outras unidades jurisdicionais, e a competência de crimes contra criança e adolescente para o Juizado da Infância e Juventude, que foi desmembrado.

Vários projetos capitaneados pelas equipes psicossociais foram mantidos e implantados nessas atribuições, nesta sede de transformar a realidade e diminuir vulnerabilidades.

No biênio 2012/2013, auxiliiei a Presidência do Tribunal de Justiça de Rondônia, observando como a cooperação e partilha oportunizam grandes oportunidades de aprendizagem e evolução de um sistema, a partir das pessoas e

dos recursos aplicados. A Gestão e Governança foram tópicos essenciais neste período, tanto no nível regional quanto em termos de CNJ.

Titularizei na 8ª vara cível, onde permaneci até 2023, quando pedi remoção para o Gabinete 2 da 1ª Turma Recursal, cabendo aqui honrar a equipe maravilhosa que foi se formando, evoluindo e acompanhando essa jornada de mais de dez anos.

Sempre trabalhei com pessoas e equipes incríveis, onde quer que eu estivesse e trabalhasse! O Tribunal de Justiça de Rondônia muito estimulou, durante todo o tempo de atuação, meu aprimoramento profissional e pessoal. Concretizei MBA, Mestrado e Doutorado estimulada e financiada pela Instituição, além do fortalecimento e motivação para aperfeiçoamento contínuo junto à Escola Nacional de Formação de Magistrados – ENFAM.

A oportunidade de ser professora e formadora da EMERON me concede a graça de entrar em contato constante com profissionais da área do Direito e de outras áreas, me renovando continuamente.

Cada magistrada deste Tribunal seguiu um caminho único, fez suas próprias descobertas e faz jurisdição de uma maneira que só a ela cabe fazer e compreender. Neste mosaico feminino, penso que pude contribuir com uma parcela, um tijolinho, nesta construção conjunta.

Como protagonista da minha própria história e testemunha do tempo, a sensação é de Gratidão, e a emoção de Alegria e Orgulho! Gratidão a todas e todos que contribuíram com esta caminhada! Gratidão a todos os membros do Tribunal de Justiça e da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia por me permitirem pertencer e me desenvolver neste sistema tão colaborativo e cooperativo!



**SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES**

## “Além das Sentenças, a Mulher: Uma Jornada de Transformação e Renascimento no Coração da Amazônia.”



Por Sandra Silvestre, titular do 2º Juizado da Violência contra a Mulher de Porto Velho.

Ao longo da minha jornada como magistrada, trilhei caminhos desafiadores, mas igualmente repletos de realizações e aprendizados que moldaram não apenas minha carreira, mas também minha essência como mulher.

Desde minha chegada, oriunda do Estado de Minas Gerais, em 1995, até os dias atuais, tenho testemunhado uma transformação não apenas em mim mesma, mas também na instituição e na comunidade que a envolve. Ao longo dos anos como magistrada no Tribunal de Rondônia, venho amadurecendo como profissional, ser humano e mulher, pois nossa magistratura tem sido também um celeiro de reflexões profundas sobre o papel da mulher na sociedade e no mundo jurídico.

Meu ingresso na magistratura rondoniense foi impulsionado por uma chama interior, uma convicção profunda de que este era o lugar onde eu poderia fazer a diferença, tanto como profissional quanto como mulher. Tanto que me mantive firme na escolha por Rondônia, mesmo quando aprovada na magistratura mineira, e mudei minha vida e minha história, abandonando família, amigos e relacionamentos.

Em Rondônia, encontrei não apenas um local de trabalho, mas sim uma comunidade que celebra a diversidade e a força das mulheres em todas as esferas da vida. Em meio às belezas naturais desta terra, aprendi que nossa integridade vem não apenas das batalhas profissionais, mas também das experiências como esposas, mães e, acima de tudo, como mulheres.

Os primeiros passos nessa nova terra foram marcados por uma dedicação incansável, onde a carreira e a magistratura eram prioridades absolutas. Naqueles tempos, a concepção predominante era a de que uma mulher magistrada deveria abdicar de aspectos pessoais em prol de sua trajetória profissional, uma ideia que permeava a mentalidade da minha geração. Assim, mergulhei de corpo e alma na magistratura rondoniense, entregando o melhor de mim durante uma década de desafios e conquistas.

Os anos iniciais foram de intensa dedicação e aprendizado. Encontrei em meus colegas e na própria instituição um ambiente propício para o desenvolvimento profissional e pessoal. O Tribunal de Rondônia se destacava não apenas pela eficiência e excelência jurídica, mas também por sua visão progressista e inclusiva, que valorizava e promovia a diversidade.

No entanto, foi nesta mesma instituição, tão à frente de seu tempo, que encontrei o espaço para me tornar não apenas uma juíza, mas também uma agente de mudanças sociais e humanas. Em um momento singular, fui selecionada para uma missão internacional nas Nações Unidas, visando contribuir para a reconstrução do sistema judiciário em Timor-Leste. E o Tribunal de Justiça de Rondônia, uma vez mais, de forma inédita no país, autorizou a minha ida para trabalhar pela ONU por quase dois anos. Foi exatamente essa visão além das fronteiras da Corte rondoniense que trouxe uma oportunidade única em minha carreira: a possibilidade de atuar internacionalmente nas Nações Unidas, contribuindo para a reconstrução do sistema judiciário em Timor-Leste.

Essa missão representou um ponto de inflexão em minha vida, não apenas pela dimensão do desafio profissional, mas também pelo encontro inesperado com

o amor da minha vida. Em meio aos escombros de um país em reconstrução, encontrei em Rui não apenas um parceiro, mas um companheiro de vida, alguém que compartilhava os mesmos ideais e valores.

O retorno a Rondônia, dois anos depois, marcou o início de uma nova etapa, na qual a magistrada começou a dividir espaço com a mulher que ansiava pela maternidade. O destino me presenteou com um novo capítulo, repleto de sonhos e desafios inéditos. A decisão de iniciar uma família, no entanto, trouxe consigo uma série de obstáculos. Nesse período, a magistrada deu lugar à mulher que ansiava pela maternidade e, uma vez mais, fui acolhida de forma extraordinária pela comunidade judiciária rondoniense, que se tornou minha rede de apoio e solidariedade.

A gravidez de Maria, nossa filha tão desejada, representou a vitória sobre anos de luta e sofrimento. No entanto, também trouxe consigo um novo conjunto de desafios. Uma gravidez de alto risco me obrigou a me afastar das funções da magistratura por mais de sete meses, enquanto enfrentávamos juntos os medos e as incertezas do desconhecido.

Uma vez mais me senti acolhida de forma extraordinária pela comunidade judiciária rondoniense, que se tornou minha rede de apoio e solidariedade. Colegas e servidores estiveram ao meu lado e foram minha família e meu suporte não só ali, mas também pouco tempo depois, em um dos momentos mais sombrios da minha história, quando da partida prematura de Rui, meu grande companheiro de vida, deixando para trás uma filha de apenas um ano de idade, mas também um legado de união e fortalecimento mútuo.

Essa perda irreparável marcou o fim de uma era, mas também o início de uma nova fase, na qual me vi obrigada a conciliar a carreira na magistratura com a difícil tarefa de criar uma filha sozinha. Nesse processo de reconstrução, encontrei conforto e força na comunidade que havia ajudado a moldar.

Em Rondônia, encontrei não apenas um local de trabalho, mas sim uma comunidade que celebra a diversidade e a força das mulheres em todas as esferas da vida. Em meio aos desafios da floresta, aprendi que nossa integridade vem não apenas das batalhas profissionais, mas também das experiências como esposas, mães e, acima de tudo, como mulheres.

Ao compartilhar este fragmento da minha jornada, desejo não apenas inspirar as futuras gerações de magistradas, mas também reforçar a importância de encontrar o equilíbrio entre carreira e vida pessoal. Pois, como sabiamente disse Raduan Nassar: “O tempo é o maior tesouro de que um homem pode dispor; embora inconsumível, o tempo é o nosso melhor alimento; sem medida que o conheça, o tempo é, contudo, nosso bem de maior grandeza: não tem começo, não tem fim; é um pomo exótico que não pode ser repartido, podendo, entretanto, prover a todo mundo; onipresente, o tempo está em tudo (...) o equilíbrio da vida depende essencialmente deste bem supremo, e quem souber com acerto a quantidade de vagar, ou a de espera, que se deve pôr nas coisas, não corre nunca o risco, ao buscar por elas, de defrontar-se com o que não é; (...) Porque só a justa medida do tempo dá a justa natureza das coisas.”

Que este relato possa não apenas enriquecer as discussões sobre a trajetória das mulheres no judiciário,

mas também fortalecer os laços de comunidade em nossa instituição, celebrando a diversidade e a resiliência que nos tornam mais humanos, mais fortes e mais unidos.





**INÊS MOREIRA DA COSTA**

## DESAFIOS PERCORRIDOS PARA REALIZAÇÃO DO SONHO DE ME TORNAR MAGISTRADA



Acostumada a olhar o mundo pelas lentes jurídicas, começar a escrever um texto mais pessoal foi desafiador. Como disse Clarice Lispector, “não se faz uma frase. A frase nasce”. Voltar um pouco no tempo e relembrar momentos em que me dedicava mais à literatura, o gosto pela poesia, a jornada para ingressar na profissão que havia escolhido e os desafios da carreira foram uma ótima experiência de reconexão com minha história.

Sinto que há tantas coisas para escrever, mas a

*O que sou então?  
Sou uma pessoa que tem um coração que por vezes percebe,  
sou uma pessoa que pretendeu pôr em palavras um mundo  
ininteligível e um mundo impalpável.  
Sobretudo uma pessoa cujo coração bate de alegria levíssima  
quando consegue em uma frase dizer alguma coisa  
sobre a vida humana ou animal.  
(Clarice Lispector em *Aprendendo a viver*)*

exiguidade do tema e até a incerteza do que compartilhar, o que para mim pode ser importante, mas para outrem pode não ter significado, fazem com que o texto seja mais delimitado. Começarei, assim, contando um pouco do que me levou a assumir a magistratura, para depois contar episódios que fizeram e fazem valer a pena a trajetória profissional.

Fomos programados para contar histórias, são elas que criam os vínculos: com nossos filhos, com os amigos, com quem trabalhamos e com os jurisdicionados – é através das petições que conhecemos a vida das pessoas.

E por que não dizer que as histórias de mulheres que exercem a magistratura possam também contribuir para que outras mulheres, e também os homens, possam ver essa profissão com outros olhares? Afinal, compartilhar sonhos, sentimentos, ideias, questionamentos e descobertas derivadas de uma experiência é um meio privilegiado de nos humanizarmos. Mais à frente irei falar um pouco sobre a “humanização” dos juízes.

Quero começar falando da minha “sorte” de ter tido condições de estudar em uma boa escola de ensino fundamental e médio (que à época era chamado de “pedagógico” ou de

magistério – sim, sou dessa época). Meus pais, Manuel Moreira da Silva e Maria Moreira da Costa, pessoas muito humildes e trabalhadoras, fizeram o impossível para me conceder a melhor educação. A eles o meu eterno respeito e gratidão.

Naquela época do ensino médio, quando tive a oportunidade de participar de uma sessão do tribunal do júri na minha cidade natal, já me despertou o interesse em ser juíza. Sob a ótica ainda adolescente, cada um dos profissionais desempenhou muito bem o seu papel, mas ao meu olhar, o que mais me chamou atenção foi o magistrado, que conduziu toda a sessão de forma serena, mas firme e resoluto. Nascia ali o sonho de ser magistrada.

A concretização desse sonho implicou em mudança de Estado, e foi assim que cheguei em Porto Velho, e no ano seguinte já iniciava o curso de Direito na Fundação Universidade Federal de Rondônia. E para tornar a academia mais imersiva, cursava também Letras na mesma universidade, curso que havia iniciado na minha cidade natal e pretendia concluir em Rondônia. O meu gosto pelas “Letras” precedeu o gosto pelo Direito.

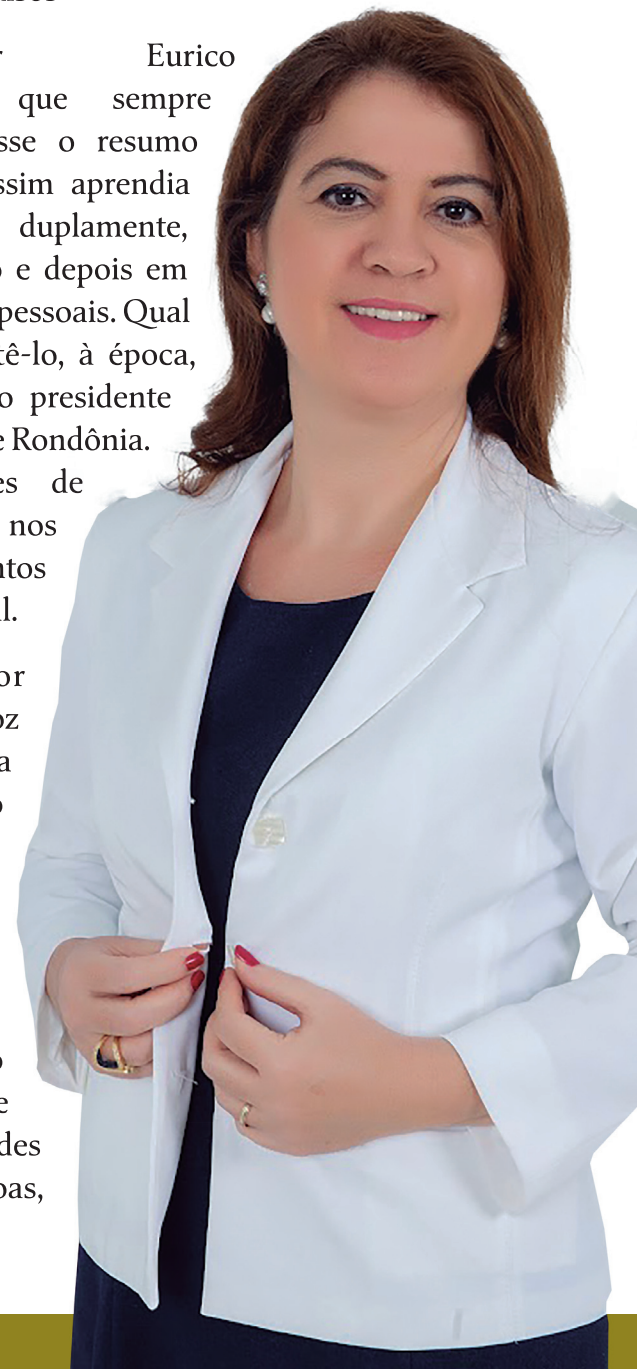
No decorrer do primeiro ano, pude constatar que conciliar duas faculdades não seria fácil, e dada a necessidade de também trabalhar para custear os estudos, acabei optando por permanecer apenas no curso de Direito. O estudo da língua portuguesa/inglesa e da literatura sempre fizeram e farão parte do meu interesse profissional e pessoal, sendo a literatura a válvula de escape para desanuviar as complexas análises jurídicas.

Durante meus anos na faculdade de Direito, tive o privilégio de conviver com uma sucessão de professores ligados à carreira da magistratura: Des. Dimas Ribeiro da

Fonseca, cujas aulas de direito penal transcendiam a simples exposição teórica, entremeando sua fala com gestos teatrais que nos faziam mergulhar nos cenários que descrevia. Eu, que sentava à frente da sala de aula, “era rotineiramente vítima dos crimes que ele me imputava”, no intuito de tornar a aula mais dinâmica e verdadeira. Risos

Desembargador Eurico Montenegro Júnior, que sempre solicitava que escrevesse o resumo da aula no quadro. Assim aprendia direito administrativo duplamente, por escrever no quadro e depois em fazer minhas anotações pessoais. Qual não era o orgulho de tê-lo, à época, como professor e como presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia. Des. Gabriel Marques de Carvalho também nos propiciou bons momentos nas aulas de Direito Civil.

Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, que nos inculcia as normas de processo civil e colocava-as em prática, especialmente na chamada “Operação Justiça Rápida”. Naquela época o juizado era denominado de pequenas causas, e nas visitas às comunidades era comum as pessoas,



muito humildes, se surpreenderem com a oportunidade de ver um juiz em ação, próximo e acessível. Cada “operação” era, para nós, um grande aprendizado.

Posso dizer que também tive grandes referências em outras carreiras jurídicas. Do Ministério Público, os professores Ivo Scherer e Jackson Abílio. Da Ordem dos Advogados do Brasil, professores Pedro Origa e Leila Leão Bou Ltaif. Esses são apenas a título de ilustração, por serem expoentes em suas carreiras.

Mas o caminho do sonho exigia que além de concluir o bacharelado, viesse a ser aprovada no concurso da magistratura, concurso esse que sempre teve um grande nível de dificuldade, exigindo dos candidatos tanto o domínio teórico do Direito quanto a habilidade na escrita de sentença. Para tanto, a prática profissional sempre foi um requisito indispensável.

Concluída a faculdade, ingressei no ano seguinte no curso preparatório para a carreira da magistratura da EMERON. Até então a minha experiência profissional, como técnica judiciária na Justiça Federal, era mais voltada aos assuntos de competência federal. A Escola da Magistratura possibilitou que vivenciasse de perto os problemas afetos à competência estadual.

Mais uma vez tive como professores grandes nomes da magistratura: Des. Antônio Cândido de Oliveira, os juízes (hoje desembargadores) Sansão Batista Saldanha, Oudivanil de Marins, Sérgio Alberto Nogueira de Lima (*in memoriam*), Daniel Ribeiro Lagos e José Jorge Ribeiro da Luz. Foi um ano de grandes aprendizados, com atividades voltadas à carreira da magistratura.

Concluída essa etapa, o ritmo de estudos se intensificou. Conciliar trabalho e estudos sempre foi um desafio, exigindo grande dedicação. Era preciso aproveitar todo o tempo livre para estudar, o que implicava ficar até altas horas da noite debruçada em livros e anotações. Os finais de semana também eram dedicados aos estudos.

Imaginando já estar preparada, prestei concurso para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, onde até a segunda fase do concurso estava em excelente colocação. Na fase da prova oral, pesou contra minha aprovação o fato de ter ingressado com mandado de segurança por ainda não ter completado os dois anos da graduação, exigidos para a prática profissional. Mas prefiro acreditar que os reveses da vida têm um propósito. Seja obra do destino, do universo, do divino ou até mesmo do acaso (cada um é livre para escolher a sua opção), no mesmo ano consegui minha aprovação no concurso da magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. No mesmo concurso, foram aprovadas duas outras mulheres, as colegas Duília e Ana Valéria, ambas também servidoras da Justiça Federal.

Passados os momentos de êxtase pela aprovação e posse, vieram os verdadeiros desafios da carreira. À época, o período de formação para os ingressantes na magistratura era bem curto, e já iniciávamos nas unidades. Minha primeira atuação foi na 4ª vara cível de Porto Velho, cujo titular era o hoje Des. Roosevelt Queiroz Costa.

Atuei em diversas unidades, com competência em áreas cível, criminal, família e juizados.

Responder pelo Tribunal do Júri foi um dos maiores desafios que enfrentei. Um dos casos que mais me marcou foi o assassinato de uma criança de cerca de dois anos. Lembro-

me com clareza do motivo do crime: a avó da vítima havia terminado o relacionamento com o réu, que, inconformado, disse que a faria sofrer a maior perda possível. Infelizmente, seu bem mais precioso era sua netinha, que perdeu a vida por um ato cruel de alguém que se julgava superior a Deus. E, por incrível que pareça, quando retornei a Porto Velho quase dez anos depois, já como juíza auxiliar da capital e novamente designada para atuar no júri, deparei-me com outro caso com temática semelhante: mais uma vítima infantil, indefesa, nas mãos de assassinos cruéis.

Confesso que atuar no júri exige um certo distanciamento emocional. No início, ficamos impressionadas com os crimes, as fotos anexadas aos autos nos causam repulsa, mas com o tempo vamos nos “acostumando” a essas barbáries, e as mesmas fotos já não são mais vistas com repulsa. A sensibilidade dá lugar à análise fria e calculista dos fatos: autoria e materialidade do crime. Há quem goste de atuar nessa área. Eu, por outro lado, prefiro judicar em outras competências. Mas faz parte da nossa formação como magistrados compreender as dinâmicas e os contextos de todas as unidades.

Ao longo da carreira, atuei como titular nas comarcas de Alta Floresta do Oeste, Ariquemes e, atualmente, em Porto Velho. Cada localidade apresenta suas características próprias, com seus problemas sociais específicos. Alguns processos deixaram marcas indeléveis em minha memória.

Ao revisitar essas histórias, sinto-me mais inspirada pelas daquelas pessoas que enfrentam cada dia com um pouco mais de otimismo e dignidade – geralmente, são aquelas com poucos recursos financeiros, pouco poder ou status, que já passaram por provações -, mas que ainda assim encontram motivação para buscar seus direitos e melhorar de vida. Aprendi muito com essas pessoas.

A operação Justiça Rápida, realizada com frequência em diversas localidades do Estado de Rondônia, é um projeto de grande alcance social. Em um desses eventos, atendi um casal de idosos que estava se separando após décadas de convivência. Parece difícil aceitar esse tipo de separação quando a vida em comum foi longa e ambos já estão na fase “madura” da vida. No entanto, ao ouvir os relatos dessas pessoas, percebemos que muitas mágoas se acumulam ao longo dos anos, e chega um momento em que todas as lágrimas transbordam. E esse casal de idosos insistia em se separar. Por serem pessoas de poucos recursos materiais, todos os objetos da pequena e humilde residência já haviam sido divididos com certo pesar (pratos, panelas etc.). Mas quando chegaram a um determinado vidro de medicamento, já usado, não houve acordo sobre quem deveria ficar com o remédio.

A separação não pôde ser efetivada naquela solenidade. Até hoje me pergunto se a falta de acordo sobre aquele vidro de medicamento foi o real motivo para não realizarem a separação. Mas, independentemente do motivo, esse caso me fez refletir sobre como aquilo que para nós seria facilmente superável, para algumas pessoas um objeto que em princípio seria de pouco valor, acaba ganhando uma outra dimensão. O nosso “pouco” pode ser o “muito” de alguém. À medida que amadurecemos, naturalmente desenvolvemos mais empatia e procuramos ver algumas situações sob a perspectiva dos outros. Tomamos consciência de nossas imperfeições e das do próximo de forma mais amável e compassiva.

Em um congresso sobre o sistema judiciário em outro estado da federação, um aluno/participante observou que os juízes, atualmente, julgam os casos de forma superficial para aumentar sua produtividade, questionando como esses juízes poderiam ser “humanizados”.

Parece estranho falar que juízes não são humanos. Essa impressão talvez se dê pelo aumento anual do volume de processos, exigindo produtividade de todos. A quantidade de sentenças ou decisões proferidas pode ser priorizada em detrimento da qualidade dos julgamentos. Mas o que aprendi é que o juiz precisa gostar de gente, ter sensibilidade para entender o outro e desenvolver a habilidade de analisar o processo (e, às vezes, até o que está além dele). Ouvir as partes em uma audiência amplia muito o conhecimento sobre o caso.

O médico e neurocientista português António Damásio traz uma reflexão profunda sobre a natureza humana: “não somos máquinas de pensar, somos máquinas de sentir que pensam”. Não é por acaso que a etimologia da palavra “sentença” deriva do latim “sentire”, que significa sentir.

Ser magistrada significa que o julgamento humano é permeado por sentimentos, e a experiência de vida tem sua parcela de influência. Apesar da necessidade de imparcialidade, não podemos negar nossa “humanidade” de sentir, ainda que a quantidade de processos para analisar, por vezes, nos sufoque.

O sentimento de buscar ser “justo”, aliado ao empenho em resolver um litígio específico, pode nos inspirar a buscar ajuda em outras fontes.

Certa vez, como juíza de vara de família, concedi a guarda de uma menina de aproximadamente 8 ou 9 anos para sua genitora. O pai, médico, não concordou com a manutenção da guarda da filha com a mãe, que era costureira. Ele já havia pleiteado a modificação da guarda, mas as provas nos autos não evidenciavam nenhuma necessidade de alteração da guarda. Foi então estabelecido o direito de visita do pai que, como na maioria dos casos de guarda de filhos, ocorre aos finais de semana e feriados.

O curso dessa decisão de guarda tomou um rumo inesperado durante o feriado de Páscoa, quando o pai, aproveitando-se do período mais prolongado com a filha, desapareceu sem deixar rastros, levando-a consigo. Para o desespero da mãe, todos os locais onde poderiam encontrá-la foram em vão. Ele encerrou suas atividades profissionais na cidade, cortou todos os contatos telefônicos e não deixou aviso com ninguém. Simplesmente desapareceu.

Como de costume nesses casos, a medida adequada foi a busca e apreensão. Todas as medidas jurídicas possíveis foram adotadas: quebra de sigilo telefônico e bancário, diligências em localidades próximas e investigações policiais. Mas nada. Já se passavam alguns meses, e minha preocupação aumentava a cada dia, inclusive com a integridade física e emocional da criança, que fora bruscamente afastada de sua genitora e do convívio social que tinha, inclusive da escola.

Em minhas orações diárias, pedia ajuda para localizar a criança. Certa manhã, acordei com o nome de uma cidade na mente. Era em outro estado da federação. Mas, como todas as alternativas já haviam falhado, acreditei nessa “intuição” e determinei a expedição de uma carta precatória (documento destinado a outro juízo) para que fossem realizadas diligências em hospitais, clínicas e escolas, na tentativa de localizar o pai e a filha. Mais algum tempo se passou e nenhuma diligência teve sucesso, resultando na devolução da carta precatória.

Os meses se arrastaram até que, durante minhas férias, recebi a notícia que tanto ansiava: a criança fora localizada. Foi uma notícia maravilhosa. Depois, busquei saber como a encontraram. E a história narrada pelo oficial de justiça que cumpriu a diligência na outra cidade revelou uma confluência de fatores que, sem um pouco de fé, não poderíamos acreditar.

O oficial de justiça estava de folga em um bar, à noite, quando um desconhecido que também frequentava o local teve um mal súbito. Outras pessoas informaram que ali perto havia um médico que talvez pudesse atendê-lo, e mencionaram seu nome. Assim que o ouviu, o oficial de justiça recordou-se das diligências que havia realizado há algum tempo em busca da localização da criança. E, coincidência ou não, era a pessoa que procurávamos há nove meses.

Assim que fui informada sobre a localização do pai e da filha, nova carta precatória foi expedida para efetivar a busca e apreensão da criança. E assim a menina pôde ser devolvida à sua mãe.

Esse episódio reforçou em mim a crença de que, às vezes, somos guiados por forças que transcendem a lógica e a razão. A justiça, em sua essência mais pura, muitas vezes exige não apenas a mente, mas também o coração e a alma do juiz.

Outra situação que vivenciei, atuando agora na Vara da Infância e Juventude, envolve a questão da diversidade cultural e do direito à vida. Era um caso de tentativa de infanticídio indígena. A criança, de quase dois anos, apresentava algum transtorno de desenvolvimento, ainda não identificado na época. Descobri que, para os indígenas, aqueles que não podem sobreviver sozinhos, por apresentarem alguma deformidade física ou mental, são destinados ao abandono e à inanição na floresta, ou até mesmo ao soterramento.

A mãe não concordou com o infanticídio, e o pai, que também era o pajé da aldeia, também se opôs. Como solução, viajaram de barco por aproximadamente seis dias (a aldeia estava localizada no Estado do Amazonas, cujo único acesso era pelos rios) até chegarem a Porto Velho, onde foram abrigados (pai, mãe e filho) em local destinado pela FUNAI.

Seria possível imaginar que eu não tivesse competência para analisar o caso, por se tratar de criança indígena e de aldeia localizada em outro estado da federação. Mas a legislação protetiva da infância e juventude assegura que qualquer criança em situação de risco ou vulnerabilidade possa ter sua situação analisada pelo juízo da Vara da Infância e Juventude.

Nas audiências designadas, pude perceber o cuidado e o amor que os pais tinham pela criança. A mãe não falava português, e o pai o fazia com muita dificuldade. Mas o que se via era o desejo de que a criança pudesse sobreviver entre eles. O pai, inclusive, já a ensinava os primeiros passos.

Foi necessário um estudo antropológico para compreender o contexto cultural e social daquela família e identificar a forma de ajudá-los a criar o filho na comunidade. A alternativa encontrada foi a obtenção do auxílio do INSS. Porém, como eram nativos do Estado do Amazonas, o pedido deveria ser formulado naquele Estado.

Como a justiça pode transcender fronteiras em algumas situações, entrei em contato com a magistrada daquele estado que teria jurisdição sobre a comunidade onde residiam. Acertamos como seriam levados até lá e o que poderia ser feito para facilitar a obtenção do benefício previdenciário. E assim, com todos os cuidados possíveis, conseguimos que uma servidora do juizado acompanhasse a família, de avião, até a comarca do Amazonas onde seria postulado o benefício previdenciário. Um acordo de cooperação que deu certo.

Esses três episódios aqui narrados são apenas um breve recorte de situações em que nos vemos compelidos a ir além do texto frio da lei. Eles ilustram momentos em que a empatia não é apenas desejável, mas essencial, e onde a

urgência de cada situação demanda uma resposta pronta e cuidadosa. Cada caso traz consigo uma história humana única, e cada decisão tomada ressoa em uma ou mais pessoas.

Para o bom desempenho desse mister, a magistratura exige uma constante atualização do conhecimento. E nesse caminho, a Escola da Magistratura de Rondônia tem desempenhado um papel fundamental e de relevância. Foi através dela que pude realizar diversas especializações: MBA em Poder Judiciário, Mestrado em Poder Judiciário e Doutorado em Ciência Jurídica, além de inúmeras outras formações nas mais diversas áreas. Estudar sempre é uma necessidade para os juízes.

Fazer essas especializações sem deixar de trabalhar foi um grande desafio, porque precisava conciliar trabalho e família, além de cuidar da própria saúde (física, mental, emocional e social). Ser mulher, magistrada e mãe exige muito jogo de cintura.

À época do mestrado, residia no interior do Estado, enquanto meu marido permanecia na capital, por questões de trabalho. Essa é uma das dificuldades advindas da carreira da magistratura: nem sempre é possível conciliar o trabalho de ambos os cônjuges. No meu caso, a opção foi residir em uma comarca mais próxima da capital, para que a distância não fosse um empecilho tão grande à convivência familiar.

Mas minhas filhas não puderam ter a convivência diária paterna durante esse período, pois residiam comigo e somente viam o pai aos finais de semana ou durante as férias.

Para as magistradas nessa situação, é ainda mais desafiador cuidar dos filhos sozinhas, dar conta do trabalho, dos afazeres domésticos e ainda ter uma vida social, se é que é possível. Dizem que as mulheres conseguem dar conta de múltiplas tarefas, embora isso tenha um preço.

Conquistar o mestrado não foi uma jornada trivial. Tinha que vir rotineiramente à capital, enfrentando o trânsito perigoso da BR 364, trazendo minhas filhas pequenas. Também implicava em abdicar de muitos finais de semana de lazer em família. Minha filha mais nova, particularmente, tornou-se uma companheira de estudos, ainda que involuntária, porque tinha que me acompanhar nas aulas do mestrado.

Desenhava, escrevia, pintava, encantava-se e estranhava sotaques regionais de alguns professores. Posso dizer que ela também se formou no mestrado, apesar de ter apenas 7 anos na época.

Tenho três filhos: Nayara, Ana Clara e Arthur. O mais novo nasceu quando já estava na atual comarca, Porto Velho. Por que demorei tanto para ter esse filho? Seria muito difícil ter mais um filho e continuar sozinha em uma comarca do interior do Estado, com todas as dificuldades de convivência familiar que já enfrentava. Então a maternidade foi adiada para permitir que meu filho pudesse ter a convivência diária com o pai.

O doutorado foi um desafio ainda maior: meu filho caçula era ainda muito pequeno, o marido precisou passar por um grande procedimento cirúrgico, e as filhas terminando o ensino fundamental e indo fazer faculdade em outros estados. O trabalho, como sempre, exigia cada vez mais de mim. A escrita da tese se revelou um período de intensa solidão, exigindo uma disciplina férrea para manter o foco e progredir. Todas as noites eram dedicadas à escrita da tese, além de muitos finais de semana.

Mas o ápice de todo esse esforço foi reconfortante. No dia da defesa da tese, após concluir a explanação e as respostas à banca examinadora, meu filho, então com cerca de 10 anos,

me perguntou se eu havia terminado. Ao responder que sim, as emoções transbordaram e as lágrimas correram livremente. Ele, gentilmente, me deu um forte abraço, e naquele abraço eu senti toda a recompensa pelos anos de estudo, por todas as noites que não pude lhe dar atenção porque estava estudando, e sentir o amor da família. É isso que nos dá o sustentáculo para vencer esses desafios. Foi um momento de muita emoção.

Engana-se quem imagina que uma titulação como essa seja suficiente para a carreira da magistratura. Os estudos continuam incessantes, e sigo feliz na certeza de que posso aprender a cada dia. A Escola da Magistratura de Rondônia, com excelência, propicia um ambiente à formação continuada de magistrados e servidores. Sinto-me honrada em compor o corpo docente do curso de preparação para a magistratura, onde outrora fui discente.

Minha outra experiência profissional foi como juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do TJRO, sob a tutela do Desembargador José Antônio Robles, um magistrado atuante, conciliador e de grande generosidade. A mudança da esfera judicial para a administrativa foi um desafio estimulante. Foram dois anos de aprendizado e novidades. Descobri que “co-governar” é muito mais importante do que apenas “corrigir”. Pude aprofundar meu conhecimento sobre o funcionamento do Poder Judiciário, suas mazelas e possíveis soluções.

Uma dessas iniciativas foi a proposta de desenvolvimento de um sistema de automação das atividades cartorárias, projeto que recebeu o nome de LexIA. Através dele, dezenas de atividades podem ser realizadas de forma automatizada, sem a necessidade de trabalho humano, sem erros e com uma rapidez antes inimaginável, otimizando a força de trabalho dos servidores para outras demandas. Sinto-

me imensamente satisfeita em ter contribuído para que o TJRO mantenha seu posto de tribunal inovador e tecnológico.

Ao relembrar a jornada trilhada até aqui, trazemos à reflexão os desafios e as conquistas que marcaram não só minha carreira, mas também a de muitas outras magistradas que abriram caminho no sistema judiciário. Essa caminhada não foi fácil; foi repleta de obstáculos e algumas de nós enfrentamos preconceitos que, muitas vezes, tentaram diminuir nossa capacidade e nosso direito de estar aqui. No entanto, a resiliência e a determinação foram nossas aliadas, permitindo-nos não apenas ocupar espaços onde antes éramos vistas como intrusas, mas também exceder e contribuir de maneira significativa para a Justiça.

Cada processo, cada decisão tomada, foi imbuída de uma profunda consciência da responsabilidade que carrego. Não apenas em termos jurídicos, mas também como um símbolo de progresso e esperança para outras mulheres. Acredito firmemente que nosso papel vai além das salas de audiência; é também inspirar e pavimentar o caminho para que mais vozes femininas sejam ouvidas e respeitadas em todas as esferas do poder.

Que este depoimento sirva não apenas como um registro do que foi alcançado, mas também como um chamado à ação. Que ele inspire novas gerações de magistradas a perseguir com coragem seus sonhos profissionais e a lutar incansavelmente pelo direito de todas as mulheres de serem vistas, ouvidas e respeitadas em igual medida.





**SANDRA BEATRIZ MERENDA**

## REFLEXÕES SOBRE MINHA JORNADA EM 20 ANOS DE MAGISTRATURA RONDONIENSE: DE 2001 A 2021



Fui uma das duas magistradas aprovadas no XIV Concurso de Ingresso à carreira da Magistratura do Tribunal de Justiça de Rondônia, juntamente com outros 09 juízes do sexo masculino. Iniciava-se o ano de 2001, inaugurava-se o Século XXI. Hoje, em retrospectiva, após a aposentadoria ocorrida no início de 2021, tenho o distanciamento temporal necessário para tecer algumas considerações acerca dos 20 anos trabalhados quase que exclusivamente em varas com competência em infância e juventude e cível, mesclando-se

atuação eventual no juízo criminal e outras competências. Há que se fazer um parêntese aqui: antes de ser aprovada no único concurso da magistratura que prestei, o único, fiz muitos outros para promotora de justiça e para delegada de polícia.

Desconfio que o destino acertou, pois não tenho a menor vocação para nenhuma destas outras carreiras. Quando ingressei, a carreira da magistratura era a concretização de um sonho após 18 meses de dedicação diária de 12 horas de estudo, ao mesmo tempo em que o estado de Rondônia apresentava-se como uma realidade totalmente diferente do estado de São Paulo, onde nasci, cursei letras na Universidade de São Paulo-USP e Direito na Universidade Metodista de Piracicaba e trabalhei em ambiente corporativo multinacional até aprovação no concurso.

E foi assim, com o coração transbordando de energia e vontade de pacificar os conflitos, de entregar a prestação jurisdicional, que iniciei minha carreira de magistrada. E foi mesmo um choque de realidade. O Brasil do Norte, o Brasil das carências, o Brasil das dificuldades de acesso a quase tudo. Rincões onde a Justiça chegava e entregava a prestação jurisdicional de helicóptero nas eleições (Porto Rolim de

Moura em Alta Floresta D´Oeste), por exemplo. Entretanto, apesar de todas as dificuldades que se apresentavam, encontrei um Tribunal de Justiça dinâmico, inovador, movido por servidores e magistrados que além de serem “destemidos pioneiros”, faziam acontecer e queriam fazer mais e ir além. E assim fizemos. Assim fomos. Não à toa o Tribunal de Justiça de Rondônia ganha seguidamente o Selo Diamante do CNJ, entre tribunais de seu porte. Somos diferenciados.

Mas voltando à retrospectiva que me propus a fazer, citarei alguns episódios, dentre tantos, dos 20 anos em que exerci a atividade de magistrada. Vem à memória, minha primeira titularidade, na comarca de Alta Floresta D´Oeste, após breve passagem como substituta na comarca de Rolim de Moura. Nesta comarca, houve um momento que pontuou toda minha trajetória dali para frente, o qual trago comigo, ainda que passados mais de 22 anos. Em audiência, a recém-empossada Juíza de Direito, guarda-roupas renovado, joias até então inacessíveis, carro 0 Km parado na garagem do fórum (até a posse, quase sem fôlego financeiro após os referidos 18 meses de dedicação exclusiva, digamos que minhas opções de consumo eram limitadíssimas).

Pois bem. Ao final da oitiva da parte, uma senhora pelos seus 30 anos de idade, grávida de 08 meses, em tom amistoso e de despedida, perguntei-lhe o que teria para o almoço, ao retornar para sua casa na zona rural. A resposta veio como um tapa na cara e um chacoalhão: “Doutora, hoje pra comer vamos ter mamão verde.” Eu: “Como assim, mamão verde?”. A resposta da grávida de 08 meses, moradora da zona rural da pequena Alta Floresta D´Oeste, Rondônia, norte do Brasil: “Não temos um grão de arroz em casa”. A joia recém-adquirida queimava meu pescoço, os anéis queimaram meus dedos, a realidade daquele local e daquelas pessoas se

apresentava ali, nua e crua na minha frente e essa lembrança nunca mais me deixou.

A partir deste episódio, entendi que embora merecesse tudo o que havia conquistado, minha função seria aplicar a justiça levando em consideração e contextualizando a realidade daqueles jurisdicionados. Despida de vaidades e sem ostentação. Antes, com firmeza, respeito e empatia. Simone de Beauvoir, de quem era leitora nos tempos da juventude, tem uma frase célebre que diz: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Parodiando-a, com todo o respeito que lhe é devido, digo: “Não se nasce juiz humanista, empático. Torna-se”. Acredito que este episódio, no início de minha carreira, deflagrou em mim uma linha de conduta que permeou toda minha trajetória. Agora, parando aqui para escrever, me chegam à memória tantos e tantos episódios interessantes.

Tanta vivência no contato com os conflitos humanos, com os dramas da sociedade, os quais imaginava esquecidos de há muito. Veja esse outro caso: em audiência, ainda na primeira titularidade, com competência genérica em Alta Floresta D´Oeste, julgava e aplicava em audiência pena de 20 anos de reclusão em regime fechado a um grande traficante de drogas (jovem na casa dos 25 anos de idade), com conexões internacionais inclusive.

Em dado momento, ao final da audiência, veio-me a notícia de que sua genitora se encontrava no corredor e desejava dar-lhe um abraço. Ao final dos trabalhos, obedecidos os padrões de segurança, autorizei a entrada da genitora e naquele momento entendi que lá atrás na história do criminoso, houve uma mãe que deu o que pôde para sua criação e que para ela, ali estava seu menino, não o temido criminoso. Senti empatia por essa mãe e lamentei as escolhas daquele réu.

Esse é o ponto: apliquei-lhe a pena que entendia necessária e adequada, com firmeza e sem hesitação. Entretanto, não pude deixar de lamentar toda aquela situação, especialmente daquela mãe, de toda uma história rota de vida intrafamiliar que culminaram nessa condenação.

Falando em mãe, lembro-me de alguns casos de destituição do poder familiar e adoção nos quais atuei ainda em Alta Floresta D´Oeste: um deles é o de uma jovem em situação de rua, catadora de latinhas e com comprometimento mental, vítima de abuso sexual, que, por ser incapaz, deu à luz uma criança a qual carregava como se fosse uma boneca pelas ruas da cidade, ameaçando a integridade física da bebê recém-nascida.

O Conselho Tutelar atuou rapidamente, não localizou família extensa apta e, uma vez instituída a sua interdição legal e destituído o poder familiar, a criança foi entregue a uma família substituta de outra cidade. Lembro-me como se fosse hoje que a mãe por adoção, ao receber a pequena em seus braços, dela não queria mais se separar, nem mesmo para assinar a ata e outros documentos relativos à adoção. O vínculo criado ali com os pais por adoção foi imediato. Começava uma nova história.

A jovem mãe biológica, sabendo de meu endereço na cidade (comarca pequena, todos sabem onde o juiz mora), frequentemente passava em casa perguntando sobre a criança, pois tinham dito a ela que esta teria sido encaminhada a Porto Velho para tratamento de saúde, o que eu confirmava pessoalmente no portão de casa, pois seu cognitivo a impedia de alcançar outra resposta.

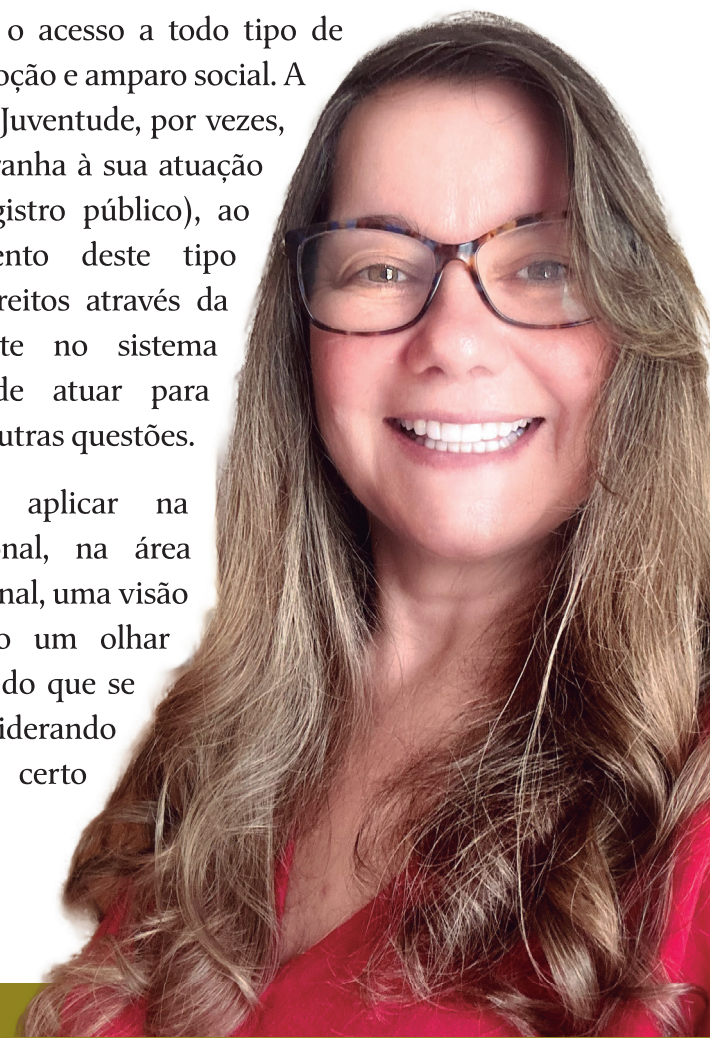
Por uma breve pausa me pergunto como teria sido a trajetória daquela criança? Porventura, o Judiciário não tivesse feito a intervenção com rapidez naquele caso. E até hoje me pergunto o que aconteceu com aquela jovem, desamparada pelo poder público, portadora de comprometimento mental,

sujeita a novos abusos sexuais, outras possibilidades de gravidez, novas perdas de seus filhos...

Ao longo da carreira, constatei que muitas vezes quando a criança adentra ao sistema judicial via Vara da Infância, o olhar estatal acaba por tirar da invisibilidade toda a família. São frequentes os casos em que a determinação judicial de encaminhamento ao CRAS, CREAS e outros, abrange toda a família e traz luz sobre todos os seus membros. E são muitas as violações de direitos devido a essa invisibilidade, perpetuando-se o ciclo perverso.

A ausência de documentos pessoais, por exemplo, item básico para o exercício da cidadania e assustadoramente frequente, impede o acesso a todo tipo de programa de promoção e amparo social. A Vara da Infância e Juventude, por vezes, ainda que seja estranha à sua atuação neste aspecto (registro público), ao tomar conhecimento deste tipo de violação de direitos através da criança ingressante no sistema de proteção, pode atuar para regularizar esta e outras questões.

Sempre busquei aplicar na atuação jurisdicional, na área protetiva e infracional, uma visão holística, lançando um olhar sobre a totalidade do que se apresentava, considerando que tudo está de certo modo interligado.



Um caso emblemático, anterior à minha chegada à comarca, mas que trouxe desdobramentos com os quais lidei, era de uma mãe solo que deu à luz duas meninas gêmeas. Em extrema vulnerabilidade, optou por permanecer com a criança mais saudável ao nascimento, entregando aquela com problemas de saúde, para adoção. Adoção direta, diga-se de passagem.

Passados cerca de 13 anos, deparei-me com a primeira criança em situação de vulnerabilidade social e cometimento de atos infracionais de pequeno porte. Em audiência, relatou-me que seus atos se deviam à revolta por ter sido tão privada dos direitos que sua irmã gêmea, adotada, tinha. Tendo permanecido com a mãe biológica, faltava-lhe tudo, especialmente a estrutura familiar e recursos materiais mínimos. Sentia-se injustiçada pelo destino. Duas trajetórias que se iniciaram juntas no ventre materno e seguiram rumos tão diferentes.

Em comarcas pequenas de todos os rincões do Brasil, a vida real bate à porta da sala de audiências todos os dias. Como foi o caso em Alta Floresta D´Oeste de um rapaz portador de problemas mentais que vagava pelas ruas e vez por outra promovia danos nas portas de vidro do comércio. “Vamos à juíza que ela terá a solução para esse caso.” Assim é e assim foram muitas vezes. Quisera tivesse tal poder...

Nesses e em outros casos, a atuação do magistrado, último recurso muitas vezes destas pessoas, vai muito além do conhecimento jurídico. Por vezes, a solução reclama tão somente o bom senso.

Na minha segunda titularidade, já na comarca de Vilhena, quis novamente o destino que eu estivesse à frente da 2ª Vara Cível, com competência cível e infância e juventude (infracional e protetiva).

Ali permaneci de 2005 a 2017 e juntamente com uma equipe altamente comprometida, desenvolvemos os trabalhos a contento e por vezes nos tornamos a vara mais célere na tramitação dos feitos à época.

Lembro-me que no primeiro dia em que assumi a vara, após as apresentações à equipe, minha secretária de audiências me mostrou uma pilha de processos (na época eram físicos), que ia do chão ao teto. Eram cerca de 1.000 feitos conclusos em gabinete após longo período sem magistrado titular.

Também na primeira semana, ainda tomando pé da situação da vara, a ansiedade dos advogados em despachar pessoalmente com a magistrada recém-chegada era enorme e as visitas não paravam. Precisava trabalhar, precisava baixar aquela pilha que me encarava todos os dias.

Decidi deixar de atender os advogados por alguns dias e imediatamente fui acusada de magistrada inacessível e o representante da OAB foi à minha presença cobrando atendimento aos causídicos e me ameaçando com representação junto à Corregedoria do Tribunal.

Com firmeza, disse-lhe que se parasse para atender todos os advogados pessoalmente durante o dia todo, a minha pilha de conclusos não baixaria e os feitos não andariam.

Final da história: entramos em acordo, deixei de atender os advogados por algum período e quando os feitos ganharam celeridade, todos entenderam. Ganhei mais um tento! E assim seguimos, encarando e tentando vencer cada tento diariamente. Com o tempo, conseguimos ser bastante céleres...

Ainda ao tempo da chegada, nos idos de 2005, encontrei as fichas dos adolescentes em conflito com a lei

e os acolhidos institucionalmente, guardadas em fichários naqueles armários verticais de aço, caprichosamente escritas à mão pela serventia. Velhos tempos....

E por falar em velhos tempos, lembrei-me de um conselho que haviam me dado ainda no curso de formação: quando precisar se impor, feche a cara, use roupas escuras, fechadas, trate a todos com distanciamento e será respeitada. Ainda bem que não segui essa orientação, mas a minha própria natureza; firmeza sem perder o bom trato, a cortesia, educação e delicadeza.

Sobre as roupas escuras, nunca gostei delas e tirando a toga que é preta e usada exclusivamente nas sessões do júri, não costumava usá-las no dia a dia.

Inclusive, nos dias de audiências da infância e juventude, saíam as roupas formais, saltos altos e entravam a calça jeans, a camiseta e os tênis.

Nestes momentos buscava a identificação do jovem com a minha figura de autoridade. Costumava funcionar, pois o adolescente em conflito com a lei naquele ato teria que prestar contas, fazer acordos, combinados, parceria e estar aberto à conversa, já seria um bom começo. Afinal, atuar na jurisdição infracional é antes de tudo isso: trazer o adolescente de volta ao convívio social, retirá-lo do mundo criminal, mostrar-lhe as causas e consequências de seus atos. E o despertar do comprometimento do jovem com suas escolhas, é uma das diretrizes do processo de ressocialização.

E a parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública nestas audiências compunha uma “liga do bem”, disposta a efetivamente transformar a trajetória daquele adolescente que funcionou por muitas vezes. Em outras, a

ruptura moral e social era tamanha que nenhum combinado, acordo, encaminhamento, internação, solucionaria. Muitos jovens que passaram pela Vara naquela época perderam a vida ainda na adolescência em consequência de seu envolvimento com o mundo criminal.

Lembro-me bem de um caso na área infracional que me marcou a carreira: havia um menino, pré-adolescente cujo processo se iniciou como ato infracional eis que danificava o ambiente escolar, desrespeitava as professoras, etc. Olhando com mais cuidado seu caso, em um momento entendeu-se que se tratava de criança que necessitava de cuidados especiais, sendo então encaminhado à APAE. A APAE o retornou informando que não se tratava de criança com déficit cognitivo, ao contrário. Tratava-se de criança com altas habilidades, QI muito alto e que deveria receber o encaminhamento apropriado.

O jovem foi encaminhado para aulas no contraturno em sala de altas habilidades (existia à época em Vilhena). Agora veja o cenário: filho de mãe solo, pai ausente, sem rede de apoio. A genitora do jovem trabalhava no posto fiscal distante vários quilômetros de sua residência, como faxineira e somente poderia retornar ao fim do expediente no veículo da empresa. O jovem então, teria que se auto organizar para, findo o horário normal de sua série na parte da manhã, retornar para casa, almoçar, descansar para depois frequentar o contraturno na sala de altas habilidades. Não precisa pensar muito para saber que esse esquema não deu certo, ainda que vários atores da rede municipal estivessem muito empenhados nesse caso, mas limitados a várias questões de logística.

O final da história foi que ao se tornar adolescente, já fora da escola, o jovem se tornou líder de grupo de adolescentes em conflito com a lei, eis que sua sagacidade e inteligência eram

altíssimas. Perto de completar a maioridade, perdeu sua vida no meio criminal. Um enorme potencial que passou por nós mas que o sistema como um todo, não conseguiu encaminhar. Perdemos todos como sociedade.

Por falar em adolescentes em conflito com a lei, vêm à lembrança vários outros casos, na maioria de meninos e um traço comum: pais ausentes, mãe lutando pela sobrevivência da família, rede de apoio insuficiente ou inexistente, invisibilidade destas famílias na rede protetiva estatal, ciclos transgeracionais repetidos de violência e desassistência. Falando em rede de apoio insuficiente (momentânea no meu caso), eu mesma experimentei algumas vezes fazer audiências cíveis com meu filho pequeno e febril nos braços.

Nestas vezes, comparecia ao fórum no horário designado para as audiências do dia e apresentava às partes a opção de fazermos o ato daquela forma ou o redesignarmos para outra data. Nunca houve oposição, tampouco prejuízo ao jurisdicionado, eis que o ônus de permanecer em pé toda a audiência com uma criança de 02 anos de idade nos braços, era todo meu.

O sistema patriarcal de nossa sociedade impunha às mães todo o ônus de cuidados para com seus filhos, fossem essas mães magistradas ou empregadas não. Felizmente hoje estamos vendo algumas tímidas mudanças nesta situação, com os genitores homens assumindo algumas funções antes exclusivamente ditas femininas. E o olhar social também vem ao longo dos anos, encorajando este engajamento masculino. Oxalá não demore a divisão paritária de responsabilidades nos cuidados com a prole.

Sobre a questão de gênero, como magistrada e tendo que tomar decisões difíceis, espinhosas, vivendo muitas vezes longe dos familiares, atuando em varas com competência

criminal e em atos infracionais, algumas poucas vezes recebi ameaças dos e das adolescentes em conflito com a lei.

Muito embora alguns deles tivessem grande agressividade e impulsividade. Recebi sim muitas abordagens masculinas indevidas, muitas tentativas de aproximação e intimidação até mesmo por membros de outros poderes com grande influência política à época e ocupantes dos mais altos cargos de comando do estado de Rondônia e que, em duas situações diversas, acreditaram que poderiam fazer-me visitas em casa, sem aviso prévio, buscando sabe-se lá o que. Até hoje não sei o que buscavam, eis que não lhes dei a chance sequer de falar e polidamente os dispensei e marquei reunião no meu ambiente de trabalho - o fórum. Questiono sobre este tipo de abordagem sob o recorte de gênero.

Fosse eu do sexo masculino, tamanha ousadia teria acontecido? Acredito que não. A ameaça concreta e mais próxima que recebi em toda minha carreira, quando tive que ser escoltada por mais de um mês, foi de um médico, praticante de tiro, inconformado com decisão liminar minha em caso de violência doméstica que este praticava contra sua esposa e filho.

Interessante refletir sobre isso: Lidei com traficantes, homicidas, adolescentes em conflito com a lei, pessoas ligadas ao mundo criminoso, mas a ameaça veio de um conceituado membro da sociedade, médico de renome, posses e etc. Recorte de gênero novamente? Faz-me pensar que sim. Ainda sob esse recorte, falando sobre a jurisdicionada, me veio à lembrança o caso de R. Jovem que era casada, tinha um filho e em dado momento por volta dos 28 anos de idade, teve um gatilho esquizofrênico e temendo pela segurança da criança, seu marido deixou-lhe a casa para morar e desapareceu com

o filho do casal. R. surgiu para o judiciário passados alguns anos após estes fatos, quando deu à luz um menino e, ainda no hospital, a assistência social (fundamental no sistema de proteção), identificou traços de seu comprometimento mental e tendo informado ao juízo, determinei que após a alta médica, mãe e filho permanecessem na unidade de acolhimento.

Sempre que a situação permitia, eu acolhia mães e filhos conjuntamente na unidade, especialmente quando se tratava de crianças muito pequenas.

Posteriormente, em audiência de interdição legal, R. se apresentou muito bem, asseada, organizada, trazia seus próprios documentos, etc. Respondeu com lucidez a todas as perguntas que lhe fiz e naquela altura, eu já duvidava dos relatórios que apontavam sua esquizofrenia.

Quase ao final da sua oitiva, R. lançou-me a seguinte pergunta: “Juíza, posso lhe fazer uma pergunta? Quem mandou pintar o Titanic de cor de rosa?” Ao que lhe respondi: “Não acredito que fizeram isso!” e assim seguimos conversando na linha de seu delírio e pude constatar realmente que R. tinha grandes oscilações e nenhuma rede de apoio que a auxiliasse nos cuidados com o recém-nascido, sendo recomendável que a criança fosse encaminhada a uma família substituta, o que foi feito.

Lembram-se daquele caso que relatei no começo, de abuso sexual de pessoa incapaz? Este foi mais um caso, entre vários que presenciei ao longo da minha carreira. As mulheres, dentre a população de rua, incapazes, são o grupo mais vulnerável pois estão sujeitas ao abuso sexual, à gravidez não planejada, ou ao menos conscientizada, à destituição do poder familiar das suas crianças. Muitas vezes são revitimizadas institucionalmente quando chegam aos

hospitais públicos para dar à luz e são julgadas, estigmatizadas, culpadas pessoalmente por aquela gravidez inesperada. Mas a criança não foi feita sem um pai, muitas vezes pessoa lúcida que se aproveitou daquela vulnerável.

Não é assim que nosso sistema patriarcal, que infelizmente ainda permeia toda a rede que seria de apoio, encara a situação. Quanta compaixão eu sinto por essas mulheres. Vitimizadas e revitimizadas até a exaustão.

O sistema como um todo não consegue abarcar suas necessidades, não consegue encaminhá-las, reabilitá-las, ressocializá-las. Usualmente sem rede de apoio, com vitimização transgeracional, são o patamar mais baixo do que se pode dizer sobre a degradação de um ser humano.

Não posso deixar de mencionar outro caso que reflete a sociedade patriarcal que nos rodeia em todo o país:

F chegou para a Vara de Proteção aos 15 anos, no dia de seu aniversário, quando deu à luz uma criança e ainda no hospital anunciou que desejaria entregá-la à adoção. Não estava acompanhada de nenhum familiar e então ambas foram acolhidas institucionalmente.

Em audiência, ouvimos sua triste história: vinha sendo abusada sexualmente por seu próprio genitor havia muitos anos, logo depois da puberdade e aquela criança era fruto destes abusos.

Sua genitora, alertada da situação, não acreditou em seus relatos e F saiu de sua casa, passando o restante da gravidez em casa de amigos.

As buscas por localização de uma rede familiar extensa para acolhimento de ambas pelo serviço social da unidade de acolhimento, conseguiram encontrar uma tia paterna disposta a receber F. Tratava-se da irmã do agressor.

Nesta altura, houve processo criminal em face do abusador e este foi condenado a longa pena. Ainda assim, mesmo julgado e condenado e cumprindo pena, tendo o abuso sexual gerado uma criança, a genitora de F não acreditava nos fatos e juntamente com a tia paterna que a havia acolhido junto com a criança, tentavam a todo momento persuadi-la a mudar seu relato dos fatos (como se fosse possível àquela altura dos acontecimentos).

Observe como o sistema machista opera tão estruturalmente, que nem mesmo diante dos fatos concretos (criança fruto do abuso, condenação criminal), as mulheres da família dão credibilidade à fala da filha/sobrinha.

F, que era vítima, além de perder a confiança em seu genitor/abusador, perdeu sua mãe, sua irmã menor, sua família extensa materna e paterna. Revitimização levada ao seu grau mais intenso e doloroso.

A vida seguiu, F aos 17 anos encontrou um parceiro pouco mais velho, foi acolhida pela família dele, assim como sua filhinha, à época com 02 anos de idade.

Certo dia, F irrompeu em sala de audiência, com a criança nos braços e uma sacola, informando que deseja entregá-la para adoção. Estava visivelmente abalada emocionalmente e relatou-nos o seguinte: Naquela manhã tivera uma espécie de surto e concluiu que não tinha condições emocionais de “amar e cuidar da criança como ela merecia” (suas palavras que ainda moram em minha memória).

Ao olhar para a pequenina, lembrava-se de todo o seu infortúnio, da violência que sofrera e temia que pudesse lhe fazer algum mal. Desejava-lhe uma família íntegra e amorosa.

Tanta prova de amor de mãe contida em uma mirrada adolescente de 17 anos. Tanto sofrimento, tanta maturidade para tão pouca idade surpreenderam a todos ali presentes.

Assim, a criança foi acolhida institucionalmente e frustradas as tentativas de colocação em família extensa, tão logo F completou 18 anos, sentenciei a destituição de seu poder familiar e entreguei a menininha a uma família do cadastro de adotantes.

Lembro-me bem que consignei em ata todo o amor que a genitora biológica demonstrava com seu gesto de entrega daquela criança. Lembrei que infelizmente, quando completou 15 anos de idade, F não teve um baile de debutantes ou sequer um bolo, mas estava dando à luz sozinha no hospital, uma criança fruto do abuso praticado pelo seu próprio pai.

Normalmente a orientação do juízo é que as famílias mantenham o nome escolhido pela genitora biológica, quando da adoção, a fim de se preservar a história daquele filho/filha.

Neste caso, entretanto, os adotantes me informaram que desejavam alterar o nome da criança para um nome que, segundo eles, representava força e determinação. Assim o faziam porque, ao tempo de conhecer sua história e ao longo da vida, a menina precisaria de muita força e determinação. Respeitei sua decisão, mesmo porque os pais por adoção são livres para escolher o nome de seus filhos, assim como me pareceu muito razoável a justificativa. Para quem ficou curioso sobre a saúde da criança em razão da consanguinidade muito próxima, informo que a menina ao tempo da adoção, apresentava leve atraso cognitivo que possivelmente foi reduzido com a atenção e cuidado que a bebê recebeu dos seus pais por adoção.

Falando em amor que transforma, lembrei-me do caso de um menino cuja mãe biológica era portadora do vírus

HIV e o entregou à adoção. Note que novamente o sistema de proteção social falhou com esta gestante, eis que se presente ao tempo da gravidez e parto, impediria a transmissão vertical do vírus ao bebê.

A família que o recebeu foi informada dessa situação, aceitou o menino como filho e passou a acompanhar o desenvolvimento da carga viral no menino. Devido a algumas peculiaridades que o caso apresentava, o processo de adoção levou cerca de um ano para ser concluído.

Para surpresa de todos, quando do primeiro aniversário da criança, sua carga viral de HIV era negativa!! Ao elaborar a sentença, fui à literatura médica e jurisprudencial para melhor entender essa questão e encontrei estudos científicos que concluíam que o amor intenso recebido pela criança, aliado aos cuidados médicos, podiam sim negativar a carga viral. Amor, amor, amor. Cuidados. Individualização da criança. Família. Fórmula mágica comprovada em estudos científicos.

Falando em cuidados, no que diz respeito à destituição do poder familiar, sempre entendi que os processos devem ser manejados sob um viés compassivo para com as genitoras, respeitando suas histórias de vida. Isso resultaria em benefícios também para a criança, que seria colocada em família extensa ou substituta.

Por esta razão, sempre tive o cuidado de, na ata de oitiva da genitora em ações de destituição do poder familiar, evitar o uso de termos pejorativos relativos à condição em que a criança foi acolhida. Isso já a partir de 2001, quando não havia essa orientação. Termos como “mãe desalmada”, “abandonou”, “drogada”, “viciada”, “como uma gata no cio” (acredite que isso já havia sido escrito repetidamente!!) e outros

tantos aprofundam o preconceito de gênero, revitimizam e perpetuam o ciclo de violência.

Sem mencionar que os processos físicos de destituição do poder familiar e adoção no Tribunal de Justiça de Rondônia não são incinerados/descartados, mas mantidos para futura consulta da pessoa adotada. O mesmo vale para os processos digitais. Tomava o cuidado, desde sempre, de consignar em ata ou no depoimento da genitora uma espécie de mensagem daquela mãe para a criança da qual se despedia naquele ato. Esta, quando adulta, poderia visitar sua história.

Normalmente, as mães estavam em situação tal de falência pessoal que mal conseguiam exprimir qualquer emoção e menos ainda elaborar algo para ser escrito. Nisso eu escrevia um texto amoroso, o lia em voz alta e, após consentimento, deixava consignado.

Começava aí, em 2001, a origem do Programa Recompôr, que encontrou solo fértil muitos anos depois na Vara de Proteção à Infância e Juventude de Porto Velho, onde atuei por 02 anos e encerrei minha carreira. O Programa Recompôr foi idealizado pela Vara de Proteção à Infância e Juventude e ganhou apoio da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Rondônia. Tem como premissa o direito constitucional de acesso às informações pessoais em bancos de dados públicos e institucionais. Busca recompôr histórias de vida e entregar àquela pessoa adotada, em qualquer vara do estado de Rondônia, acesso aos dados e documentos inseridos no processo de destituição do poder familiar e adoção.

Tomamos o cuidado de estabelecer que esse momento de recomposição da história pessoal seja assistido por uma profissional psicóloga para apoio, se necessário, e ressignificação dos eventos ali relatados.

Falando em ressignificação da história, volto à comarca de Vilhena, onde houve um caso que me fez refletir bastante sobre os valores que esperamos/projetamos sobre o jurisdicionado que atendemos. Certa feita, uma criança foi acolhida pelo Conselho Tutelar por suposta negligência parental. O caso era o seguinte: a criança passou a frequentar a escola e cheirava muito mal. As professoras chamaram os pais (surpresa: ambos viviam juntos e exerciam a parentalidade com amor, apesar da pobreza). Foram orientados a proceder aos cuidados de higiene para com a criança, etc.

Com a reiteração da situação, o Conselho Tutelar foi acionado e a criança acolhida institucionalmente. Pai (carroceiro, catador de recicláveis) e mãe, dona de casa, eram assíduos nas visitas à menina. Foram várias vezes ao Fórum solicitando que esta fosse desacolhida, pois temiam o seu encaminhamento à adoção. Foram atendidos pela Defensoria Pública após intervenção do gabinete (muitas vezes isso acontecia em Vilhena). Pois bem. Essa conta não fechava: eram pais amorosos, cuidadosos, a criança era feliz, levada...

Decidi proceder a uma visita surpresa à residência da família, acompanhada da promotora de justiça e de minha secretária de gabinete, para registro em ata. Lá chegando, fomos recebidas pela mãe da criança, que nos apresentou a casa, organizada e muito humilde, de chão batido. Em conversa mais relaxada com a mãe da criança, tudo fez muito sentido para mim: esta relatou que cresceu morando sob um barraco de lona, no meio da mata, com pouquíssimos pertences. Não tinham sequer sabão para banho ou para lavar roupas. Tomavam banho no rio.

Vindo para a cidade, casou-se com um homem mais velho que trabalhava durante o dia todo puxando o carrinho

de coleta de recicláveis e que, quando chegava em casa, tomava banho na torneira do quintal sem sabão e menos ainda sabonete. Bingo!! A questão não era de negligência para com a criança, mas de ausência de orientação sobre cuidados mínimos de higiene, como o uso de sabonete ou sabão para a higiene corporal e escova de dentes. Não conheciam sequer o vaso sanitário, mesmo vivendo na zona urbana. Essa família precisava de assistência social e não de perder sua criança.

A reflexão que me fiz à época e que faço hoje: mesmo com tudo o que relatei acima, o fiz sob um recorte de mundo branco, instruído, classe média alta. Da mesma forma, o Conselho Tutelar e todos os que atuaram na questão o fizeram sob o recorte de classe, de raça, de lugar de fala no mundo dito civilizado. Aquela família não via nada de errado em apenas tomar banho com água e não todos os dias, não se sentia diminuída ou “fedida” por isso. Era cultural deles, todos tinham odor forte, carregado. Quando a criança ingressou na escola, em comparação com seus pares e no ambiente dito “civilizado”, foi excluída por não se adequar.



Até hoje penso sobre esse assunto: se fosse olhado somente o caso sem atenção aos recortes sociais, culturais, de raça, histórico familiar, usos, costumes e outros fatores que se apresentavam, talvez a menina tivesse sido colocada em família substituta por negligência parental, abandono material, várias “caixinhas” às quais se amoldavam ao caso.

Eis um dos grandes dilemas da atuação na área da infância e juventude: a necessidade de rapidez na solução das questões, evitando o atropelo que pode induzir a violências institucionais. Difícil encontrar a medida certa e tomar as decisões precisas e equilibradas.

Falando em decisões precisas e equilibradas aliadas à rapidez sem atropelo, meus últimos anos na magistratura foram como Juíza Auxiliar na Vara de Proteção à Infância e Juventude de Porto Velho, com competência criminal no julgamento de crimes praticados contra a criança ou adolescente e área protetiva, abrangendo as 04 unidades de acolhimento na época: 01 unidade mista para crianças até 09 anos de idade; 01 unidade de meninas adolescentes; 01 unidade de meninos adolescentes; 01 unidade para crianças portadoras de necessidades especiais em parceria com a Igreja Católica e 01 unidade mista em Candeias do Jamari.

Todas estas unidades de acolhimento traziam grandes demandas, grandes desafios e contavam apenas com o comprometimento da magistrada, de todos os atores, do Ministério Público, dos servidores da Vara, da equipe psicossocial (excepcional, diga-se de passagem), que poderia e trouxe o máximo de rapidez na tramitação dos feitos, sem atropelo ao necessário trâmite jurisdicional.

Determina o Estatuto da Criança e do Adolescente

que o acolhimento institucional é medida excepcional e breve. Infelizmente, não é assim que ocorre sempre. Nas comarcas pelas quais passei, encontrei processos tramitando havia anos sem solução, crianças e adolescentes crescendo em unidades de acolhimento e perdendo a chance de encontrar uma família.

As razões são inúmeras e não há culpados a serem apontados, mas um sistema de garantia de direitos, como um todo, que ainda não alcança a efetividade no trato da matéria, a contento. Mesmo com todo o diferencial que todos os membros do Tribunal de Justiça de Rondônia possuem, com visão estratégica de presente e futuro, valorização de seu pessoal, capacitação, destinação de recursos, dedicação e comprometimento, ainda existem pontos a serem melhorados.

Os pontos que necessitam de ajuste nesta matéria são aqueles que culminam em gargalos, como por exemplo, o prolongado tempo de permanência dos acolhidos nas unidades. Sempre tive comigo que as unidades de acolhimento são prisões onde colocamos crianças e adolescentes que nunca cometeram crime algum.

Explico: as unidades de acolhimento têm muros altos, acesso de portaria controlado, horários rígidos de visitas, precariedade de individualização dos acolhidos, rotatividade dos cuidadores. É ou não é assemelhado a uma prisão? Podem dizer: as crianças e adolescentes estão ali para sua própria proteção, são alimentados, vestidos, têm um teto... Garante-se um direito e tira-se o essencial: a liberdade, a família, o aprendizado do olho no olho, o aprendizado que as crianças não institucionalizadas adquirem numa simples ida ao supermercado com sua família.

Estudos internacionais consolidados mostram que

para cada ano de institucionalização, a criança perde um mês de desenvolvimento cognitivo. Crianças com longas institucionalizações sofrerão ao longo da vida déficits de raciocínio abstrato enormes.

Ah, mas estão alimentadas, protegidas... que proteção é essa que, por outro lado, pratica violência? Lembra da rapidez sem atropelo? A “libertação” rápida dessas crianças, digo, a reintegração dessas crianças à família de origem ou extensa e até mesmo a colocação em família substituta me tirava o sono por noites seguidas, de tão premente que a questão me parecia.

Uma outra forma de institucionalização, o serviço de acolhimento familiar, previsto em legislação e comprovadamente benéfico ao acolhido, ainda é uma exceção e não a regra em todo o Brasil, infelizmente. Porque tamanha resistência a mais esta forma de acolhimento? Não resolve todos os problemas, é certo, não é uma fórmula mágica mas traz enormes benefícios em várias situações. Aposentei-me sem que visse o programa implementado efetivamente no estado de Rondônia.

Cumprir destacar que na Vara de Proteção à Infância e Juventude de Porto Velho encontrei uma realidade muito diversa daquela do interior do estado: uma equipe inteira com psicólogos e assistentes sociais altamente capacitados pelo Tribunal de Justiça, com atuação exclusiva. É o sonho de todo magistrado contar com equipe tão comprometida, tão engajada, tão preparada e sensibilizada com a matéria. Não precisei fazer muito com esse time de primeira: apenas dei-lhes espaço para sonhar, para realizar, para fazer acontecer. E aconteceu. Voamos alto e longe.

Realizamos muito. Investimos tempo e energia em longas reuniões semanais de equipe e magistrada para debater caso a caso a situação dos acolhidos. A equipe, como eu disse,

altamente capacitada, me trazia o olhar da assistência social, do empoderamento da família de origem, por exemplo, bem como as questões do âmbito da psicologia.

Nestes encontros, posso dizer que aprendi muito, trocamos muito. E pensar que ao assumir aquela unidade, fui advertida por um colega a me precaver, pois as assistentes sociais e psicólogas tentariam “mandar na juíza”. Na época, respondi que não estava naquela posição para o embate, não tinha nenhum temor de que alguém “mandasse” em mim, mas estava ali para a entrega da prestação jurisdicional com celeridade e competência.

Assim foi. Sem nenhum embate, combatemos juntos (servidores e equipe psicossocial) o bom combate, com toda nossa energia voltada para o jurisdicionado. E assim, neste espírito, trouxemos para junto de nós os servidores das secretarias afins, das unidades de acolhimento, as assistentes sociais dos hospitais públicos, onde o assédio às parturientes pobres para entrega irregular dos bebês era enorme, diga-se de passagem.

Neste uníssono, revertemos várias situações irregulares, reintegramos várias crianças e adolescentes às suas famílias de origem, colocamos outras tantas em famílias substitutas. Entregávamos a prestação jurisdicional o mais rápido que conseguíamos, sem atropelo jurídico.

Não é assim que tem que ser sempre? Por que não acontece então sempre, a despeito de todo o esforço pessoal dos magistrados e institucional do Tribunal de Justiça? Não tenho essa resposta, eis que complexa demais para esta breve reflexão, demandante de análise de vários outros fatores e atores.

Mas uma certeza não me foge: a empatia para com o jurisdicionado, o comprometimento da equipe e o apoio institucional já permitem que se faça muito. Este tripé o Tribunal de Justiça de Rondônia oferece.

Por falar em comprometimento da equipe, lembro-me de uma situação: ao final do expediente de um dia qualquer, eu já havia saído do Fórum e recebi a ligação de um membro da equipe psicossocial me relatando o seguinte:

Uma pessoa com um bebê recém-nascido nos braços estava ali, relatando que ao tentar registrar a criança em cartório, fora impedida pelo escrevente, pois portava a Declaração de Nascido Vivo em nome de outra parturiente e desejava solução para o caso.

Indagada, revelou que efetivamente a criança não era seu filho biológico, mas de uma amiga que a entregara para que esta o criasse. Ambas eram venezuelanas e a mãe biológica havia retornado à Venezuela, após cumprido o combinado entre as duas.

Configurava-se tentativa de adoção irregular ou “à brasileira”.

Orientei a servidora que procedesse ao imediato acolhimento institucional daquela criança, evidenciada esta prática ilegal.

Procedido o acolhimento, estudo psicossocial informou que a pretendente à adoção tinha outros 04 filhos venezuelanos, sem companheiro e sem família extensa, vivia com dificuldades no Brasil e tinha situação de permanência de estrangeiro de forma precária.

Deixava os filhos biológicos sozinhos durante todo o dia a cargo da filha mais velha de 12 anos, enquanto trabalhava como empregada doméstica.

Havia informado aos familiares na Venezuela que havia dado à luz uma criança nascida em solo brasileiro.

Diante de todo esse cenário, a pergunta que eu me fazia era: por que então, com todas essas dificuldades, buscava mais uma criança para alimentar e educar? Minha recusa em não lhe

conceder a guarda da criança tomou alguma proporção, sendo inclusive instada por telefone (!) a me manifestar acerca do caso por dirigente de uma das secretarias do governo federal à época.

Hoje me escapa um riso ao me lembrar que fui tida por algumas pessoas ligadas às instituições de atendimento aos refugiados como “desafeta” do povo venezuelano ao denegar a guarda de brasileiro a pessoa estrangeira. Apenas segui a legislação e um tantinho de intuição sobre aquela situação concreta.

Houve recurso da sentença que denegou a concessão da guarda da criança à pretendente, tendo o Tribunal de Justiça confirmado minha decisão. Posteriormente apurou-se que, uma vez concedida a guarda provisória da criança, a autora pretendia promover ação de adoção da criança e, sendo mãe de criança nacional, sua situação de estrangeira se consolidaria, estendendo-se aos seus demais filhos, que poderiam aqui permanecer de forma indefinida. Sua relação com a criança não era movida por amor ou intenção de cuidado, mas por interesse em regularizar sua situação de estrangeira, num plano cuidadosamente engendrado.

Tudo isso teria o viés da legalidade, não fosse toda a rede empenhada desde o início em combater a prática da adoção direta “à brasileira”, começando pelo escrevente do registro civil. Quando a rede de proteção funciona, é maravilhosa, protege e evita condutas que escapam ao controle das instituições.

Quanto ao nosso menininho “M”, de origem venezuelana mas brasileiro legítimo, foi encaminhado para adoção para uma mãe, primeira colocada no cadastro da comarca, mas fora dos padrões físicos esperados para o exercício pleno da maternidade de uma criança de pouco mais de um ano de vida.

Tanto assim me surpreendi com sua condição peculiar

que, antes de autorizar a primeira visita à criança para início da aproximação, quis conhecê-la pessoalmente, assim como sua genitora, que seria sua rede de apoio familiar mais próxima nos cuidados com M.

Naquele dia, ouvindo sua história de superação e sucesso, compreendi que havia em mim um “pré-conceito” estrutural quanto às pessoas deficientes físicas. Imaginava eu que a pretendente à adoção, mesmo tendo completado todo o curso preparatório, mesmo com avaliação psicossocial positiva, por sua deficiência, não seria capaz de dispensar a M todo o cuidado que necessitava. Ainda bem que segui em diante e lhe concedi a guarda e posterior adoção de M. Mais um aprendizado e crescimento pessoal que a atuação nas varas de proteção me trouxe...

A última notícia que tive de M é que é muito levado, curioso e estava explorando as teclas do piano no colo de sua genitora.

Não sei dizer se minha trajetória de 20 anos, retratada por meio de apenas alguns episódios, tendo como norte o olhar humanitário, sensível, empático, ocorreu pelo fato de meu gênero feminino ou por minha própria personalidade. Costumo sempre dizer que nunca nada na vida é devido a apenas um fator, mas antes, a um conjunto de fatores. Acho que essa é uma boa pista para solução dessa indagação. Fiz o que tinha que fazer, da melhor forma que consegui. Busquei transformar e saí transformada.

Para encerrar, trago um poema de uma escritora e poeta goiana que muito admiro e acompanho: Cora Coralina. Ela surgiu para o mundo literário já em idade madura e rompeu conceitos e paradigmas da sociedade em que vivia, com a leveza de quem fazia doces para viver.

Agradeço desde já pela paciência na leitura de algumas lembranças desta mulher, mãe, esposa e hoje viajante campista e sobretudo ser humano que viu e viveu incríveis 20 anos como magistrada do Tribunal de Justiça de Rondônia.



*“Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou.*

*Ensinou a amar a vida. Não desistir da luta. Recomeçar na derrota.*

*Renunciar a palavras e pensamentos negativos. Acreditar nos valores humanos. Ser otimista.*

*Creio numa força imanente que vai ligando a família humana numa corrente luminosa de fraternidade universal.*

*Creio na solidariedade humana. Creio na superação dos erros e angústias do presente.*

*Acredito nos moços. Exalto sua confiança, generosidade e idealismo. Creio nos milagres da ciência e na descoberta de uma profilaxia futura dos erros e violências do presente.*

*Aprendi que mais vale lutar do que recolher dinheiro fácil. Antes acreditar do que duvidar.”*

Obrigada!

Sandra Beatriz Merenda

Juíza de Direito aposentada

Tribunal de Justiça de Rondônia



**JULIANA PAULA SILVA DA COSTA**

## HERANÇA DE FORÇA: UMA JORNADA DE SUPERAÇÃO E AMOR INCONDICIONAL



Somos mais de cinquenta por cento da população mundial e somos mães de todo o percentual remanescente. Existem incontáveis motivos para efetivamente desfrutarmos da igualdade que nos é de direito!

Reverencio todas as mulheres que me antecederam. As que não conheci, sobre as quais não tenho lembrança, mas trago a memória genética, histórica, cultural, espiritual, de luta e de força e, em especial, as que conheço, lembro e vibro, as que me nutriram de fé, amor, alegria, ética, honra, empatia e afeto.

Minha avó, Júlia Xavier de Almeida, nascida em 01-07-1914, quando a região ainda era Distrito de Humaitá, uma mulher simples, mas de sabedoria admirável. Casada por duas vezes, criou os filhos e acolheu os enteados. Analfabeta, criada no “beiradão”, antiga região ribeirinha conhecida por Belmont, sua atividade laboral foi lavadeira de roupas.

Dentre os desafios enfrentados, deu à luz uma filha surda, Maria de Fátima Silva, pessoa que não estudou, não saiu de casa, mas foi nutrida de amor e ensino empírico, contrariando a escassez e a dificuldade que caracterizavam uma família pobre com a presença de uma pessoa portadora de deficiência física. Minha querida avó, em sua luta e coragem, jamais imaginou ter uma neta mestra, tampouco juíza, quanto mais idealizadora de um livro que reunisse a história de mulheres na magistratura de seu estado.

Mesmo com toda a dificuldade enfrentada, lembro-me dela, já madura, ter conquistado sua autonomia financeira, ter possuído área de terra e cabeças de gado, administrando tudo sem qualquer ajuda ou intervenção, calculando as arrobas dos animais, comprando, vendendo e contratando empreitadas. Como era rico assentar-me à mesa, tendo aquela matriarca na cabeceira e vários

familiares em roda, onde ela contava histórias, dava conselhos, fazia exortações e promovia choros e gargalhadas, a depender da pauta e da necessidade. Faleceu aos 88 anos, deixando um legado de força, fé, honestidade e caráter. Uma mulher inesquecível.

Minha tia, Maria Bernardo de Almeida, nascida em 17-11-1944, solteira, funcionária da antiga Teleron, dedicou-se mais aos estudos do que as mulheres que a antecederam. Viu seu sonho de ser mãe se esvaír quando sua filha, que se chamaria Juliana, faleceu no parto. Ela amou desesperadamente a sobrinha, que nasceu meses após aquela perda, como se tivesse substituído aquela bebê que partiu. Fui eu então quem recebi todo aquele amor. Ela ensinou-me sobre a importância dos estudos, a atenção com o autocuidado, a alegria da liberdade e o impacto da independência financeira. Faleceu de uma doença não totalmente esclarecida, que parecia autoimune, aos 47 anos, quando eu tinha apenas 11, deixando muita saudade.

Minha mãe, Maria das Graças Silva da Costa, nascida em 23-05-1949, nessa terra de Rondon, uma mulher batalhadora, que aprendeu a trabalhar muito cedo e que sempre lutou com fé pela concretização dos seus sonhos. Aos 14 anos, diante das dificuldades financeiras da família, aquela mocinha já vendia açaí para ajudar no sustento da casa. Estudou apenas até a sétima série, passando a trabalhar no comércio local, em farmácias e lojas de confecções, chegando a ser gerente de uma lavanderia e de um conhecido hotel nesta capital. Seu dom e seu tino sempre foram voltados à atividade comercial. Seu carisma e sua alegre e empática conversa sempre fizeram suas vendas prósperas e frutíferas. Lembro de tantas histórias magníficas de superação e intervenção dela e de minha avó na estrutura da família. Recordo-me delas contarem que chegaram a dividir o uso de um par de sapatos para a ida às missas, alternando os horários, considerando que só possuíam aquele par.

Tenho na memória ainda a experiência de minha mãe, depois que se tornou proprietária de uma loja, com a queda das vendas, encontrar a estratégia de ir vender roupas no garimpo, à época, lugar predominantemente masculino, tenso e perigoso. Já madura, fez concurso público para auxiliar de serviços gerais do Instituto de Previdência de Rondônia e aposentou-se funcionária pública.

Mesmo diante de um diagnóstico médico de suposta infertilidade, sonhou em ter uma filha, e mais tarde sonhou que essa filha fosse juíza, tal qual seu amigo, Desembargador Fouad Darwich Zacarias, e, desafiando a medicina, com fé em Deus, deu à luz duas filhas, minha irmã – outra mulher que fortalece essa rede de mulheres que me trouxe até aqui – e eu: finalmente consegui chegar, contrariando a lógica, as condições naturais, biológicas, sociais, humanas e financeiras.

Raiana Fátima Silva da Costa, minha irmã, meu presente, nasceu em 1 de abril de 1984, quando eu tinha 4 anos. Nossa caçulinha tinha problemas de saúde, sofria de asma. Lembro-me de incansáveis noites de nossa mãe, alternando entre a nebulização e os embalos de rede para que ela pudesse respirar melhor e dormir bem. Ela foi uma criança alegre e cheia de força, como as mulheres que a antecederam. Adolescente, deu à luz um filho que iluminou nossa casa, trazendo a doçura da criança de volta, já que ela tinha sido a última. Seu rebento, Davi, foi recebido e amado como um reizinho por aquela bisa, por aquela avó, por essa tia e pela mãe. Formou-se em Direito, foi morar em Brasília – DF, casou-se e deu à luz outro príncipe, Rafael, bebê que também nasceu com várias dificuldades de saúde, das quais foi curado.

Hoje, minha irmã é uma mulher de caráter exemplar, de jornada inspiradora e de uma fé inabalável, tendo voltado às cadeiras acadêmicas, agora para realizar o sonho de ser psicóloga, e sei que ela ainda vai muito longe.

Esteve comigo nos momentos mais difíceis da minha vida: quando eu estudava para concurso, quando tive meus filhos, quando passei pela doença; em todos os momentos, minha amiga e minha parceira, a quem terei gratidão para sempre, essa mulher que ampara e nutre minha alma.

O que todas essas mulheres venceram para que eu chegasse até aqui é digno de honra, de louvor e de registro para a história: uma luta geográfica, simbólica, estrutural, mas que tem sido vencida.

Certamente, também reverencio e honro todos os homens que contribuíram para a minha existência, manutenção e desenvolvimento, de onde também recebi vida, nutrição, força, amor e fé: meus bisavôs, avôs, meu pai. Apenas ressalto a ênfase às mulheres, considerando a natureza dos registros acerca da jornada feminina na vida e na magistratura rondoniense.

Juliana Paula Silva da Costa, eu, a primeira filha de uma família sem crianças e que representou enorme alegria entre aqueles vários adultos. O nome homenageia a avó materna Júlia. Não tive o prazer de conhecer minha avó paterna, Raimunda Oliveira, de quem só ouvi referências elogiosas, de amor, doçura, trabalho e honradez.

Com muitas dificuldades de ordem financeira, estudei em uma escola particular de renome porque mulheres valorosas me ofertaram a oportunidade. As irmãs Grangeiro – Edna, Nely e Isa – foram instrumentos de Deus em minha vida, na área de formação educacional. Por causa delas, estudei em uma das melhores instituições de ensino da cidade. Muito além de uma escola, uma comunidade que ensinou aos seus alunos muito sobre fraternidade, amor ao próximo, formação ética, honra à família e a busca dos ideais. Aos 16 anos, encerrei o ensino médio.

Com dificuldade financeira e indecisão na escolha pela carreira, achei que queria Medicina, mas escolhi Direito e, mais uma vez, fui acolhida por uma mulher, Erondina Fernandes de Moura, minha tia-avó paterna, pessoa que me acolheu em sua casa quando passei no vestibular de Direito, em Ji-Paraná, no Iles/Ulbra. Ela me recebeu de braços e coração abertos, uma adolescente de 17 anos, que ali estudou, cresceu e se desenvolveu. Eu saí daquela casa cinco anos mais tarde, formada e sem ter onde colocar tanto reconhecimento, amor, gratidão e saudade, na hora de partir. Aos 21 anos, estava formada e descobri que os sonhos da minha mãe, o de ter uma filha juíza e de gerar filhos, também eram meus.

No primeiro exame da OAB, com 22 anos, fui aprovada. Em 2002, também fui aprovada para o Curso Preparatório para a Carreira da Magistratura, hoje EDC, onde tive a certeza do desejo e da vocação pelo sacerdócio da missão. Na Emeron, dois amigos me convidaram para advogar com eles e pude aprender muito com pessoas mais experientes, bem como com o exercício da advocacia. Ainda tendo que superar os desafios da escassez de recursos, casei-me aos 22 anos e continuei morando na casa dos pais, que também era ainda a casa da avó materna, passando a me dividir entre o trabalho com a advocacia e os estudos para o concurso.

Trabalhava pela manhã, estudava à tarde na biblioteca da Justiça Federal e à noite, com esforço hercúleo, porque precisava pagar as parcelas do crédito educativo, frequentava o curso à distância do Luiz Flávio Gomes, transmitido pela Escola do Ministério Público. Foram três anos de estudo e, como provisão divina, assim que completei o tríduo que passou a ser exigido como prática da advocacia, comecei a realmente ter chances de ser aprovada para a magistratura. Foram três anos de estudos e

renúncias, focada na leitura e prática de exercícios e provas de concursos. Particpei de vários certames, mas, aos 25 anos, em 2005, vivi uma das maiores emoções de toda a minha vida: fui aprovada em primeiro lugar no XVIII Concurso da Magistratura do Estado de Rondônia.

Nunca chorei tanto de alegria em minha vida quanto ao receber aquela notícia ao telefone. As lágrimas lavavam a alma de tanto esforço, tanto meu quanto dos meus antepassados, especialmente meus pais. Saudade de casa, falta de condições financeiras, escassez de material para estudar, necessidades de passar muitas horas em bibliotecas, refeições improvisadas de casa levadas para a faculdade, superação de todos os pensamentos sobre desistir, tudo aquilo tinha valido a pena.

Todo o esforço valeu a pena. A carreira da magistratura era, de fato, um sonho que havia se tornado realidade. Em uma das minhas incontáveis orações, disse a Deus que, se eu tivesse a mínima possibilidade de dizer algo em minha posse, diria o que está em Jeremias 9:23-24. Qual não foi minha surpresa quando recebi um telefonema, através do qual fui informada de que faria o discurso de posse em nome de minha turma, considerando a aprovação em primeiro lugar. Com humildade, penso que aquele discurso merece registro.

*Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu. Há tempo de nascer e tempo de morrer. Há tempo de plantar e tempo de colher, tempo de matar e tempo de curar, tempo de derrubar e de edificar, tempo de chorar e de rir, de prantear e de dançar, de espalhar pedras e de ajuntá-las. Há tempo de abraçar e de afastar-se de abraçar. Há tempo de buscar e de perder. Há tempo de guardar e de deitar fora, há tempo de rasgar e de cozer, tempo de estar calado e tempo de falar, de amar, de odiar, tempo de guerra e de paz.*

*Hoje Deus nos reserva tempo de alegrar, edificar, tempo de rejubilar, tempo de abundância e de paz.*

*Nessa maravilhosa noite, cumprimos tarefa de elevadíssima responsabilidade, todavia não menos honrosa, a de representar 19 novos juízes, pessoas deveras diferentes, com seus valores pessoais, de princípios dos mais variados, originários de vários lugares desse nobre país, com sonhos, ideologias, culturas e criações próprias, de capacidade intelectual das mais expressivas, além de seus inegáveis talentos.*

*Somos distintos, sim, mas hoje nos unimos por fortes laços, ligados no mesmo propósito, razão que torna mais fácil falarmos do que estamos sentindo nesse momento, porque sentimos juntos, sentimos algo que nos é comum. Sentimos uma alegria incontida, a coroação de todo o esforço empreendido durante longos anos.*

*Esforço que talvez até mesmo antes de nascermos já estava sendo feito por nossos pais.*



*Hoje alcançamos uma grande vitória, a realização de um valoroso sonho. Temos a certeza de que valeu a pena renunciar, lutar, chorar, perder e plantar, porque hoje Deus nos ajuda a colher.*

*Sentimos também, depois da euforia, quando a calma alcança os nossos corações e nos permite discernir e valorar, sentimos gratidão. Gratidão ao nosso Deus, porque temos vida, saúde e porque sem Ele nada do que é, seria. Damos graças a Ele por tudo que temos, e porque temos o maior bem dessa terra, a nossa família. Gratidão a essa família, porque dela aprendemos todos os princípios e valores que temos. Dela tivemos as primeiras lições de trato social, de*



*ética, de bons costumes, de equidade, de boa-fé e até mesmo de justiça.*

*Acima de tudo, nos ensinou a ser gente na essência da palavra. Mãe, pai, filhos, irmãos, avós, tios, sobrinhos, enfim família, nós compartilhamos e dividimos contigo essa nobre conquista. Sem ti, não alcançaríamos nada.*

*Gratidão aos nossos cônjuges, noivos e companheiros, namorados, pela oferta de um amor incondicional, pela tolerância desmedida, pela oitiva de tantos desabafos, assumimos um honroso compromisso hoje, mas continuamos precisando de ti.*

*Gratidão estendida a todos aqueles, impossíveis de se nominar nesse momento, mas conhecidos de cada um de nós, que contribuíram para o alcance dessa celebração.*

*Quando o Poder Judiciário do Estado de Rondônia completa seus 23 anos, ainda jovem, é forte, edificado e notável, essa mui digna corte, empossa também 19 novos juízes, tão jovens quanto a Justiça desse Estado. Assim como a Justiça do Estado de Rondônia é jovial e desenvolvida, forte e capaz, possuindo origem honrada, histórico ilibado e sem máculas, além de excelente conceito na sociedade regional, e no cenário jurídico nacional, nós, os novos juízes, também jovens, dizemos que chegamos para somar.*

*Temos também bases sólidas, temos também princípios fortes, corações sedentos e coragem para o trabalho. Passamos a escrever agora mais uma parte da história da magistratura de Rondônia e o nosso desejo é continuar marcando com honradez, presteza, hombridade e justiça.*

*Comprometemo-nos a nos esforçar no desempenho dessa mui digna missão. Que o nosso trabalho seja instrumento de progresso e que nossos atos revelem firmeza e convicção, que os nossos sentidos saibam captar a verdade. E que as nossas experiências sejam escolas da sabedoria.*

*Que tenhamos confiança em nossos objetivos e que demonstremos sempre equilíbrio e justeza nas decisões. Que possamos conjugar os fatores celeridade e qualidade na prestação da tutela jurisdicional. Que saibamos produzir em conjunto e que a competência nos conduza ao crescimento, que nossas ações correspondam aos nossos propósitos e também ao nosso discurso. Que a coerência nos acompanhe sempre, nossa liberdade seja dirigida por responsabilidade e que a Justiça nos envolva a todos, que não nos permitamos nos apartar da humildade que o desenvolvimento respeite a dignidade humana e que a busca da modernização não nos afaste de Deus. A fraternidade prevaleça e entre nós e que o amor enriqueça nossas vidas, que acendamos a chama dos ideais e impressa em nossos corações a força da fé.*

*Nobres pares, respeitadamente por nós representados, como viram, nos esforçamos para representar esse honrado grupo e não apenas o desejo de quem os representa. Todavia pedimos vênia, pois seria uma falta imperdoável de nossa parte, não fazermos menção à memória de um homem nessa data. O Poder Judiciário do Estado de Rondônia foi implantado em 26 de janeiro de 82 por seu primeiro presidente, o desembargador Fouad Darwich Zacarias, homem íntegro que tivemos a honra de conhecer pessoalmente, que*

*contribuiu de forma inegável para com a nossa justiça e uma fala de seu discurso, àquela época, deve ser lembrada hoje: “Nós temos a responsabilidade de dar respeitabilidade necessária à justiça para que possamos ter o crédito da população”.*

*Hoje, 29 de abril de 2005, faz exatamente 15 anos que perdemos esta figura notável, Fouad Darwich Zacarias, e temos a honra de sermos empossados nessa data, positivamente preparada por Deus, com seu amado neto, Bruno Darwich Zacarias, a quem homenageamos com toda sinceridade do nosso coração.*

*Para finalizar, cômicos do nosso discurso, conscientes de que com o passar dos anos muito nos esqueceremos dessa data, pedimos que, se suas excelências esquecerem de tudo que fora dito aqui por nós e, ainda quando nos restarem talvez apenas lembranças visuais desse momento, pedimos não nos esqueçamos de um conselho que o Deus, o único Deus, que nos constitui ministros de uma partícula de seu imenso poder, qual seja o de julgar, Ele nos dá no Livro de Jeremias, capítulo 9, versículos 23 e 24: “Não se glorie o sábio em sua sabedoria, nem o forte em sua força, nem o rico em sua riqueza. Se alguém se gloriar, glorie-se nisso: em Me conhecer e saber que Eu sou Deus, que faço beneficência, juízo e justiça sobre a terra, porque dessas coisas me agrado”.*

*Que o Senhor Deus nos ensine ter sempre os valores que se Lhe agradam: beneficência, juízo e justiça. Toda honra, toda glória, todo louvor, toda exaltação sejam dados ao nome Dele.*

Ali começava a jornada que jamais imaginei seria tão intensa, tão difícil, tão responsável, mas também tão compensadora. A minha oração desde o meu primeiro dia de trabalho foi: “Pai, se não fores comigo, não me deixes ir”! Eu sabia que o exercício da magistratura seria um sacerdócio, uma enorme responsabilidade ao lidar com os bens mais valiosos para as pessoas: a vida, a liberdade, a família, a segurança, a propriedade, dentre tantos direitos que são postos à mesa quando em conflitos para uma decisão estatal.

Cada processo, cada demanda, cada jurisdicionado, cada sessão de júri, cada criança e adolescente, cada idoso, cada mulher vítima de violência, cada procedimento eleitoral, cada liminar traziam sobre mim um enorme comprometimento com a busca pela capacidade técnica, mas também uma gigante preocupação com a sensatez, a sabedoria e a justiça que representava a respectiva decisão.

Fui substituta por apenas oito meses na região de Porto Velho e Vilhena e logo me tornei titular em São Miguel do Guaporé, onde engravidei do meu segundo sonho, meu filho Gabriel, cujo significado consiste em “enviado de Deus”.

Ainda vivendo muitas surpresas, novidades e aprendizados da primeira gestação, após a chegada de meu rebento, recebi a notícia de que o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia não estenderia às magistradas o direito trazido pela Emenda Constitucional Estadual n. 46/2006, que prorrogava em 60 dias o prazo da licença-maternidade.

Considerando a importância do direito para meu recém-nascido filho, a necessidade de estar com ele naquele decisivo momento o máximo de tempo legalmente permitido, especialmente para a amamentação, decidi, mesmo ainda em estágio probatório, juntamente com a colega Silvana Maria Freitas, impetrar Mandado de Segurança contra ato do Presidente da minha querida instituição. Entre a honorabilidade institucional e o direito do meu pequenino, optei pelo mais sagrado dos bens para mim.

O admirável Desembargador Sansão Saldanha concedeu a medida em caráter liminar, reconhecendo o direito às magistradas. Foi um tempo difícil e de aflição aguardar as sessões do pleno, considerando os pedidos de vista e o decurso do tempo que passava enquanto amamentávamos nossas crianças na esperança da concessão do mérito. Para nossa surpresa, chegamos a ouvir que aquele direito não nos pertencia, pois éramos magistradas e tínhamos condições de sustentar financeiramente uma rede de apoio.

O processo foi caracterizado por pedidos de vistas e adiamentos das sessões e já estávamos perdendo em maioria de votos para reconhecer a inconstitucionalidade da alteração legislativa em desfavor das mães, quando, para nossa surpresa, o Presidente do Tribunal de Justiça à época, Desembargador Péricles Moreira Chagas, resolveu conceder administrativamente o direito vindicado e o mandado de segurança perdeu o objeto, sendo garantida a licença maternidade de seis meses a todas as magistradas que lutavam pelo remédio constitucional e a todas as demais ao longo desses quase dezoito anos.



Sinto-me especialmente lisonjeada hoje, passadas quase duas décadas, por guardar na minha história de vida e de trabalho, a marca de que a luta pela garantia ao direito sagrado à licença maternidade às magistradas leva meu nome e o nome de meu filho. Essa marca simbólica profetiza vida, saúde, coragem e garantia de direitos a mulheres e seus filhos, como desejo ser lembrada.

Como é bom lembrar tudo isso e agora fazer registro histórico e definitivo de que nossa existência abre caminho para magistradas e seus filhos, em período tão sagrado, permitindo o convívio sagrado por um tempo maior, garantindo dignidade, estreitamento dos laços, dedicação e aleitamento, nutrição biológica e de afeto.

Foram muitas as experiências, as emoções, as conquistas, os desafios, os quais não seriam possíveis registrar nessa singela tarefa de registro histórico.

Ao refletir sobre toda nossa trajetória feminina, evidenciamos a força indomável e a resiliência das mulheres que pavimentaram nosso caminho, as quais, por meio de suas lutas e conquistas, foram as verdadeiras autoras de histórias de coragem, superação e amor incondicional.

Desde a vovó Júlia, mulher simples e analfabeta que, mesmo com todas as adversidades, conquistou autonomia financeira e deixou um legado de sabedoria e integridade, registramos aqui, com saudosismo e honra, uma vida de sacrifícios e triunfos, que desejamos que ressoe como testemunho de que a determinação e as bênçãos divinas podem superar as limitações impostas pelas circunstâncias sociais e econômicas.

Desejamos que nossa história pessoal, da infância à vida adulta, dos desafios acadêmicos até a conquista da maternidade e do espaço na magistratura, seja inspiração motivadora de que sonhos nascem para se transformar em realidade.

Concluimos este relato com a certeza de que a herança cultural e espiritual de todas essas mulheres foi força decisiva em nossas vidas: a força do apoio familiar e a capacidade de transformar sonhos em realidade, através da persistência e da fé, são os valores que levaremos. Este tributo às mulheres que nos precederam é registrado com gratidão, amor, ética e justiça.

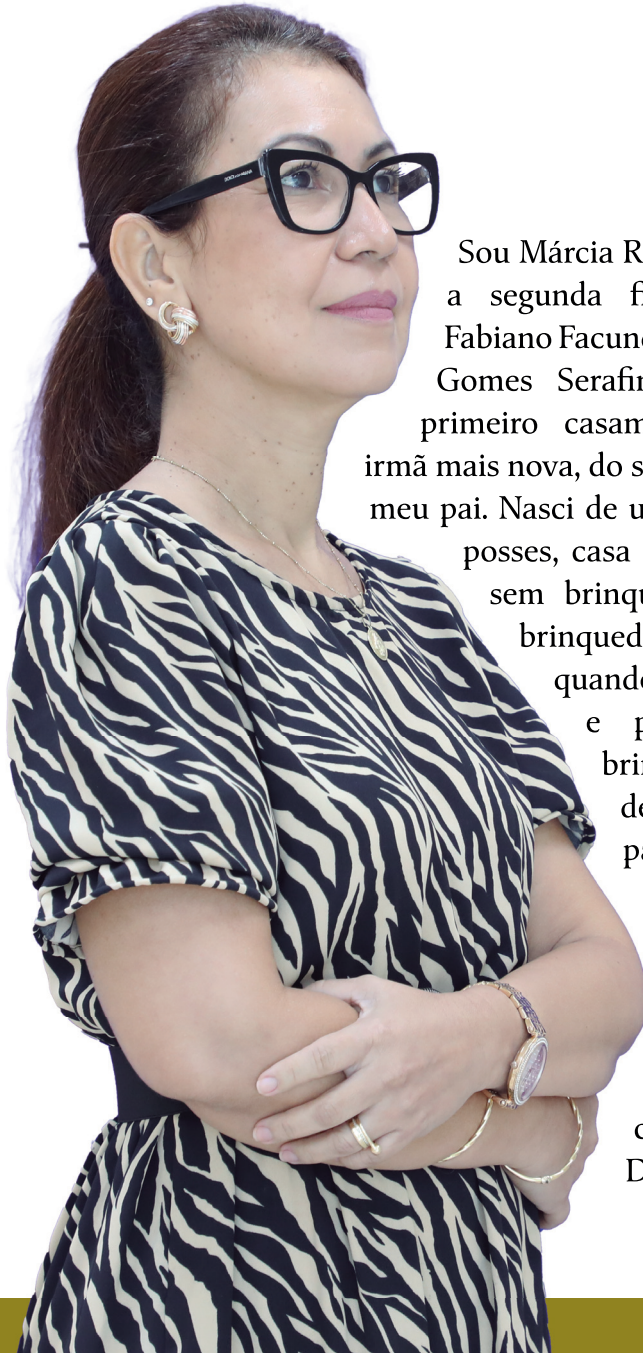






**MÁRCIA REGINA GOMES SERAFIM**

## A MISSÃO NOBRE DE SER MAGISTRADA



Sou Márcia Regina Gomes Serafim, a segunda filha mais velha de Fabiano Facundo Serafim e Francisca Gomes Serafim, de 4 irmãos do primeiro casamento, e uma outra irmã mais nova, do segundo casamento do meu pai. Nasci de uma família de poucas posses, casa simples de madeira e sem brinquedos, meu primeiro brinquedo foi aos 7 anos, quando minha irmã nasceu e passou a ser meu brinquedo, por cuidar dela, enquanto meus pais trabalhavam.

Desde pouca idade, por volta dos 8 anos, sonhava que estudaria e teria um bom emprego para comprar uma boa casa. Desde aquela época,

tinha consciência de que essas conquistas viriam pelos meus estudos.

Meus pais nunca me pediram para fazer uma tarefa ou estudar para uma prova. Eu era esforçada e dedicada, não deixava nada para trás. Na véspera de prova, antes de dormir, lembrava toda a matéria que tinha estudado durante o dia e só assim dormia em paz.

Meu pai era professor do antigo território e conseguiu uma bolsa escolar em uma escola particular – Instituto Maria Auxiliadora. Era uma das melhores escolas em Porto Velho. Sempre ganhava medalhas pelas excelentes notas 10 em cada semestre. Não tinha medalha de esportes, mas pelas conquistas das notas, tinha uma coleção.

Passei no vestibular da ULBRA em Ji-Paraná, cursei um semestre e retornei a Porto Velho, concluindo o Curso de Direito no ano de 1995. Sempre tive destaque nas faculdades, sempre recebia elogios dos professores em relação às notas.

Quando terminei a faculdade, em agosto de 1995, tinha um grupo de estudo com amigas da faculdade. Nos preparávamos para a prova da OAB e, em dezembro do mesmo

ano, fui aprovada. Uma dessas amigas era a Sônia Montenegro, filha do Des. César Montenegro. Tínhamos o privilégio de que, uma vez por semana, ele tirava dúvidas do nosso grupo e nos ensinava o que podia.

O Des. César enxergava meu potencial para passar no concurso da magistratura, mas eu queria advogar, queria estar próxima do povo que precisava de justiça. Em todos os encontros, o Des. César insistia em perguntar se eu tinha desistido da ideia de advogar e prestar o concurso da magistratura. Como eu não desistia, ele ofereceu seu escritório, na época já aposentado, para eu trabalhar lá. Acabei optando por dividir o escritório de advocacia com uma amiga da faculdade, até que a semente plantada pelo Des. César passou a crescer. Desisti de advogar após 5 anos e passei a estudar por longos 3 anos, até a aprovação na magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Todos os dias, antes de iniciar meus estudos, durante os 3 anos, pedia a Deus que, se fosse da vontade dele que eu me tornasse magistrada, que me capacitasse e que o que estudasse naquele dia, não esquecesse caso caísse alguma questão na prova. Após isso, lia um versículo bíblico. Deus me moldou, me tornou Juíza, me levou para os lugares que quis para ouvir aqueles que necessitam de justiça.

Fiz o curso preparatório da EMERON no ano de 2003. Fiz o curso preparatório para concurso público do Professor Damásio no ano de 2004. Fui aprovada na magistratura e tomei posse em 29 de abril de 2005. Esse dia foi memorável. Lembro da emoção quando recebi a ligação telefônica da minha amiga, irmã que Deus me deu, Valdirene Clemente, avisando que tinha saído o resultado do concurso e que tínhamos sido aprovadas. Uma das minhas melhores emoções foi dividida naquele momento com os colegas de trabalho, pois

naquela ocasião eu era advogada dos Correios, tendo passado no concurso público. Recordo-me da emoção da minha mãe quando liguei para o seu local de trabalho e disse que tinha sido aprovada. Ela chorou de emoção. Minha mãe me ajudou muito, custeou livros e os cursos (Emeron e Damásio), acreditava que eu podia alcançar e, principalmente, rezou muito a Deus para que me capacitasse e eu alcançasse a vitória.

Hoje vejo que estudar foi a parte mais fácil da fase de magistratura. Os desafios foram muitos até então, na minha trajetória como magistrada, mas todos foram superados. No ano em que fui aprovada, fiquei muito pouco em Porto Velho, realizando o curso de formação, em maio e junho de 2005. Logo em seguida fui para o interior como Juíza substituta na região de Rolim de Moura.

Deus sempre foi muito generoso comigo, sempre colocou pessoas bondosas e generosas na minha vida. Nunca tinha dirigido em estradas, nunca tinha ido a Rolim de Moura, mas o colega Juiz de Direito Eduardo Fernandes Rondovalho entrou em contato comigo e ofereceu a casa dele, no período em que eu chegaria lá, até conseguir uma moradia. Era no mesmo período em que ele estaria de férias. Ele fez um mapa da entrada da estrada que ia para Rolim de Moura até a casa dele e mandou por fax. Não o conhecia, mas esse mover de Deus, nunca esquecerei da generosidade do Eduardo.

Minha mãe e minha irmã foram juntas para Rolim de Moura só para me auxiliar no aluguel e comprar o necessário para a nova moradia.

Na primeira semana de trabalho, tinha sido designada para as 3 varas cíveis de Rolim de Moura e, na mesma semana, estava respondendo por Alta Floresta e Santa Luzia. O colega Juliano Etchegaray Fonseca, titular da Comarca de Alta

Floresta, ficou gravemente doente, e por lá fiquei por muito tempo respondendo até o seu retorno. Para ganhar tempo em relação aos estudos dos processos, ficava na cidade, hospedada no hotel que não tinha muita estrutura. Não tinha frigobar, então comprei um, para poder comprar frutas e tomar água gelada. O banheiro do hotel eu lavava todas as segundas-feiras e retornava à minha casa em Rolim de Moura todas as sextas-feiras, sempre com processos no carro. Como não tinha família e não conhecia ninguém na cidade, meu divertimento era sentenciar os processos mais complexos. A estrutura do fórum de Alta Floresta era precária.

Alta Floresta era uma comarca com um volume muito grande de processos e, por isso, não podia perder tempo. Tinha que trabalhar para sentenciar os processos daqueles que buscavam por justiça, buscava solucionar seus conflitos, pois era isso que almejava, estar ao lado do povo que buscava justiça. Nessa época, sentia-me muito sozinha para compartilhar as minhas dúvidas sobre os processos, pois não tinha nenhum colega ao meu lado. Alta Floresta era vara única, assim como Santa Luzia. Meu primeiro júri foi em Alta Floresta, e tive a ajuda preciosa do colega Carlos Roberto Rosa Burck, que me auxiliou, inclusive me fornecendo um relatório passo a passo do procedimento de julgamento do júri. Fiz o meu primeiro júri tendo como Promotora de Justiça Flávia Mazzini.

Após a temporada em Alta Floresta, com o retorno do colega titular que restabeleceu sua saúde, passei a responder por Nova Brasilândia do Oeste. Por lá, respondi por mais de um ano. Período desafiador, ia todos os dias para aquela comarca, cerca de 120 km diariamente. Lá, meu organismo não se adaptava à alimentação; fui internada três vezes com infecção intestinal, passei a comer lanches que levava de casa

e lasanha de supermercado. O trabalho mais desafiador até então foi na Comarca de Nova Brasilândia do Oeste, onde realizei vários júris, dois de dois dias seguidos e um de três dias seguidos. Deus logo me apresentou quem poderia me auxiliar na organização desses júris, com toda a paciência e generosidade: o colega Ênio Salvador Vaz. Ele cuidava desde a alimentação, segurança (tínhamos a informação de resgate dos réus presos), reserva de hotel; ao final, deu tudo certo, réus condenados.

Uma situação atípica, dentre tantas que vivi, foi um dia, em uma sessão de júri, quando acreditei que não conseguiria realizar. Liguei para a Corregedora-Geral de Justiça, na época a Desembargadora Ivanira, que me aconselhou a realizar a sessão, dizendo que Deus iria me iluminar e que eu conseguiria. De repente, a Desembargadora Ivanira pediu licença e começou a orar por mim naquele momento de dificuldade, dizendo que era o que podia fazer por mim naquele instante. Realizei com sucesso a sessão de júri. Mais uma vez, alguém me socorreu na minha dificuldade, através da ação de Deus.

Em 2008, engravidei do meu único filho, Rafael Gomes Serafim e Silva, de um ex-noivo. Após a gravidez, terminamos o relacionamento. Em janeiro de 2009, meu filho nasceu. Pedia a Deus para, quando terminasse a licença maternidade, não ter que viajar todos os dias, pois minha aflição era deixar um bebê em uma cidade só com babá, já que não tinha familiares na cidade.

Mais uma vez, Deus ouviu minhas preces. Em 2009, durante a licença maternidade, fui promovida para Cerejeiras. Atipicamente, passei do cargo de Juíza substituta para titular de uma vara de comarca de segunda entrância, podendo ficar com meu bebê na mesma cidade.

Aprendi a duras penas a dividir meu tempo entre o que até então gostava de fazer – trabalhar – e a missão de ser mãe. Quando fui para Cerejeiras, meu filho tinha 9 meses e ficamos lá por dois anos. Nesse período, ele tinha uma babá que, infelizmente, teve que nos deixar. Néia, a pessoa que minha mãe pedia a Deus que tivesse braços fortes para carregar o neto, que era gordinho. Meu filho adoeceu sentindo a falta da babá; não comia, chorava todos os dias, chamando-a. Resolvi ligar para a corregedoria e pedir alguns dias de folga para levá-lo para Porto Velho, onde tinha meus familiares e meu filho poderia suprir a dor que sentia. Recebi um não como resposta, disseram que só sairia da comarca com atestado médico.

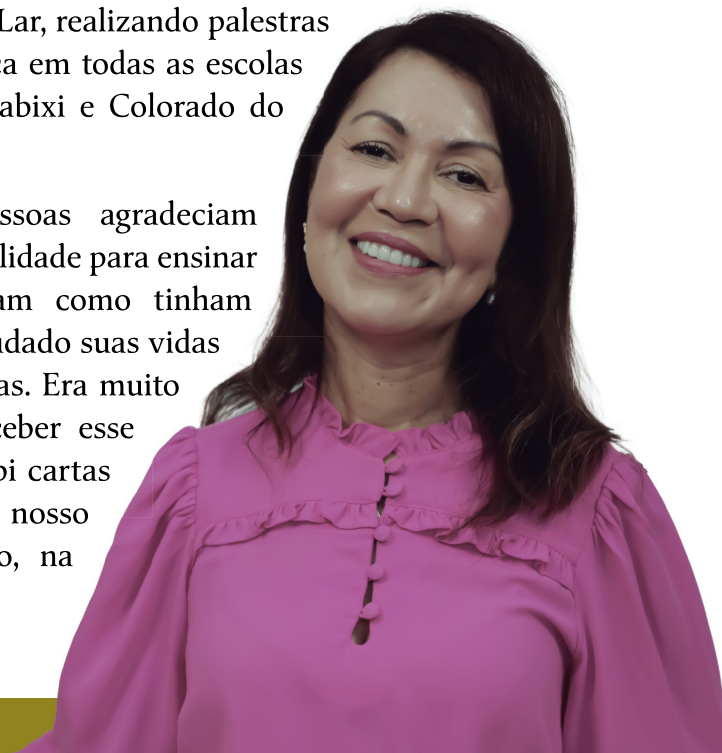
Não havia pediatra na cidade, não sabia mais o que fazer com meu filho. Liguei para casa e pedi para fazerem minha mala e a dele, e fomos para Porto Velho. Meu filho desenvolveu todas as alergias possíveis nessa época e os tratamentos só eram feitos em Porto Velho. Depois desses problemas de saúde do meu filho, entendi que precisava ser mais mãe do que magistrada, precisava cuidar do meu bem mais precioso. Deus me deu duas missões muito importantes: ser magistrada e mãe. Desde então, com dois anos e 8 meses, meu filho não teve babá. Passei a cuidar dele, dar mais atenção e, com isso, tive que ir para uma comarca com menor volume de processos. Removi-me para a Vara Criminal de Colorado do Oeste, onde fiquei por 8 anos.

Colorado do Oeste é uma comarca e cidade pelas quais tenho muito carinho. Criei laços fortes e desenvolvi muitos projetos de divulgação da Lei Maria da Penha, após a Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa, lançada pela Ministra Carmen Lúcia, em 2015, que conclamava a realização de atividades em todos os tribunais do Brasil. Empenhada na luta contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, desenvolvi muitos projetos com a ajuda de

servidores que vestiam a camisa e me auxiliavam nessa luta. Entre os servidores, destaco a assistente social Eliete Ferreira de Freitas e a psicóloga Naiane Michelin. Também tínhamos o apoio de professoras da rede pública de Colorado do Oeste, que sonhavam comigo esses projetos.

Na primeira Semana da Paz em Casa, tivemos a ideia de um concurso de cartazes com o tema de combate à violência doméstica, com a participação de alunos de duas escolas públicas da cidade, com premiações. Os cartazes vencedores foram eleitos através de votação; as pessoas tinham que ir ao fórum da cidade, onde os cartazes foram expostos no átrio. Mais de 800 pessoas compareceram ao fórum. Servidores ficaram encarregados dos registros escritos e fotográficos. Foi uma semana de grande movimento na cidade e no fórum. Foi apenas o início dos projetos. Conseguimos uma turma de alunos de uma escola pública, juntamente com professores, para apresentarem uma peça teatral que retratava a vida de Maria da Penha Maia Fernandes, apresentada em diversas escolas e faculdades. Também tínhamos o projeto Paz no Lar, realizando palestras sobre a temática em todas as escolas da comarca (Cabixi e Colorado do Oeste).

As pessoas agradeciam nossa disponibilidade para ensinar e muitas diziam como tinham aprendido e mudado suas vidas após as palestras. Era muito gratificante receber esse feedback. Recebi cartas agradecendo nosso empenho. Tudo, na



verdade, era a vontade de estar junto ao povo que precisava de justiça, fossem mulheres ou homens que mudaram suas atitudes em seus relacionamentos. Palestramos até nas escolas da zona rural. Recebi agradecimentos até de homens que foram presos, pois explicávamos as consequências dos atos e, diante do número de requerimentos de Medida Protetiva de Urgência, criamos um grupo reflexivo de homens e mulheres, com a dedicação das servidoras do NUPS. A sensação de realização da minha profissão com a mudança do ser humano não tinha preço. Não atuava apenas nos processos, que na verdade representavam vidas, mas íamos além, ajudando aqueles que não tinham processos e não conheciam a lei, nem sabiam como viver um bom relacionamento com a família.

Em Colorado do Oeste, conheci meu marido Glauco Nobre Alves (ano de 2012) e em 2013 casei na igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, da qual sou devota. O padre celebrante foi Willian Lino, com quem mantemos contato até hoje. Meu marido, meu filho e eu sempre nos lembramos dele como um grande padre sábio que, em suas homilias, nos ensinava o evangelho de Jesus Cristo. Após conhecer meu marido em Colorado do Oeste, tomei conhecimento de que a casa onde residi em Cerejeiras tinha sido dos pais do meu marido (meus sogros), onde ele passou sua infância, e lá morei por 2 anos.

Na Comarca de Colorado, os momentos que vivi não foram só flores. Em razão da minha profissão, recebi ameaças que causaram comoção na população. Uma delas foi de um homem que recebeu uma condenação, sendo diagnosticado com psicopatia através de relatórios médicos e perícias. Nutriu uma paixão obsessiva por mim, nunca correspondida, e transformou-se em obsessão para me matar. A pessoa era

presa e internada em outras cidades, fugia e conseguia retornar à cidade. A polícia da cidade sempre ficava atenta; quando o avistavam pela cidade ou o viam na estrada rumo a Colorado, eu passava a andar escoltada por orientação do setor de segurança institucional do Tribunal, até que conseguiram interná-lo em outras cidades.

Meu marido e filho não eram escoltados; no entanto, a Polícia Militar daquela cidade estava sempre à disposição da minha família. Foram momentos tensos; temia pelo meu filho e marido. A escola do meu filho foi avisada da situação e orientada sobre a quem ligar caso vissem o psicopata. Por fim, ele foi internado em outro estado com o apoio do Presidente do Tribunal de Justiça à época, o desembargador Walter Waltemberg, e do Governador do Estado, após a doença dessa pessoa ter se agravado, pois tentou matar sua mãe e irmã tocando fogo na casa onde residiam.

Outro momento difícil ocorreu quando interceptaram uma carta na unidade prisional de Colorado do Oeste, com pedido para que fossem desferidos disparos de arma de fogo na minha casa. Passei a dormir no quarto do meu filho por três meses, o local mais seguro da casa. Graças a Deus, depois de investigações, nada aconteceu.

Um fato ocorrido na cidade de Cabixi ficou conhecido como Chacina de Cabixi. Cinco jovens, entre 17 e 24 anos, foram mortos a tiros em abril de 2017. Em dezembro de 2018, dois dos envolvidos na chacina foram condenados, um a 81 anos de reclusão e o outro a 67 anos, após dois dias de sessão do júri. O caso foi polêmico e divulgado na imprensa nacional. Houve uma investigação pelos policiais da capital por determinação do Governador do Estado para chegar aos

envolvidos, homens perigosos, pois as autoridades policiais que investigaram temeram por suas vidas e não compareceram ao dia da sessão do júri. Organizei toda a sessão do júri com a segurança necessária para as autoridades, servidores e jurados que estavam trabalhando naqueles dias; tudo deu certo.

Em fevereiro de 2020, fui promovida por merecimento à Comarca de Porto Velho, como Juíza de Direito Auxiliar da capital. Sempre orei a Deus e pedia que, se fosse da Sua vontade, a promoção ocorresse; sabia que o tempo em Colorado do Oeste era uma missão e que, quando terminasse, seria enviada para Porto Velho. Assim vim, no tempo de Deus e não no meu. Vivenciei momentos de dor e desespero ao ver tantas pessoas morrendo com a pandemia de Covid-19.

O trabalho não poderia parar; tenho essa missão de vida. Na época, eu estava respondendo pelo 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; as mulheres sofreram muito com a pandemia. Fizemos um trabalho de divulgação para que as vítimas de violência pudessem buscar socorro através dos requerimentos de medidas protetivas de urgência. Não paramos um dia sequer de prestar esclarecimentos sobre a nova dinâmica de trabalho exigida pelo período de pandemia.

Poucos meses após minha chegada a Porto Velho, cidade onde nasci, cresci e residi até passar no concurso da magistratura, descobrimos que meu pai tinha sido acometido de câncer em estágio de metástase. Foi um desespero para toda a família.

Da descoberta até a morte do meu pai, foram dois meses de sofrimento e dor, mas não parei de trabalhar. Meu pai não tinha plano de saúde; recorremos ao Hospital do Amor, mas não conseguimos acesso. Deus, generoso como

sempre comigo, lembrou-me do colega Sérgio William Domingos Teixeira, que um ano antes tinha destinado valores das prestações pecuniárias para aquisição de uma máquina para o hospital. Ele logo me passou o contato de um médico que pôde me auxiliar na consulta do meu pai.

Na primeira consulta, meu pai já não conseguia andar mais. Ficamos muito perdidos, sem saber como ajudá-lo a aliviar um pouco sua dor. Não parei de trabalhar; as mulheres vítimas de violência precisavam de mim. Trabalhava e, após o expediente, ia direto para a casa do meu pai, conversava e orava, o preparava espiritualmente para sua partida.

Quando meu pai não podia mais ser levado para o Hospital do Amor de carro, porque não conseguia mais sentar, chamamos a ambulância do SAMU, que não pôde buscar meu pai. Lembrei-me da minha colega Inês Moreira, titular da Vara da Fazenda Pública, para saber se tinha algum contato que pudesse me auxiliar naquela hora de desespero e dor. Ela disse que não tinha nenhum contato, mas que poderia entrar em contato com a Assessoria de Bombeiro Militar do nosso tribunal e que se recordava da doação de uma ambulância ao Corpo de Bombeiros. Pronto, conseguimos o socorro para meu pai pela ambulância do Corpo de Bombeiros, mas, infelizmente, foi a última ida dele ao hospital ainda vivo.

Ele ficou internado, e quando tudo estava providenciado e preparado para seu retorno para casa, com toda a assistência necessária dos profissionais do Hospital do Amor, meu pai faleceu em 05/10/2020, uma segunda-feira, às 5 horas. Nesse dia, tive a certeza de que Deus me trouxe para Porto Velho no tempo certo, pois se estivesse em Colorado do Oeste não teria tido esse tempo de graça com meu pai, talvez nem a tempo de me despedir, devido à distância.

Termino aqui, com o coração agradecido pela oportunidade de contar o que é ser magistrada no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, as dores, as alegrias, as emoções que se unem e me formam, minha família que constituo e a família do tribunal.

Por fim, nos momentos dos meus estudos, quando acreditava que não era capaz, quando um processo é complexo, um caso difícil, procuro ler Isaías 49, 1-6:

“O Senhor chamou-me desde meu nascimento; ainda no seio de minha mãe, ele pronunciou meu nome. Tornou minha boca semelhante a uma espada afiada, cobriu-me com a sombra de sua mão. Fez de mim uma flecha penetrante, guardou-me na sua aljava. E disse-me: ‘Tu és meu Servo Israel, em quem me rejubilarei’. Eu dizia a mim mesma: ‘Foi em vão que padeci, foi em vão que gastei minhas forças’. Todavia, meu direito estava nas mãos do Senhor, e em meu Deus estava depositada a minha recompensa. E agora o Senhor fala, ele, que me formou desde meu nascimento para ser seu servo, para trazer-lhe de volta Jacó e reunir-lhe Israel, porque o Senhor fez-me esta honra, e meu Deus tornou-se minha força. Disse-me: ‘Não basta que sejas meu servo para restaurar as tribos de Jacó e reconduzir os fugitivos de Israel; vou fazer de ti a luz das nações, para propagar minha salvação até os confins do mundo”.

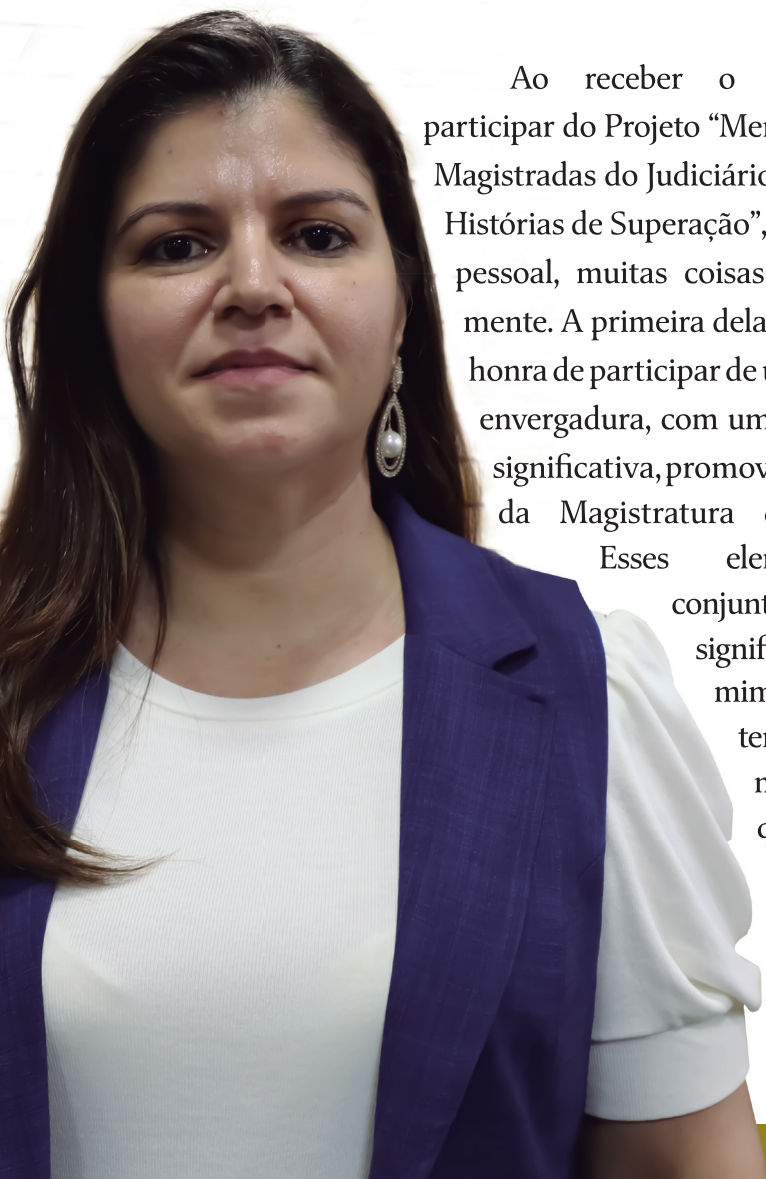
Márcia Regina Gomes Serafim, Juíza de Direito, casada com Glauco Nobre Alves e mãe de Rafael Gomes Serafim e Silva e enteado Eduardo Werkause Nobre.





**ROBERTA CRISTINA GARCIA MACEDO**

## MAGISTRATURA: UM CAMINHO DE AMOR E APRENDIZADO



Ao receber o convite para participar do Projeto “Memória Viva das Magistradas do Judiciário Rondoniense: Histórias de Superação”, com um relato pessoal, muitas coisas me vieram à mente. A primeira delas diz respeito à honra de participar de uma obra dessa envergadura, com uma temática tão significativa, promovida pela Escola da Magistratura de Rondônia.

Esses elementos, em conjunto, são muito significativos para mim, ao mesmo tempo em que me fazem questionar se, de fato, estaria à altura do convite.

Decidi ignorar o questionamento – até por saber que a resposta seria negativa – e colocar-me a pensar sobre o que eu poderia trazer, relatar ou contar, que pudesse servir como informação ou deleite para aqueles que se aventurem a folhear esta obra. Alguns tópicos me ocorrem, sem muita certeza sobre o que dizer, todos ligados a essa atividade tão singular e tão desafiadora que é a magistratura; magistratura sob o olhar de uma mulher. O desafio é considerável.

Fazer um relato dentro do Judiciário Rondoniense é um desafio. E esse desafio só aumenta, diante da enorme quantidade de magistrados e servidores tão valorosos que integram o Judiciário dessas paragens do poente. Ciente dessa responsabilidade, tentarei retratar nesse texto o amor, a admiração e a gratidão que sinto por essa terra e pela atividade que escolhi, mas que também me escolheu.

Falar sobre a magistratura, para mim, é falar de amor. E o amor é tão cheio de nuances e raios, que atinge todas as áreas de nossas vidas. Assim, para mim, é a magistratura. Uma atividade que eu não saberia explicar o porquê ou quando escolhi, ou melhor dizendo, fui escolhida. Em minhas primeiras lembranças, por volta dos oito anos de idade, me lembro de

responder a um amigo da família, que gostaria de ser uma juíza quando crescesse. O motivo dessa escolha eu jamais saberia dizer ao certo, assim como não saberia descrever a emoção e o magnetismo que vivi ao assistir os momentos de uma sessão do Tribunal do Júri da cidade onde vivi minha infância. Eu já conhecia “o caso” e fiquei maravilhada em poder participar. A figura da magistrada que então conduzia o Tribunal do Júri me encantou e, diante de sua inegável vocação, um mundo novo se abriu. Ela foi exemplo.

O tempo passou e o amor resistiu, fazendo com que eu tentasse a faculdade de Direito e conseguisse ingressar no tão sonhado curso. Concluí a faculdade de Direito aos vinte e dois anos e, a essa altura, já tinha participado de estágios, tanto no Poder Judiciário quanto em escritório de advocacia. Após um curto período na advocacia, em pouco tempo alinhei minhas intenções e fui alçada aos estudos para a magistratura.

E, quando falo em amor, não posso omitir quanto ao meu encontro com o Estado de Rondônia e pelo Judiciário. Já advogando, estive no estado a trabalho e pude percorrer algumas comarcas, durante aproximadamente uma semana. O curto período foi suficiente para entender que se tratava de um caso de amor à primeira vista. Naquela ocasião, no início dos anos 2000, pude perceber o quanto o Judiciário de Rondônia era vanguardista e como as unidades laboravam em um ritmo interessante de trabalho, célere e acessível. Foi então que, ao retornar para casa, usei sonhar alto, dizendo que eu gostaria de ser juíza em Rondônia. Essa é uma grata recordação que me acompanha.

Quando já me preparava para concursos, na rotina conhecida daqueles que se intitulam “concurseiros”, me inscrevi para o XVII Concurso da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conseguindo a aprovação.

Hoje, ao escrever este texto, comemoro dezenove anos de magistratura com muita gratidão e um misto de muitas lembranças.

Não posso deixar de registrar que a vanguarda do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia já se mostrava em sua composição. Dos treze Desembargadores, duas eram mulheres. Eu mal poderia saber que essas mulheres não eram apenas Desembargadoras, mas verdadeiras precursoras e exemplos de superação em nosso Tribunal. Eram elas as Desembargadoras Ivanira Feitosa Borges e Zelite Andrade Carneiro, mulheres e profissionais de grande quilate, que traziam um toque de suavidade à Corte, ao mesmo tempo em que transmitiam força e firmeza inigualáveis. O orgulho e a admiração de quem ainda sequer fazia parte daquele Tribunal me invadiram.

O ano era 2005 e Porto Velho era uma cidade de gente hospitaleira que não media esforços para bem receber aqueles que encontravam na cidade sua nova morada. Foi nesse clima que deixei o estado de Mato Grosso para me mudar para a cidade de Porto Velho. Aqui, aos vinte e seis anos, vivi pela primeira vez longe de minha família de origem, passando a morar sozinha. A saudade era imensa, mas sempre permeada pelo desejo de trabalhar naquilo que sempre tentei alcançar: a Justiça.

A posse de um magistrado é um momento de profunda alegria e mudanças profundas. A sua vida muda quase que por completo, mas os seus alicerces devem ser mais firmes do que nunca. Se por um lado já não mais poderá conviver diariamente com sua família de origem, são os ensinamentos recebidos no lar que lhe sustentarão e o manterão de pé. Planos realizados anteriormente podem não mais se encaixar na nova vida, dando lugar a obrigações e a uma carga de trabalho bastante forte. Após dezenove anos de trabalho, sou eternamente grata

a Deus pela alegria de fazer o que gosto, pois tenho certeza de que o trabalho como magistrado, para um juiz que não se realiza plenamente em seu ofício, deve ser tarefa das mais duras, insuportável.

Após a posse, a nova rotina do curso de formação e o trabalho nas Varas da Capital proporcionavam um tipo de cansaço diferente, um cansaço que, ao mesmo tempo em que castigava o corpo, encantava a mente e o coração. O contato com o próximo e com seus problemas trazidos a uma solução na Justiça eram – e sempre serão – um desafio. A preparação obtida com os estudos, em grande parte dos dias, era suficiente para os problemas jurídicos, mas não para os problemas sociais e de relacionamento entre os seres humanos que chegavam até o Judiciário. Era nesses momentos que a base familiar se fazia ainda mais importante. Trabalhar nas Varas da Capital com grandes colegas fez toda a diferença, já que ali pude vivenciar a rotina de varas diferentes e aprender com colegas experientes. Foi um grande aprendizado.



Após um problema de saúde na família, surgiu então a oportunidade de trabalhar no interior do Estado, mais precisamente na cidade de Vilhena, comarca em que vivi por seis anos como Juíza Substituta. No Cone Sul do Estado, o trabalho era realizado não só na comarca de Vilhena, mas também em Colorado do Oeste e Cerejeiras, sendo esta última uma das comarcas em que eu passaria a trabalhar como Juíza titular alguns anos depois.

O clima ameno de Vilhena era diferente de Porto Velho. Colonizada em sua maioria por sulistas, Vilhena desde já se apresentava como uma cidade organizada. Como todo começo, o início dos trabalhos foi marcado por dificuldades e por solidão. E sobre a solidão, muito há para se dizer, pois este é um sentimento muito presente na vida de juizes e juizas de todo o país. Decidir é um ato solitário.

Os anos que passei como Juíza Substituta no Cone Sul do Estado foram de muito aprendizado. Cumular várias unidades em comarcas diferentes era um desafio e foi então que aprendi na prática a dirigir em estradas. Sem dirigir, o trabalho se tornaria quase impossível, já que me refiro a uma época em que os processos físicos eram regra e a prática de atos pela internet não era uma realidade. Assim, deixar a minha casa em Vilhena na segunda-feira para retornar apenas no final da tarde de sexta-feira era uma constante. A moradia também era feita em pequenos hotéis e as refeições eram um capítulo à parte.

Esse período de vivência nas comarcas de Vilhena e Colorado do Oeste foi muito importante, pois o período de vivência como Juíza Substituta me ensinou sobre a magistratura que eu gostaria de ser. Os desafios iam desde a segurança pessoal até pequenos detalhes, como onde encontrar um restaurante aberto após o término das audiências. O convívio com magistrados e servidores de diferentes comarcas traz ainda

uma grande possibilidade de aprendizagem, com diferentes professores. Foi no interior do Estado, em comarcas como Colorado do Oeste e Cerejeiras, que me senti mais acolhida e mais próxima da população do nosso Estado, entendendo suas dificuldades e alegrias. Eu não fazia ideia, mas a cidade de Cerejeiras me marcaria de forma indelével.

Após o longo período de permanência como Juíza Substituta, obtive minha primeira titularidade na comarca de Nova Brasilândia D'Oeste, uma comarca de primeira entrância, onde permaneci pouco menos de quatro meses. Embora o período tenha sido curto, em Nova Brasilândia vivi dias intensos, de muito trabalho e de expectativas por novas promoções. Serei eternamente grata a todos que ali me receberam.

Após a permanência em uma comarca de primeira entrância, consegui alcançar a promoção para a segunda entrância, na 2ª Vara Genérica de Cerejeiras, comarca em que trabalhei por mais de cinco anos. Cerejeiras foi e continua sendo uma cidade inesquecível para mim. Naquela comarca, vivi experiências no trabalho que muito me marcaram e forjaram a magistrada que hoje tento ser. O contato com servidores absolutamente excepcionais traz ainda hoje lembranças maravilhosas. Com todas as escusas possíveis, cito aqui alguns desses servidores como Osmar Guarnieri, Derli Vian, Luciana Salvador, Thaliany Rissi, Juliano Telles. Por estes e muitos outros com quem convivi, nutro admiração enorme e respeito profundo. Foi naquela comarca que o coração passou a bater mais forte pela Vara Criminal e todo o seu contexto.

Entretanto, Cerejeiras me marcou não apenas pelo trabalho intenso e pelos grandes exemplos que tive. Foi ali que, após me casar, conheci a maior expressão de amor que se pode viver: meus filhos. Foi em Cerejeiras que eu constituí a

minha família, tendo meus três filhos, dois deles pelo coração e um por meu ventre. Aliás, em relação a isso, penso existir uma simbiose entre o ventre e o coração maternos, que geram filhos de igual forma, como se uma coisa só fosse. Para o amor, não existem sistemas e partes do corpo que possam impor algum limite. Filhos são sempre filhos, pois amor é sempre amor.

A gratidão que sinto por ter vivido em Cerejeiras até hoje me invade a alma e reativa as melhores lembranças. Ali fui feliz e gostaria que todas as minhas colegas e os meus colegas tivessem a oportunidade de vivenciar tal felicidade. É lógico que dias difíceis existiram, principalmente quando se tem em mente a atividade criminosa existente em uma cidade próxima à fronteira com a Bolívia. Os desafios eram grandes, mas quero crer que tenham sido vencidos com muito trabalho e esforço, sempre com a ajuda de muitos que me cercaram.

Já com meus três filhos, me mudei para a cidade de Pimenta Bueno, após participar de um processo de remoção.

Os desafios vividos em mais de seis anos na Vara Criminal da comarca de Pimenta Bueno foram intensos e, por vezes, extenuantes, até porque as atividades como magistrada eram acompanhadas das atividades como mãe. Por muitas vezes tive a impressão de que seria vencida pelo volume de trabalho e pelas dificuldades encontradas; entretanto, como sempre, o trabalho prevaleceu e a ajuda de servidores abnegados foi de extrema importância em minha carreira. Servidores como Fernanda Lima, Adriano Cardoso Primo, Elcio Vigilato e Sandra Corso Baptista me fizeram crer que quem trabalha muito e para o bem nunca se dará por vencido. A estes servidores, todo o meu respeito e minha gratidão e, novamente, peço vênias àqueles que não pude nominar.

Em Pimenta Bueno, o desafio da Vara Criminal era constante. O grande número de processos, aliado à experiência na área da execução penal, fizeram de mim uma magistrada mais consciente dos problemas enfrentados por juízes criminais de todo o país. Entretanto, como todo ciclo tem seu início, também tem seu fim. Após pouco mais de seis anos e já com dezessete anos de carreira, alcancei a promoção para a comarca de terceira entrância, onde sou titular da 1ª Vara Criminal de Porto Velho.

Ao longo deste caminho, dias difíceis não foram poucos. Júris complexos, audiências acirradas e processos marcantes fizeram e ainda fazem parte desta história. Cada um deles deixa em nós uma pequena marca que nos acompanha e nos faz pensar quanto ao próximo passo, tornando-se experiências importantes ao longo dessa jornada. Deixo de identificar essas experiências, diante da leveza requerida neste texto, mas ciente da importância de cada processo.

Voltar para a capital do estado após percorrer longos caminhos no interior é uma experiência gratificante e, para mim, necessária. Mais uma vez à frente de uma vara criminal, tento reafirmar diariamente o meu compromisso com a magistratura e com o meu Tribunal, que tanto me orgulha.

Creio que a experiência de um juiz ou de uma juíza muitas vezes pode não ser a mais adequada para o colega que se encontra ao lado. Isso porque acredito que o caminho de um pode não ser necessariamente o caminho de outro. Entretanto, a beleza do percurso, os obstáculos vencidos e as vitórias alcançadas constituem o portfólio individual de cada juiz e juíza deste país. As suas vivências jamais poderão ser subestimadas ou esquecidas, e é na gratidão pela vivência tão plural que a magistratura reafirma seus valores e executa a sua

missão, formada por milhares de juízas e juízes abnegados em nosso Brasil.

Para cada mulher magistrada, o caminho trilhado apresenta ainda mais obstáculos. As vivências como magistrada, mãe, esposa, filha, irmã enriquecem a alma, mas revelam uma carga de dificuldade maior. Tenho plena ciência da importância e do brilhantismo do trabalho de meus colegas juízes. Entretanto, não tenho dúvidas sobre a garra extraordinária e sobre a superação diária de minhas colegas e amigas magistradas, que além do peso natural da função exercida, se desdobram em tarefas ligadas à maternidade e à vida familiar. Ainda que não tenham filhos, as mulheres magistradas fazem uma importante escolha, e isso requer muita coragem.

Nos dias de hoje, importantes conquistas para a paridade são discutidas e implantadas na seara dos tribunais de todo o país. Confesso que, em um primeiro momento, quando as ideias iniciais sobre a paridade ainda eram embrionárias, cheguei a me posicionar de maneira contrária, talvez por não me considerar merecedora. Entretanto, minhas dificuldades de compreensão não podem se sobrepor a tantas magistradas que exercem um trabalho estupendo em todo o estado de Rondônia e em todo o país. A elas, meu profundo respeito e admiração.

Especialmente para as magistradas que ingressam na magistratura nos dias atuais, deixo aqui a minha mensagem: cada dia no trabalho como magistradas é uma responsabilidade imensa, mas também uma dádiva. Creio que agradecer a Deus pela oportunidade de tentar fazer justiça é uma obrigação, pois em nossa caminhada temos a chance de tentar fazer o bem a tantas pessoas que necessitam do apoio do Poder Judiciário. E fazer justiça em um estado abençoado como Rondônia é um

verdadeiro privilégio. Que nossas vivências nos ajudem a promover a justiça e o bem, por onde quer que possamos ir.

Que possamos prosseguir sempre em nossa missão, perseverando a cada dia. Como mulher magistrada, rogo a Deus por força, para mim e para todas que caminham nesta existência sob o propósito do trabalho árduo e do bem, em honra àquelas que nos antecederam e abriram caminhos nesta carreira tão cheia de dores e de alegrias. Como docente da Escola da Magistratura, a nossa EMERON, espero que cada dia trabalhado possa se reverter em conhecimento a ser transmitido.

Que novos caminhos se abram a todos, em prol da população deste estado tão pujante e tão acolhedor. Sejam felizes em nossa caminhada, plenos e plenas em êxito na nossa missão.








**CLÁUDIA MARA DA SILVA FALEIROS FERNANDES**

## DESAFIOS PERCORRIDOS PARA REALIZAÇÃO DO SONHO DE ME TORNAR MAGISTRADA

*DEUS realiza sonhos, precisamos  
apenas nos esforçar e fazer  
o nosso possível, o impossível  
ELE fará por nós...*



A menina sonhadora deixou sua família no estado de Rondônia e foi estudar no seu estado de origem, o Paraná, onde foi aprovada no vestibular para cursar a faculdade de Direito, iniciando sua formação profissional.

Foram longos anos de estudo. Após o término da faculdade, já casada, enfrentei vários altos e baixos nos estudos para concursos. Em um período, estava bem avançada nos estudos; em outro, precisava me

dedicar à minha filha e à casa. Prestava concursos, não obtinha sucesso, desanimava, e então vinha um período de seis a dez meses após as reprovações, voltava a pegar firme nos estudos. Até que em 2005, já casada e com filha, meu marido foi aprovado em concurso público no estado de Rondônia. Pude me dedicar com afinco, estudando doze horas diárias (das 6h às 18h) e à noite, frequentava a Escola da Magistratura - EMERON. Após cursar a escola da magistratura, fui contratada para trabalhar como assessora do Tribunal de Justiça em novembro de 2005. Mesmo assim, continuei estudando nos intervalos do almoço, nas madrugadas e nos finais de semana. Somente após essa dedicação, no ano de 2006, obtive a tão sonhada aprovação no concurso da magistratura.

A advocacia inicial me ofereceu um vislumbre do que viria a ser minha vida como juíza. Nesses primeiros anos, trabalhando caso a caso, aprendi a importância de ouvir - realmente ouvir - cada história que me era confiada. Aprender sobre as vidas por trás dos processos me ensinou sobre empatia, uma habilidade tão crucial quanto qualquer conhecimento jurídico adquirido na universidade.

Durante todo o período da faculdade, sempre soube que queria ser magistrada, mas sabia que não seria fácil ser aprovada no concurso para ingressar na carreira, pois o nível de dificuldade das provas era alto, exigindo muito estudo e dedicação. Como eu era casada e, no mês seguinte à conclusão do curso de Direito, nasceu minha filha Isabelle, o início dos estudos para a preparação do concurso da magistratura teve que ser adiado. Assim, apenas quando minha filha estava maior resolvi iniciar os estudos para começar a prestar as provas do concurso. Durante a caminhada, fiz vários concursos e tive várias reprovações, inclusive na fase oral. Mesmo triste, não desistia e persistia nos estudos.

Em 2005, meu esposo foi convocado para um concurso no estado de Rondônia. Nessa época, eu estava aguardando o resultado de um concurso para juiz de direito que havia prestado para o Tribunal de Justiça de Rondônia. Então, resolvemos nos mudar para Rondônia. Meu esposo tomou posse no concurso para o qual havia sido convocado, e, na sequência, saiu o resultado do concurso da magistratura; todavia, eu não havia sido aprovada.

É muito triste não ver seu nome na lista dos aprovados, mas daquela vez a reprovação não me desmotivou; ao contrário, me fez acreditar que, se eu permanecesse estudando, chegaria lá. E assim ocorreu: no concurso seguinte, fui aprovada para o cargo de juiz do Tribunal de Justiça de Rondônia, tomando posse no dia 1º de agosto de 2008.

Mas a aprovação não foi tão simples assim. Logo que saiu o resultado, pedi férias do meu trabalho e fui viajar com minha filha, pois logo que tomasse posse, iria me dedicar com afinco ao novo desafio. Estávamos passeando em Santa Catarina quando recebi a notícia de que os candidatos que não foram aprovados entraram com uma representação junto

ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e meu concurso foi anulado. Toda angústia e aflição tomaram conta de nossa viagem, mas confiando nas bênçãos de Deus, nós, aprovados no concurso, fomos à luta via mandado de segurança. Conseguimos nos assegurar, e o STF nos deu ganho de causa. Um ano e meio depois, fomos nomeados.

No dia da minha posse, senti uma profunda gratidão a Deus, pois foi Ele que nos sustentou até ali. Após tantas frustrações, só tinha esse sentimento de agradecer, também à minha família que estava presente e que compartilhou das angústias que precederam esse momento.

O dia em que recebi a notícia da minha aprovação no concurso para juíza do Tribunal de Justiça de Rondônia é um dia que jamais esquecerei. Lembro-me do peso que foi tirado de meus ombros e da alegria que senti, sabendo que todos os sacrifícios haviam valido a pena. No entanto, esse momento não foi apenas um fim, mas um novo começo, cheio de responsabilidades e novos desafios.

Com a posse no cargo de juiz, novos desafios surgiram, tanto na área profissional como familiar. Refletindo sobre minha jornada até aqui, percebo que cada passo, cada decisão tomada, não foi apenas sobre alcançar uma posição de destaque no judiciário, mas sobre moldar um legado de persistência e inspiração para outras mulheres. Desde os tempos de estudante no Paraná, onde as saudades de casa pesavam tanto quanto os livros de Direito, até as longas horas de estudo para os concursos, cada momento foi um tijolo na construção do meu caminho.

Quando tomei posse, morava na cidade de Porto Velho/RO e fui lotada como juíza substituta na 2ª Seção Judiciária, que tem como sede a Comarca de Ariquemes. Sendo assim, deveria residir na cidade de Ariquemes.

Nessa época, minha filha estava no primeiro ano do ensino médio, iniciando sua preparação para o vestibular. Por esse motivo, resolvemos que minha filha e meu esposo deveriam permanecer em Porto Velho e eu me mudaria sozinha para o interior. Assim, ao concluir o curso de formação, mudei-me para o interior, deixando meu esposo e filha em Porto Velho/RO. A saudade doía muito. Após o término do expediente, à noite, quando chegava no quarto do hotel, a solidão tomava conta do quarto e eu não conseguia conter as lágrimas. Mesmo assim, não me deixava desanimar, pois tinha consciência de que, para realizar meu projeto de vida e proporcionar uma boa formação acadêmica para minha filha, seriam necessários alguns sacrifícios e renúncias. Isso me motivava a permanecer firme.

Pertencem à 2ª Seção Judiciária as comarcas de Ariquemes, Buritis, Machadinho do Oeste e Jaru, locais onde eu teria que trabalhar. Assim, de acordo com as designações, eu tinha que me deslocar entre as quatro cidades. Na época, nem todas as estradas que ligavam as quatro cidades eram totalmente asfaltadas. No tempo da seca, havia muita poeira, e na chuva, barro. Uma vez, estava me deslocando para a cidade de Machadinho do Oeste e, na estrada, me deparei com uma poça de água. Na hora, achei que era uma pequena poça, mas quando entrei, a água barrenta veio até o para-brisa do carro. Passei muito medo nesse dia. Segurei nas mãos de Deus e fui. Pisei no acelerador e atravessei, conseguindo chegar a tempo na Comarca de Machadinho, onde fiquei por mais de uma semana trabalhando. Foi bom, pois com a estiagem, a poça secou, permitindo um retorno em terra firme.

Hoje me recordo desses fatos com um sorriso no rosto, pois aprendi que antes de entrar, devo esperar que outro

carro maior passe, para compreender a profundidade, e não me aventurar na frente, sem noção do que pode acontecer.

No período de substituta, muitos foram os desafios. Quando estava nas cidades de Buritis e Machadinho do Oeste, eu tinha receio de sair à noite sozinha para jantar. Esse receio se baseava no fato de estar em uma cidade onde não conhecia ninguém e por ser responsável por julgar casos complicados que envolviam direitos e liberdades, o que poderia gerar animosidades. Tinha muito receio de encontrar familiares ou mesmo pessoas contra quem havia proferido alguma decisão de condenação.

Pois, uma vez na Comarca de Machadinho, eu estava hospedada em um hotel. De manhã, enquanto tomava café, um senhor sentou ao lado da minha mesa e me olhava. No momento, não desconfiei de nada, mas, quando cheguei ao fórum e fui para a sala de audiência realizar uma audiência de um crime emblemático, qual não foi minha surpresa ao perceber que o senhor que estava sentado ao meu lado no café da



manhã era o réu daquele processo. Nesse momento, percebi como muitas vezes ficamos vulneráveis. É claro que, no mesmo dia, mudei de hotel, mas o difícil era que na cidade só havia dois hotéis onde eu pudesse me hospedar.

Por esses motivos, levava sempre na minha bagagem um “rabo quente” e preparava um miojo ou sopa Vono no quarto do hotel para jantar, o que facilitava e também me socorria nessas itinerâncias da magistratura no interior na época.

Após três anos como juíza substituta, fui promovida à titularidade, decisão que foi muito conversada em família, considerando que era uma comarca bem mais distante, no entanto, me proporcionaria algumas posições na carreira da magistratura. Assumi então a Comarca de Costa Marques, na divisa com a Bolívia; a estrada de acesso não era toda asfaltada e as pontes sobre os rios eram de madeira, mas não me deixei intimidar com esses novos desafios. Com o apoio da família, que continuava morando em Porto Velho, assumi a comarca em novembro de 2011. Logo se iniciaram as chuvas e fiquei sem poder sair da cidade e ter contato com minha família por um período.

Desde então, atuar na magistratura tem sido uma série de aprendizados constantes. Seja na sala de audiências ou fora dela, cada caso é um novo capítulo de vida que se revela. Eu me esforço para tratar cada um desses capítulos com a consideração que merecem, sempre ciente do impacto que minhas decisões podem ter na vida das pessoas.

Quando eu trabalhava na Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura, fiz um júri com três réus. Durante a sessão de julgamento, no momento em que o Ministério Público estava fazendo uso da palavra, um dos réus virou a mesa e foi em direção à promotora de justiça, enquanto os outros dois réus correram em minha direção. Embora estivesse

muito assustada com o ocorrido, tive que transparecer calma e manter o controle da situação, pois, inclusive, os réus que correram em minha direção estavam assustados e com medo da atitude do outro réu. No entanto, após o susto, conseguimos contornar a situação. Chamei médicos para avaliar se estavam todos bem, para poder dar prosseguimento, e também foi feito um reforço para garantir a segurança de todas e todos, e assim finalizamos esse dia que tenho marcado em minha memória.

Ao olhar para trás e ver o caminho percorrido, vejo que, mais do que uma carreira, construí uma ponte. Uma ponte que espero que outras mulheres possam cruzar com mais facilidade do que eu. Com cada mulher que decide seguir este caminho, essa ponte se fortalece, ampliando o caminho para um futuro onde a justiça seja igualmente acessível e representativa para todos.

Houve um período em que, motivada a buscar um fortalecimento e empoderamento das mulheres do sistema prisional na Comarca de Ariquemes, desenvolvi um projeto de artesanatos. Muitas relataram esquecer as tristezas da vida e se sentiram vivas novamente ao realizar os trabalhos, que foram expostos posteriormente no mercado local, oportunizando uma profissionalização. Inclusive, tiveram a oportunidade de expor e comercializar seus produtos na maior feira agropecuária da região Norte, a EXPOARI - Exposição Agropecuária de Ariquemes, experiência que as levou a acreditar que existiam outros horizontes e que elas eram capazes de percorrer novos caminhos.

Outro ponto que me traz à lembrança é um caso em que uma senhora, com seus cinco filhos, estava em uma situação de extrema vulnerabilidade, por terem sido abandonados pelo provedor da família. Como magistrada, viabilizamos o acolhimento dessa família. Recentemente, conseguimos montar uma casa para essa família, que teve a vida transformada, acolhida e empoderada.

A jornada como magistrada está intrinsecamente fundamentada em dedicação, superação e impacto. Desde os primeiros passos, deixando o estado de Rondônia para estudar no Paraná, até a nomeação como juíza no Tribunal de Justiça de Rondônia, a resiliente determinação em perseguir os sonhos, mesmo diante de adversidades significativas, marca a carreira da magistratura. Enfrentar desafios tanto profissionais quanto pessoais, e superar esses obstáculos, momentos em que Deus foi minha fortaleza e o amparo que minha família proporcionou, alicerçada no grande amor do Senhor Jesus e na companhia diária do Espírito Santo, possibilitou firmar meus passos nessa caminhada.

Manter o equilíbrio entre a vida pessoal e as responsabilidades judiciais ilustra as complexidades enfrentadas, não só na minha jornada singular, mas refletindo também a de muitas outras mulheres que aspiram a posições de liderança em campos tradicionalmente dominados por homens.

Os projetos sociais que pude liderar, focados na reabilitação e empoderamento de mulheres aprisionadas, e o esforço em auxiliar famílias em vulnerabilidade, refletem não apenas o compromisso com a justiça, mas também uma profunda empatia e humanidade, qualidade inerente ao ser magistrada, ao menos é o que aprendemos desde o curso de formação, e cada vez mais incorporado pelo Conselho Nacional de Justiça e demais instituições regulamentares.

Concluo minha história com imensa gratidão, acreditando que minha jornada como magistrada teve impacto sobre minha comunidade e sobre as vidas que foram tocadas pela atuação jurisdicional, parte essencial da identidade como magistrada.

Hoje, refletindo sobre as escolhas que fiz, sinto uma paz profunda ao reconhecer o impacto positivo que minha carreira teve na vida da minha filha. Embora a saudade seja uma constante, saber que as escolhas de vida que fiz possibilitaram a ela oportunidades de crescimento e formação que talvez não tivéssemos alcançado de outra forma conforta meu coração.

A magistratura não apenas moldou meu caráter e minha vida profissional, mas também ofereceu à minha filha a chance de seguir seus sonhos com firmeza e excelência. Ao vê-la se tornar uma médica competente e realizada, sei que os sacrifícios valeram a pena. É uma dualidade emocional: o peso da ausência e a alegria do sucesso dela. No balanço dessas experiências, hoje me vejo como uma mulher realizada, grata pelas escolhas que fiz, sabendo que elas se estenderam muito além dos tribunais, tocando profundamente a vida daqueles que mais amo.

Ser magistrada não é apenas administrar a lei, mas usar sua posição para fazer a diferença, incentivando outras mulheres a nunca desistirem de seus sonhos, independentemente das barreiras que enfrentem. Que minha história sirva como um poderoso lembrete de que, com persistência e coragem, é possível transformar desafios em vitórias e fazer mudanças significativas tanto na própria vida quanto na das pessoas ao redor.

No crepúsculo da minha carreira, quando olho para trás e revisito os momentos que definiram minha trajetória, não posso deixar de sentir um misto de gratidão e admiração pelo caminho que percorri. Meu coração se aquece ao pensar em todas as portas que se abriram para mim e para os outros, graças às oportunidades que a magistratura me proporcionou.

Como mãe, testemunhar minha filha alcançando seus próprios sonhos e se tornando uma médica respeitada e realizada é um dos meus maiores orgulhos. A distância, embora dolorosa, trouxe para ela a chance de crescer, de se tornar independente e forte, aspectos essenciais que moldaram a mulher que ela é hoje. Sua jornada me ensinou tanto quanto a minha própria carreira: a importância da resiliência, do trabalho árduo e da dedicação inabalável.

Na magistratura, aprendi que a justiça, em sua forma mais verdadeira, não se resume apenas a julgamentos e decisões. Ela se manifesta na capacidade de tocar vidas, de mudar destinos através de atos de empatia e coragem. Foram incontáveis os momentos em que, no silêncio do meu gabinete, refleti sobre o peso das decisões que repousavam em minhas mãos. Cada caso que passou por mim deixou uma marca, um aprendizado que carregarei comigo.

Ao longo dos anos, pelas comarcas pelas quais passei, tive o privilégio de trabalhar ao lado de servidores que não apenas compartilhavam o meu compromisso com a justiça, mas que se tornaram verdadeiros membros de uma extensão da minha família, minha família forense. A cada nova comarca, a cada vara que me acolheu, encontrei um grupo de indivíduos extremamente dedicados, cuja paixão pela justiça refletia a minha própria. Eles não eram apenas funcionários; eram colegas de jornada, sonhadores que, ao meu lado, buscavam incessantemente fornecer uma prestação jurisdicional de excelência.

Neste ambiente de desafios e aprendizado mútuo, ensinei muito, mas aprendi ainda mais. Com cada servidor ou servidora, absorvi lições de dedicação, resiliência e o verdadeiro significado de serviço público. Mesmo diante de um volume assustador de trabalho, jamais deixamos que o desânimo nos vencesse. Juntos, enfrentamos cada dia com a

determinação de que, através de nosso esforço, poderíamos fazer a diferença na vida das pessoas que dependiam de nossa atuação. Essa sinergia criou um ambiente onde o suporte mútuo era a base para o sucesso não apenas individual, mas de toda a equipe, fortalecendo nossa missão de servir ao público com integridade e compaixão.

Enfrentar os desafios do dia a dia na jurisdição me ensinou sobre o mundo e sobre mim mesma. As dificuldades, as pequenas vitórias e até mesmo as derrotas foram essenciais para que eu pudesse dar o melhor de mim. Em cada audiência, em cada sentença, busquei não apenas a justiça, mas uma forma de contribuir positivamente para a sociedade, de reinstaurar a fé das pessoas no sistema judiciário.

Encerro este relato com o sentimento de que tenho dado o meu melhor para exercer minha missão na judicatura, mas também com a esperança de que minha história possa inspirar outras mulheres a perseguir seus sonhos, a não temerem as dificuldades e a lutarem pelo que é justo. Que minha jornada sirva como testemunho de que, com determinação e fé, não há obstáculos que não possam ser superados, nem sonhos que não possam ser realizados. Assim, enquanto avanço para os próximos capítulos de minha vida, faço-o com o coração repleto de gratidão e os olhos voltados para o futuro, ansiosa pelo que ainda está por vir.


**DEUS realiza sonhos, precisamos  
apenas nos esforçar e fazer  
o nosso possível, o impossível  
ELE fará por nós...**





**MÍRIA DO NASCIMENTO DE SOUZA**

## DIVERSIDADE E CORAGEM: TRECHOS DE UMA CAMINHADA DE RESILIÊNCIA E EQUIDADE



Pedindo licença aos meus mais velhos e às minhas mais velhas, inicio meu depoimento pessoal, contando um pouco de quem sou e os caminhos que percorri até chegar aqui e agora.

Sou uma mulher cisgênero, lésbica, casada e de pele parda. Nasci em Fátima do Sul (MS), em dois de julho de 1982, e fui filha única dos meus pais, Juarez Francisco de Souza e Maria do Nascimento, até os dezito

anos, quando nasceu minha irmã Mylena, fruto do segundo casamento do meu pai.

Tive consciência de que eu era o que, na gíria do mundo LGBTQ+, chamamos de “criança viada” muito cedo, por volta dos seis, sete anos de idade. Essa consciência se manifestou com nitidez ao ouvir acidentalmente uma conversa entre minha mãe e uma vizinha que tinha vindo nos visitar. Esta senhora falava para minha mãe que “homem que gostava de homem e mulher que gostava de mulher não era coisa de Deus”. Naquele momento, tive certeza de quem eu era e pensei: “Sou filha de Deus como todas as outras pessoas. Deus ama todos os seus filhos e me criou como sou. Se Deus não quisesse que eu fosse assim, ele teria me criado de outra forma”. E pronto! A partir daquele momento, por toda minha infância e adolescência não me preocupei mais com isso.

A consciência de que eu era uma menina “incomum” era tanto minha quanto da minha família, que me percebia diferente das demais meninas da minha idade. A diferença se manifestava pelas minhas roupas, meus interesses, meus comportamentos – que eram mais parecidos com os dos meus primos, do que com os das minhas primas.

Pude viver minha infância e adolescência tranquila, protegida e amparada, especialmente por minha mãe, que me amava incondicionalmente, e por meu avô paterno, que me amava e que queria que eu fosse muito feliz.

Meu avô paterno, Vicente Francisco de Souza, era pai de onze filhos, e, sem dúvida, era a pessoa mais respeitada da nossa família. Homem negro e nordestino (nascido no Ceará), com pouquíssimo estudo formal (sabia ler e escrever), me ensinou que não havia nenhum problema comigo; que eu era livre para ser eu mesma, para viver como eu gostasse e para me divertir; o importante era que eu fosse honesta, não pegasse nada que não fosse meu, nem prejudicasse pessoa nenhuma.

Quando minhas tias começaram a reclamar das minhas roupas (camisetas e shorts bem maiores), das minhas brincadeiras (futebol, bolita, sinuca), o meu avô falou para todas elas: “Deixem a menina ser quem ela é, vestir o que ela quiser, e brincar à vontade”. Isso fez toda a diferença na minha vida: me senti livre para poder ser quem eu quisesse; para me tornar a pessoa adulta que eu desejasse.

Venho de família pobre, que sempre precisou trabalhar para sobreviver e que não teve oportunidade de estudo. Mesmo com pouco estudo, meus pais fizeram um esforço imenso para eu estudar. Até os dez anos de idade, estudei em escola pública na zona rural onde morávamos, no Mato Grosso do Sul; dos onze aos dezoito, frequentei escola pública em Sinop (MT), para onde nossa família se mudou. Ao fim do Ensino Médio, uma surpresa para meus pais: queria fazer Faculdade de Direito. Ninguém da minha família até aquele momento tinha feito uma faculdade.

Com dezoito anos, sem experiência nenhuma de vida urbana em grandes centros, me mudei para Campo Grande (MS), para a casa dos meus avós, para fazer cursinho. Em 2000,

ingressei no Curso de Direito, em São Paulo (SP), em uma faculdade particular.

Morar na capital paulista foi uma das experiências mais marcantes que vivi. Para minha sorte, sempre fui abençoada com as pessoas que passaram e passam pela minha vida. As amigas que fiz logo que me mudei para a cidade grande me ensinaram a usar o transporte público (metrô, trem, ônibus), me apresentaram a diversos parques, me mostraram o que era um cinema, me fizeram experimentar o hot-dog paulista (com purê de batata!). Mostraram-me um mundo inteiramente novo.

Minhas amigas e eu morávamos ao lado do campus de Artes da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). A maior parte delas estudava lá e foi graças a elas que conheci as artes plásticas, cênicas e diversos instrumentos musicais utilizados em orquestras. Vivíamos frequentemente no SESC Ipiranga - os eventos eram gratuitos - onde assisti ao meu primeiro concerto de música erudita.

Entre as grandes amizades daquela época, que conservo até hoje, está Samantha dos Santos Raymundo, que me convenceu a fazer terapia psicológica. Graças à vida, ouvi seu conselho. Começar a fazer terapia foi um divisor de águas na minha vida. Hoje em dia, continuo nesse caminho e sempre digo que “não é que todo mundo precisa fazer terapia; todo mundo merece fazer terapia”. Nós nos tornamos comadres, porque tive a felicidade de ser convidada para ser madrinha da sua filha, Aryane, que é uma menina maravilhosa que já vai fazer quatorze anos.

Depois de cinco anos em São Paulo (em 2005), fui a primeira pessoa da minha família a me formar em uma faculdade, a me tornar advogada. Para meus pais, eu tinha chegado muito longe, eles estavam muito orgulhosos. Mas

eu ainda não tinha me tornado a adulta que queria ser – falei para eles que não me via trabalhando como advogada, que eu queria ser juíza.

Para minha mãe, que tinha estudado apenas a 1ª série e deixado a escola contra sua vontade, porque trabalhava na roça – e porque, segundo meu avô materno, mulher não precisava ir para a escola – aquele era um sonho muito mais distante do que o que ela conseguia imaginar. Mas, como sempre me amou incondicionalmente, iniciou a torcida e as orações para que eu atingisse meu objetivo.

Até aquele ponto, meu pai sempre sonhara em ter uma filha advogada. Mesmo com apenas parte do sonho realizado – afinal eu não seria uma advogada para sempre –, me apoiou incondicionalmente na nova jornada de estudos que se iniciaria então. Poder contar com o apoio dele, inclusive financeiro, foi o que me deu base e me fortaleceu para permanecer firme nos oito anos de estudos intensos.

Muitos, vendo o tempo correr, diziam: “Não seria melhor ela desistir? Não é um sonho impossível para ela?”. Meu pai respondia: “Se outras pessoas conseguem, por que ela não conseguiria?”. Essa confiança dele me dava força para pensar: “Só não passa quem desiste”. Meu pai e minha mãe, juntos comigo, acreditavam em mim e no meu sonho, nunca duvidando de mim, nem deixando de me incentivar a seguir, mesmo que nossos sacrifícios fossem imensos.

Precisei estudar muito, porque havia muitas lacunas nos meus estudos – tanto escolares quanto universitários. Colegas de cursinho tinham tido acesso a formações mais robustas, e era gritante a diferença entre os conhecimentos que eles tinham, e a velocidade com que avançavam nas provas. Nos últimos anos, quando pude me dedicar apenas

aos estudos, cheguei a estudar doze horas líquidas por dia, em uma rotina espartana, em que todas as minhas ações eram voltadas para render nos estudos: exercícios físicos, nutrição balanceada, dormir e acordar cedo.

E é preciso registrar que eu não sabia estudar para concurso, não tinha organização nem planejamento. Foi minha amiga Thais de Oliveira, uma das pessoas mais inteligentes que conheço, que montou meu plano de estudos, com a divisão de matérias e horários, e que era minha parceira de estudos. Com ela, aprendi foco, disciplina, organização, planejamento e resiliência.

Essa mesma amiga, uma mulher negra heterossexual, foi quem me mostrou a homofobia internalizada em mim. Quando fui conhecer seus pais, perguntei antes para ela: você já contou para sua mãe que eu sou lésbica? Ela prontamente respondeu: “Se você fosse hétero eu contaria? Não. Se eu não conto para ela sobre as minhas amigas heterossexuais, por que contaria das amigas homossexuais?”.

Em 2012, pude colher os frutos dos esforços, meus e de meus pais, e do apoio de amigas, amigos e namorada (a Karin já havia entrado na minha vida há três anos), e passei no XIX Concurso da Magistratura do Estado de Rondônia. Passei no último lugar da classificação, mas passei.

Como estava em último lugar, fiquei insegura em relação à convocação para a posse. Então, enquanto esperava ser chamada, decidi continuar estudando e prestando outras provas. Cheguei até a inscrição definitiva no TJMT, ao mesmo tempo que caminhava para a prova oral no TJPA. Minha família, que morava em Sinop (MT), estava muito animada com a possibilidade de eu ser aprovada no TJMT, e ser juíza “em casa”.

Por vontade divina, quis o destino que minha inscrição definitiva fosse indeferida no TJMT, ao mesmo tempo em que passei bem colocada no TJPA – fui convocada para trabalhar lá. No Tribunal de Justiça do Pará, fiquei por quase dois meses, tempo suficiente para fazer amigos queridos, pessoas com quem mantenho contato até os dias atuais.

Em abril de 2016, fui convocada pelo TJRO, Estado mais próximo do Mato Grosso e de minha família. Deixei a magistratura paraense e fui lotada na Seção de Ji-Paraná. Nos primeiros dois anos, em todo o meu período de vitaliciamento, trabalhei como juíza substituta nas seguintes Comarcas: Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé e Costa Marques.

Tenho histórias marcantes em cada uma delas. Por exemplo, pouco tempo depois do ingresso, fui designada para responder por São Miguel do Guaporé e conduzir as eleições municipais de 2016. Detalhe: a pessoa que estava na chefia eleitoral não era formada em Direito, então eu não tinha assessoria, o que foi trabalhoso para quem estava começando.

Em Alvorada do Oeste, fiz meu primeiro júri. Era um feminicídio com requintes de crueldade. Não é preciso comentar o quão terrível foi essa experiência.

Em Presidente Médici, atuei em um dos casos mais difíceis da minha carreira. Um adolescente com transtorno mental, que estava em situação de acolhimento institucional há quase dez anos e que estava prestes a completar a maioridade. Precisávamos encontrar um direcionamento para ele em cerca de quatro meses. E encontramos. Contamos com o trabalho de uma mediadora de conflitos, que realizou nove encontros com os familiares do adolescente, e, ao final, construíram um

acordo conjunto, estabelecendo cooperação entre a família e dividindo os cuidados com escola, hospital, trabalho e lazer. Foi incrível encontrarmos essa solução.

Como pessoa LGBT+, logo que ingressei no TJRO, tive muito medo de falar sobre minha orientação sexual e ser alvo de preconceito no tribunal. Havia muitas histórias sobre o conservadorismo das pessoas que integravam o Tribunal, em um Estado bastante conservador, com crenças religiosas abertamente contra pessoas LGBT+. Além disso, não havia nenhuma história sobre algum juiz ou juíza pertencente a alguma letra da sigla.

Nesse período, eu já estava noiva da minha esposa, Karin Zerwes Kansog. Namorávamos há oito anos e, para eu me sentir menos preocupada durante o vitaliciamento, combinamos que ela continuaria trabalhando em SP, e eu ficaria sozinha em RO durante os dois anos do vitaliciamento. E assim fizemos.

Fui (e sou) muito abençoada com as pessoas que passaram (e passam) pelo meu caminho. Compartilhei essa angústia com minha colega de Seção, a magistrada Simone de Melo, e ela me pediu autorização para conversar com o Desembargador Corregedor da época, para saber se meu medo era real ou resultado do “estresse de minoria” vivenciado pela comunidade LGBT+.

Autorizei, ela conversou com ele, e a resposta foi a seguinte: “Diga a ela que deve ter duas preocupações. Em primeiro lugar, o trabalho, a judicância; em segundo, observar os deveres éticos previstos na Lei Orgânica da Magistratura, como qualquer magistrado ou magistrada”. Para ele, aquela resposta pode ter sido simplesmente cumprir a Constituição Federal e as Convenções Internacionais que vedam o

preconceito. Mas, para mim, teve o peso e a lembrança daquilo que meu avô me ensinou: “Você é livre para ser quem você é”.

Depois disso, tirei um peso enorme das minhas costas. Karin veio para Rondônia e nos casamos em outubro de 2019, quando completamos dez anos juntas, na Catedral Anglicana de São Paulo, com a cerimônia realizada pelo reverendo Aldo Quintão. A Dra. Simone de Melo foi nossa madrinha de casamento. Minha afilhada Aryane foi nossa daminha de honra, e me emociono por ela ter dito na escola que esse foi o dia mais feliz da vida dela.

Assim que Karin veio morar comigo, ainda em Ji-Paraná, começou a me acompanhar a todos os eventos sociais do Tribunal, e em todos éramos bem-recebidas como casal. Nunca sofremos nenhum tipo de desgosto; pelo contrário, alegrias e boas amizades começaram a fazer parte de nossa vida então. Na época do nosso casamento, minha licença-gala foi deferida rapidamente, sem qualquer contratempo. Nesse momento, me senti realizada não apenas por ter me tornado juíza, mas por ser juíza em um Tribunal que acolhia a mim e à minha esposa com respeito.

No início de 2019, ainda como substituta, fui removida para Porto Velho, onde morei até dezembro de 2021, quando fui promovida para trabalhar como juíza titular da Comarca de São Francisco do Guaporé. Apenas três meses depois, ocorreu minha remoção para a Comarca de Alta Floresta d’Oeste, de onde saí em dezembro de 2022 por minha promoção para a Comarca de Colorado do Oeste, onde sou titular da 1ª Vara Genérica até o momento em que escrevo este texto.

Sendo uma mulher, desde o início de meu trabalho, começou a me chamar a atenção o fato de nunca haver uma semana sequer sem que a comarca em que eu estivesse

recebesse, no mínimo, um pedido de medida protetiva de urgência ou uma denúncia de violência contra mulheres. Esse assunto foi me incomodando cada vez mais, mobilizando-me a tentar entender o que gerava uma quantidade tão alta desse tipo de ocorrências e a pensar no que poderia ser feito para combater esse estado de coisas.

Com a oportunidade proporcionada pelo TJRO, ingressei no Mestrado DHJUS/EMERON, com o intuito de pesquisar violência de gênero, para entender melhor o quadro e poder propor um produto que trabalhasse na prevenção da violência. Quero contribuir para que o Estado em que vivo seja um lugar mais saudável e acolhedor para todas as mulheres – crianças, adolescentes, adultas; cis, trans, travestis; hétero, homo, bi, pansexuais. Todas.

Tendo sido a primeira pessoa da família a se graduar; a primeira advogada e, por fim, a primeira juíza, uma tia não entendeu muito bem o motivo pelo qual eu continuava a estudar no mestrado. Dentro da sua simplicidade, ela me perguntou: “Mas você já não é juíza? Por que continua estudando?”.

Parafraseando a escritora Audre Lorde, respondi que enquanto todas as mulheres não forem livres, eu não posso me acomodar no lugar ao qual cheguei. Então continuei e continuo a estudar, mesmo sendo juíza, mesmo tendo uma carga de trabalho gigante, mesmo compondo comitês e comissões aos quais me dedico de todo o coração.

Sendo uma mulher lésbica, a diversidade sempre me interessou, então, em 2021, quando o Tribunal abriu inscrições para compor o Comitê Gestor Interinstitucional da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, não tive dúvida em me inscrever e participar ativamente de suas atividades.

Nesse Comitê, encontrei pessoas igualmente preocupadas com a inclusão e a diversidade; pessoas incríveis, sensíveis e dedicadíssimas não apenas ao trabalho no Tribunal, mas também a contribuir para a melhoria da sociedade rondoniense. Entre elas, passei a me sentir menos só em minha diferença e a reconhecer que o pertencimento importa. Minha gratidão e alegria em pertencer ao TJRO aumentaram ainda mais.

Entre as diversas atividades promovidas pelo Comitê da Equidade e Diversidade, me tocou especialmente o letramento racial que tivemos. Durante o curso, pude perceber como uma pessoa negra de pele clara, ou parda. Até aquele momento, essa questão nunca tinha me perpassado – e me atingiu como uma iluminação. Comecei a me interessar cada vez mais pela questão racial e abracei novos trabalhos na temática. Em junho de 2023, tive a honra de ser indicada como Gestora Local do Pacto Nacional pela Equidade Racial, termo de adesão firmado pelo TJRO com o CNJ, com o objetivo de serem adotadas medidas para eliminação do racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário. Em 2024, fui indicada para compor a Comissão de Heteroidentificação do TJRO, que trabalhou na análise dos(as) candidatos(as) negros(as) no 1º Exame Nacional da Magistratura (Enam), ocorrido em abril do mesmo ano.

Outros trabalhos, relacionados às temáticas a que venho dedicando estudos e esforços, somaram-se aos anteriores. Antes de a questão racial se transformar em trabalho, em maio de 2022 fui indicada para ocupar a presidência da Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do TJRO (CPCAD), responsável tanto pelo julgamento das notícias envolvendo os temas assédio e discriminação, como por propor medidas aptas a promover

um ambiente de trabalho digno, saudável, seguro e sustentável. No próximo mês de maio (estamos em abril), completar-se-ão dois anos nessa função – e recentemente tivemos a honra de ter nossa composição prorrogada para o biênio 2024/2025.

A partir das ações desenvolvidas junto à CPCAD, fui indicada para compor o Comitê de Ética e Integridade do TJRO. Quando ingressei no quadro do Tribunal, logo no Curso de Formação de Novos Magistrados, ouvi que a frase “Não basta ser honesto; é preciso parecer honesto” deveria nos guiar em nossas ações dentro e fora da Corte. A existência desse Comitê faz com que a inversão da frase tenha ainda mais peso: “Não basta parecer honesto; é preciso ser honesto, ético e íntegro.”

Além disso, desde 2022, sou professora na EMERON, na Especialização em Direito na Carreira da Magistratura (EDCM), núcleo Cacoal. Coloquei meu nome à disposição da EMERON para ministrar disciplinas que envolvessem Direitos Humanos e surgiu a possibilidade de lecionar Direito Eleitoral e Hermenêutica Jurídica. Poder contribuir para que mais pessoas realizem o sonho de se tornarem magistradas e magistrados foi uma grata surpresa.

O caminho percorrido até me tornar juíza e o que venho percorrendo desde então, junto ao Tribunal de Justiça de Rondônia, ajudaram-me a reconhecer características pessoais como virtudes e me fizeram ser uma pessoa orgulhosa de quem sou. Espero seguir firme com meus valores, podendo retribuir tudo o que recebo do TJRO, de familiares, amigas e amigos.



